

# Orçamentação para a Educação Inclusiva e Sensível a Questões do Género e de Pessoas com Deficiência

Maio de 2022

Children's rights

right to quality education  
right to qualified teachers



## **Agradecimentos**

Este manual foi elaborado por ActionAid, Light for the World e Global Campaign for Education. Fundamenta-se em fontes externas publicadas, orientação e mecanismos internos e organizacionais, e consultas realizadas no contexto da inclusão de pessoas com deficiência, da orçamentação receptiva em termos de género e ensino universal.

Agradecimentos especiais aos membros do grupo de implementação Julie Juma e Asmara Figue de ActionAid International, Vernor Muñoz Villalobos da Campanha Global para a Educação e Nafisa Baboo de Light for the World; todos eles contribuíram extensivamente, ofereceram apoio técnico e partilharam as suas experiências, contribuindo assim ao conteúdo e à fluidez geral do manual.

Agradecimentos são também devidos a Polly Meeks, Jennifer-Pitter Lopez, Delfina Hari e David Archer pelas suas contribuições, e a todos os que foram entrevistados durante o processo de desenvolvimento do manual.

## **Conceito geral**

Principais contribuintes: Carin van der Hor, Kate Herrier e Denise Ferris

## **Desenho gráfico**

Jason Niel

# Índice

Módulo 1: Noções Básicas de Orçamentação	9
Módulo 2: Orçamento para a Educação	34
Módulo 3: Orçamentação para a Educação Sensível a Questões de Género	58
Módulo 4: Orçamentação para a Educação Sensível a Pessoas com Deficiência	77
Módulo 5: Ferramentas para Análise do Orçamento Sensível ao Género e Deficiência (GDI)	108
Módulo 6: Advocacia	129

## Abreviaturas

CDC	Carta Comunitária do Desenvolvimento	MICS	Estudo de Indicadores Múltiplos Agregados
CLSD	Centro Africano para Liderança, Estratégia e Desenvolvimento	MTBF	Quadro Orçamental de Médio Prazo
CRC	Congresso dos Direitos Civis	MTEF	Quadro de Despesas de Médio Prazo
CSEC	A Coligação para Educação da Sociedade Civil	MTFF	Quadro Fiscal de Médio Prazo
OSC	Organização da Sociedade Civil	NADEC	Núcleo Académico para o Desenvolvimento da Comunidade
DIPGEI	Desenvolvimento de Iniciativas Práticas, de Género e Empresariais	NEA	Contas Nacionais da Educação
DHS	Sondagem Demográfica sobre a Saúde	APD	Assistência Oficial ao Desenvolvimento
OPD	Organização de Pessoas com deficiência	PER	Análise das Despesas Públicas
EMIS	Sistema de Informação de Gestão da Educação	PERL	Parceria para Envolver, Reformar e Aprender
ESP	Plano do Sector da Educação	PETS	Despesas Públicas
FFA	Quadro para Acção	PFM	Gestão das Finanças Públicas
FMIS	Sistema de Informação e Gestão Financeiras	PG	Presidente Geral
PIB	Produto Interno Bruto	PSC	Comissão da Função Pública
GPE	Parceria Global para a Educação	PTA	Associação de Pais e Professores
GTF	Fundo de Governação e Transparência	P2P	Poder ao Povo
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação	QSDS	Estudo Quantitativo da Prestação de Serviços
JDPC	Comissão de Justiça, Desenvolvimento e Paz	ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
JSRs	Revisão Conjunta do Sector	ODS4	Objectivo de Desenvolvimento Sustentável nº 4
LEG	Grupo de Educação Local	UIS	Instituto de Estatísticas da UNESCO
LMIC	Países de Rendimento Médio-Baixo	V2P	Voz às Pessoas
		WASH	Água, Saneamento e Higiene

## **Acerca dos Nossos Parceiros Contribuidores**

### **ActionAid**

ActionAid é uma federação de justiça global que trabalha pela justiça social, a igualdade do gênero e a erradicação da pobreza. Trabalha com mais de 15 milhões de pessoas em 45 países, com comunidades, organizações populares, movimentos, grupos e redes de mulheres, movimentos sociais e outros aliados para superar as causas estruturais e as consequências da pobreza e da injustiça. A ActionAid liga o trabalho comunitário a esforços e lutas mais amplos pela justiça, para dar maior contribuição a um mundo justo, equitativo e sustentável.

### **Light for the World**

Light for the World é uma organização global para deficiências e desenvolvimento, que possibilita serviços de saúde ocular e apoio a pessoas com deficiências das mais variadas, em algumas das regiões mais pobres do mundo. Rompemos barreiras injustas para revelar grandes possibilidades! Enfocamos os mais pobres e menos acessíveis porque são os que mais precisam. Pretendemos mudar todo o sistema porque queremos que o nosso impacto perdure. Trabalhamos com parceiros por que, juntos, somos mais fortes. Trabalhamos com comunidades carentes em países como Burkina Faso, República Democrática do Congo, Etiópia, Quênia, Moçambique, Sudão do Sul e Uganda.

### **Global Campaign for Education (Campanha Global para a Educação)**

A Campanha Global para a Educação (GCE) é um movimento da sociedade civil que promove e defende a educação como direito humano básico. Fazemos campanhas de advocacia internacionais, regionais e nacionais para exercer pressão nos governos e na comunidade internacional no sentido de assegurar o direito de todos ao ensino público gratuito e de qualidade. A GCE representa mais de 100 coligações de ensino e organizações internacionais. A nossa afiliação inclui uma grande variedade de organizações nacionais, regionais e internacionais da sociedade civil, organizações de professores, organizações de pais, grupos de mulheres, organizações de pessoas com deficiência, grupos de jovens e estudantes, instituições acadêmicas ou de investigação e defensores dos direitos da criança. As nossas coligações nacionais abrangem muitos milhares de organizações da sociedade civil e representam milhões de indivíduos em todo o mundo.

## Glossário

<b>Responsabilização</b>	A responsabilização ocorre quando os decisores se responsabilizam pelas suas acções.
<b>Alocação</b>	Alocação refere-se ao capital reservado no Orçamento, para um fim específico. Por exemplo, a alocação para assistência social no orçamento nacional terá de ser gasta na assistência social.
<b>Orçamento</b>	Orçamento refere-se às estimativas de receitas, recibos e despesas de determinada entidade (agência, departamento, ministério ou governo)
<b>Orçamentação</b>	Determinar por um período de tempo futuro o que deve ser feito, o que deve ser realizado, como deve ser feito, e quanto custa fazê-lo. Assim, o orçamento é uma definição monetária dos planos futuros da agência.
<b>Saldo orçamental, défice e excedente</b>	Um orçamento equilibrado verifica-se quando as receitas totais de um governo igualam as suas despesas totais em um determinado ano fiscal. Quando o orçamento não é equilibrado, ou está em défice ou é excedentário. Um défice orçamental refere-se ao saldo negativo entre as despesas orçamentais e as receitas orçamentais – isto é, quando o governo gasta mais dinheiro do que na verdade tem. Um excedente orçamental refere-se a um saldo positivo entre as despesas orçamentais e as receitas orçamentais – isto é, quando o governo tem disponíveis mais fundos do que precisa para as despesas.
<b>Circular ou Aviso de Orçamento</b>	Declaração geralmente feita pelo Ministério das Finanças aos ministérios, departamentos e agências governamentais, delineando orientações políticas e técnicas sobre a preparação de um orçamento para um determinado período fiscal.
<b>Entradas orçamentais</b>	A alocação de verbas para utilização específica do orçamento. Estas verbas são gastas na prestação de serviços específicos – por exemplo, no apoio às infra-estruturas das escolas.
<b>Resultados do orçamento</b>	O impacto na sociedade ou na economia em geral, das alocações orçamentais para um determinado programa ou sector. Por exemplo, o objectivo máximo de um programa de nutrição escolar seria melhorar o estado nutricional das crianças e por esse meio, melhorar a sua capacidade de aprender. Assim, o resultado orçamental seria: melhor condição nutricional das crianças e maior capacidade de aprendizagem.
<b>Realizações orçamentais</b>	Serviços públicos prestados pelo governo através das contribuições do orçamento. Um exemplo seria o número de crianças que receberam materiais de ensino e aprendizagem durante o ano ou exercício financeiro.
<b>Despesas/gastos de capital</b>	Gastos com activos que se prolongam por mais de um ano são classificados como despesas de capital. Estas incluem equipamento, terrenos, prédios, despesas legais e outros custos de transferência associados a propriedades. Para projectos de capital (por exemplo, construção de escolas), todas as despesas associadas são consideradas despesas de capital.
<b>Desmistificação</b>	Simplificar algo de maneira que todas as pessoas o possam compreender.
<b>Inclusão de deficiências</b>	O processo através do qual as necessidades e os direitos das pessoas com deficiência são incluídos no planeamento, no desenvolvimento, na implementação, avaliação e legislação. A generalização eficaz das questões relacionadas com deficiências requer a inclusão de pessoas com deficiência na tomada de decisões, em todas as áreas da formulação de

	políticas, a todos os níveis do governo e outros departamentos, incluindo o planeamento, a implementação e a avaliação da eficácia destas políticas.
<b>Despesas/ gastos</b>	Isto refere-se a despesas governamentais. Despesas são incorridas para cumprir uma obrigação do governo, geralmente através de um cheque ou desembolso de dinheiro.
<b>Igualdade do género</b>	Refere-se à igualdade de direitos, responsabilidades e oportunidades entre mulheres e homens e entre meninas e rapazes. A igualdade não significa que as mulheres e os homens se tornem iguais, mas que os direitos, as responsabilidades e oportunidades não dependam do facto de terem nascido do sexo masculino ou feminino. A igualdade entre homens e mulheres significa que os interesses, as necessidades e as prioridades tanto das mulheres como dos homens são tidos em consideração, reconhecendo a diversidade dos vários grupos de mulheres e homens. A igualdade do género não é uma questão de mulheres, mas deve referir-se a, e envolver plenamente, homens e mulheres. A igualdade entre homens e mulheres é vista tanto como questão de direitos humanos como pré-condição para o desenvolvimento sustentável centrado nas pessoas.
<b>Integração da perspectiva do género</b>	Uma abordagem da tomada de decisões políticas que considere os interesses e as preocupações das mulheres e dos homens. O conceito da integração da perspectiva do género foi apresentado pela primeira vez na Conferência Mundial da Mulher, em Nairóbi, realizada em 1985.
<b>Política do género</b>	Reconhece que os relacionamentos, desempenhos e responsabilidades do género, influenciam grandemente o acesso das mulheres e dos homens às decisões e ao controlo das mesmas, aos bens e recursos, à informação e ao conhecimento.
<b>Orçamentação receptiva ao género</b>	É um orçamento que resulta para todos (mulheres e homens, raparigas e rapazes), que garante a distribuição equitativa dos recursos entre todos e contribui para a igualdade de oportunidades. Orçamentação sensível às questões de género é essencial tanto para a justiça de género como a justiça fiscal.
<b>Produto interno bruto (PIB)</b>	O valor total de bens e serviços produzidos dentro das fronteiras de um país, num período de tempo determinado.
<b>Quadro de Despesas de Médio Prazo (MTEF)</b>	O plano trienal de receitas e despesas dos governos nacionais. O Parlamento vota anualmente sobre as projecções para o primeiro ano. Os dois anos subsequentes são retidos como base para planeamento futuro, sendo adicionado um novo terceiro ano. Os MTEFs, por conseguinte, são também conhecidos por "orçamentos contínuos".
<b>Política</b>	A política pode ser definida como uma "série de acções assumidas pelos governos, autoridades do governo local e sincronizadas de forma a realizar objectivos e planos predeterminados". As posições de política poderão ser sobre a prestação de serviços públicos, como educação, saúde, assistência social e infra-estruturas às comunidades, ou sobre uma declaração de intenções que define objectivos e metas a alcançar em determinado período, ou ainda decisões, regras e regulamentos autorizados que exigem o apoio da sociedade.
<b>Programa</b>	Conjunto de actividades governamentais que partilham objectivos comuns. É descrito como o mais alto nível de classificação de trabalho a ser realizado por uma agência na execução das suas funções e tarefas designadas.

<b>Adaptações razoáveis</b>	Modificações ou ajustes às tarefas, ao ambiente ou à maneira como as coisas são geralmente feitas, que permitem que pessoas com deficiência tenham a mesma oportunidade de participar em programas académicos ou qualquer trabalho. <sup>1</sup>
<b>Despesas/gastos recorrentes</b>	Despesas recorrentes relativas a bens e serviços que não são pagamentos por transferência ou activos de capital. Incluem salários, alugueres, requisitos de escritório, despesas operacionais de indústrias e serviços governamentais, juros e manutenção de capital.
<b>Receitas</b>	As receitas ou impostos são fundos que o governo, devido aos seus poderes soberanos, recolhe do público. As receitas típicas incluem os impostos sobre o rendimento de pessoas singulares e colectivas, impostos sobre os salários, impostos de valor acrescentado, impostos sobre as vendas, encargos, e impostos de consumo.
<b>Orçamentos Contínuos</b>	Sistema orçamental pelo qual as projecções antecipadas plurianuais são analisadas todos os anos.
<b>Gastos Sociais</b>	Despesas com programas que têm especial importância para os pobres, como a Saúde, a Educação e o Desenvolvimento Social
<b>Sub-programa</b>	Um programa é subdividido em sub-programas identificáveis relacionados com funções/trabalho necessários para o cumprimento do programa atribuído;
<b>Porção</b>	A Porção refere-se à dimensão de uma fatia da torta em relação à torta inteira. É expressa em termos de percentagem do total.
<b>Transparência</b>	A transparência fiscal e orçamental refere-se à disponibilidade pública de informação íntegra, precisa, oportuna e útil sobre as actividades financeiras de um governo.
<b>Orçamento Base Zero</b>	Este envolve o custo específico de cada actividade, programa e artigo determinado a partir do zero, todos os anos. Baseia-se na reavaliação anual dos objectivos, estratégias e serviços; o orçamento é reformulado, justificando cada despesa (mas não tomando em conta os valores anteriores).



# Módulo 1

## Noções Básicas de Orçamentação

### Sinopse do Módulo

Compreender o orçamento de um governo é essencial para compreender as prioridades de um governo e como está a gastar o dinheiro do público. Este módulo ajudá-lo-á a compreender os principais conceitos de orçamentação governamental, o processo e o trabalho orçamentais, para poder começar a participar no processo orçamental.

### Resultados da Aprendizagem

- Compreender os princípios básicos de orçamentação governamental e do processo orçamental
- Compreender os conceitos básicos do trabalho orçamental
- Aprender quando e como se deve envolver no processo orçamental

### Principais Conceitos

Receitas e despesas; o ciclo orçamental; análise, monitorização e acompanhamento do orçamento; OSCs e o envolvimento dos cidadãos

## O que é um Orçamento do Governo?

Um orçamento é um "resumo descritivo das receitas e despesas previstas de um país, empresa, etc., durante um período determinado, normalmente um ano fiscal".<sup>2</sup> Se uma família fizer um orçamento, mostrará quanto dinheiro tem disponível e como deve ser priorizado para as despesas (por exemplo, aluguer, serviços e alimentos). Se precisarem de mais dinheiro, a família terá de considerar aumentar o rendimento, cortar nas despesas ou obter um empréstimo.

Tal como as famílias têm muitas vezes, de tomar decisões difíceis sobre a priorização e os gastos com recursos limitados, os governos também têm de o fazer. Também terão de planear despesas não previstas resultantes de catástrofe natural ou outra emergência, como a pandemia da Covid-19. Os

governos devem ser responsabilizados pelos gastos e pelos gastos excessivos, pois o dinheiro que gastam no orçamento é o dinheiro do público.

## Porque é que é importante?

Compreender o orçamento é essencial para compreender as escolhas de planeamento de um governo.

As decisões tomadas sobre a forma como o dinheiro deve ser cobrado e como deve ser gasto reflectem precisamente as prioridades e os compromissos políticos sociais e económicos de um governo, e afectam directa ou indirectamente todos os seus cidadãos. Dado que a forma como um orçamento é formulado e gasto afecta o bem-estar e as oportunidades actuais e futuras das pessoas, é fundamental dar resposta às necessidades dos mais pobres e marginalizados.

Infelizmente, os orçamentos nem sempre priorizam as necessidades dos mais pobres e dos marginalizados, e mesmo quando o fazem, os montantes atribuídos nem sempre chegam quando, nem onde, são mais necessários. Para assegurar uma maior equidade na orçamentação de despesas e para combater a injustiça social, é importante garantir que os cidadãos, especialmente os representantes dos grupos mais pobres e marginalizados da sociedade, participam activamente nos processos orçamentais, garantindo assim que as suas prioridades são incluídas.

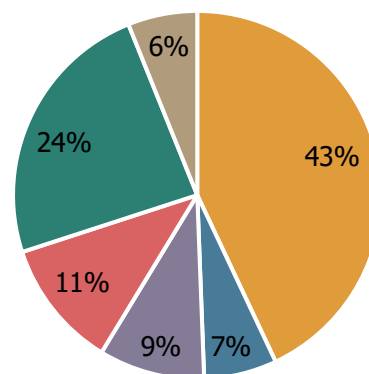
## Receitas e Despesas

Um orçamento tem duas partes principais: Rendimento (ou receitas) e gastos (ou despesas).

**Receita:** As receitas ou impostos são fundos que o governo, devido aos seus poderes soberanos, arrecada do público.

**Despesas:** O dinheiro gasto pelo governo em bens e serviços que são importantes para o bem-estar da nação.

A **secção de receita** ou rendimento de um orçamento detalha onde um governo espera obter recursos para financiar as suas actividades planeadas. As fontes típicas de receita incluem impostos sobre o rendimento de pessoas singulares e colectivas, impostos sobre salários, impostos de valor acrescentado, impostos sobre vendas, encargos, impostos sobre consumo específico, direitos de importação e de exportação. As autoridades governamentais locais obtêm as suas receitas de várias fontes, incluindo taxas de utilização, subvenções do governo central, taxas de serviço, impostos e tarifas sobre imobiliários. Outra fonte de receita é a assistência pública ao desenvolvimento (APD), a "ajuda estatal que promove e visa



■ Income Tax ■ Other Taxes ■ A-in-A  
■ Excise Duty ■ VAT ■ Import Duty

**Figura 1. Quênia. Orçamento: o Guia "Mwananchi" 2018/2019**

especificamente o desenvolvimento económico e a assistência social dos países em desenvolvimento".<sup>3</sup>

Os governos podem declarar receitas utilizando tabelas, gráficos e ou técnicas de visualização de dados mais criativas. Abaixo estão os orçamentos adaptados da África do Sul e do Quênia. A África do Sul utiliza uma tabela que apresenta o total das receitas e as percentagens, enquanto o Quênia apresenta apenas as percentagens.

<b>Receita Fiscal (R bilhões)</b>	<b>2018/19</b>	<b>%</b>
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares	505.8	37.6
IVA	348.1	25.9
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	231.2	17.2
Outros	84.8	6.3
Níveis de combustível	77.5	5.8
Direitos aduaneiros e impostos sobre consumo específico	97.4	7.2
<b>TOTAL</b>	<b>1 345.0</b>	<b>100,0</b>

África do Sul. Orçamento 2018: Guia do Cidadão

**Despesas** é o lado das despesas de um orçamento que mostra quanto e em quê um governo planeia gastar as suas receitas, por exemplo, serviços de saúde, educação, defesa, estradas, benefícios estatais, subsídios, etc. Em vários países, grande parte do orçamento também é gasta no serviço da dívida.

De modo geral, as despesas do governo são de duas categorias: Custos funcionais correntes (geralmente designados custos operacionais/recorrentes/administrativos), como salários de professores, e custos pontuais com benefícios de longo prazo (geralmente designados custos/programas de desenvolvimento), incluindo bens de capital como estradas, edifícios e equipamento.

O lado das despesas de um orçamento é apresentado sob a forma de alocações a cada ministério ou departamento, tais como saúde, educação, defesa, desenvolvimento social, etc. Alguns governos têm um ministério específico que coordena as questões de género. Também podem existir departamentos especiais que lidam com as questões respeitantes a pessoas com deficiência.

Os orçamentos são considerados "equilibrados" quando o total das receitas é igual ao total das despesas em um ano fiscal. Quando o governo não gasta todo o seu dinheiro, há **um excedente orçamental**. Nos casos em que o governo gasta mais dinheiro do que tem, **existe um défice orçamental**.

**Justiça Fiscal<sup>4</sup>:** A justiça fiscal refere-se a ideias, políticas e advocacia que lutam pela igualdade e a justiça social através de impostos justos sobre os mais ricos da sociedade e as corporações

multinacionais. Muitas vezes, a justiça fiscal centra-se na resolução de desigualdades resultantes de paraísos fiscais e na redução da corrupção, e do abuso fiscal por parte das empresas multinacionais e dos super-ricos.

**Tributação Progressiva**<sup>5</sup>: Tributação progressiva significa taxas de impostos mais elevadas para os que auferem rendimentos mais elevados ou mais riqueza, de maneira que os que ganham ou têm mais são tributados a uma taxa mais elevada. O imposto sobre o rendimento de pessoas singulares baseado em escalas em que a taxa de imposto sobe à medida que o nível de rendimento aumenta, é provavelmente o exemplo mais claro de progressividade.

A Tabela 1 mostra uma estrutura muito simplificada de um orçamento do governo com receita, concessões, despesas, débitos e total.

**Tabela 1. Exemplo de orçamento governamental, simplificado**

<b>Sinopse do Orçamento da República de Dreamland (\$)</b>			
	<b>AF 2015/ 15</b>	<b>AF 2014/ 15</b>	<b>AF 2015/ 16</b>
	<b>Estimativas</b>	<b>Actual (por auditar)</b>	<b>Estimativas</b>
<b>Receitas e Concessões</b>			
<b>Receita</b>			
Receita fiscal	4.000.000	3.980.000	5.000.000
Receita livres de impostos	345.500	347.000	450.000
Receitas do petróleo	4.566.700	4.560.000	4.700.000
<b>Concessões</b>			
Concessões de apoio orçamental	20.000	15.000	20.000
Concessões de projectos	5.000	3.000	2.000
<b>Receita total e concessões</b>	<b>8.937.200</b>	<b>8.905.000</b>	<b>10.172.000</b>
<b>Despesas</b>			
<b>1. Ministério da Educação</b>			
<i>Despesas recorrentes</i>	850.000	862.000	900.000
<i>Despesas de desenvolvimento</i>	400.000	387.000	490.000
	1.250.000	1.249.000	1.390.000
<b>2. Ministério da Saúde</b>			
<i>Despesas recorrentes</i>	540.000	541.000	640.000
<i>Despesas de desenvolvimento</i>	300.000	290.000	340.000
	840.000	831.000	980.000
<b>3. Outros Ministérios</b>	7.000.000	6.700.000	8.900.000
<b>4. Comissões independentes</b>	5.000	4.300	6.000
<b>5. Parlamento</b>	1.000	1.000	1.000
<b>6. Presidência</b>	3.000	3.100	3.000
<b>7. Pagamentos de juros</b>	500	500	500
<b>8. Empréstimos e investimentos líquidos</b>	350	340	380

Sinopse do Orçamento da República de Dreamland (\$)			
<b>9. Reembolsos da Dívida</b>	500.000	400.000	600.000
<b>Despesas totais</b>	<b>9.599.850</b>	<b>9.189.240</b>	<b>12.880.880</b>
Défice global	-662.650	-284.240	-1.708.880
Financiamento			
Empréstimos de apoio orçamental	500.000		1.000.000
Outros empréstimos	162.650		708880
<b>Orçamento total</b>	<b>9.599.850</b>	<b>8.868.240</b>	<b>12.880.880</b>

## Tipos Diferentes de Orçamentos do Governo

É importante compreender como os orçamentos funcionam em cada nível e saber que existem ligações entre esses níveis. Por exemplo, os orçamentos e políticas nacionais da educação influenciam directamente os montantes disponíveis para gastar com as escolas e no que podem ser gastos, o que, em última análise, afecta a qualidade da educação prestada.

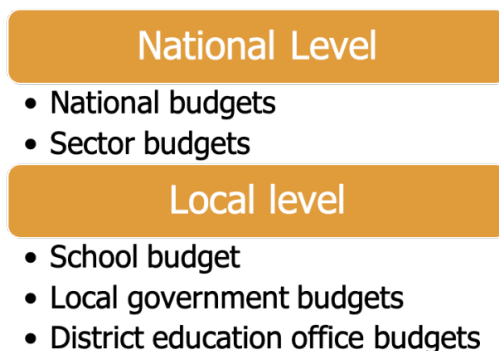


Figura 2. Tipos de orçamentos do estado

## O Ciclo Orçamental

Os orçamentos seguem um ciclo de preparação e implementação de um ano. Este é comumente designado ciclo orçamental (como mostra a Figura 2). As etapas do ciclo podem ser subdivididas em mais etapas, segundo o quadro jurídico e institucional de cada país; no entanto, esse ciclo é seguido pela maioria dos governos. O ciclo orçamental consiste de quatro fases: (1) planeamento, (2) aprovação, (3) execução e (4) controlo/auditoria. A fase de planeamento é a mais difícil de descrever, porque está sujeita ao maior número de reformas.

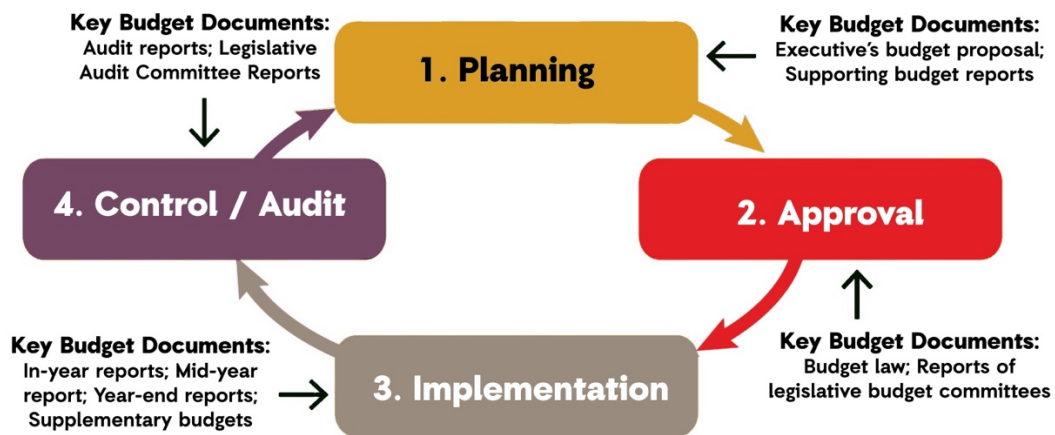


Figura 3. Ciclo orçamental<sup>6</sup>

### 1) Planeamento

A primeira fase do ciclo orçamental é quando o órgão executivo elabora o orçamento. O órgão executivo verifica quanto dinheiro está disponível para o orçamento desse ano e estabelece as prioridades dos gastos. Normalmente, o gabinete do orçamento no Ministério das Finanças recebe informação de vários ministérios, departamentos e agências e trabalha com todos, propondo compensações quando necessário, para tentar ajustar as prioridades igualmente importantes no orçamento. Embora o órgão executivo produza por vezes um documento para debate ou uma visão geral do orçamento, esta etapa do ciclo do orçamento ocorre em grande parte atrás de portas fechadas.

*Exemplos de Documentos Essenciais: Proposta de orçamento do executivo, relatórios de apoio orçamental*

### 2) Aprovação

Na segunda fase do ciclo orçamental, a legislatura revê e discute o orçamento do executivo, faz alterações e depois adopta o orçamento, que é promulgado em lei. O grau de envolvimento da legislatura neste processo depende do tipo de sistema de governo que o país tem, e dos poderes que a legislatura detém sob a constituição. Em muitos países, a legislatura tem menos influência sobre a receita do que sobre as despesas.

*Exemplos de Documentos Essenciais: Lei Orçamental, Relatórios de comissões orçamentais legislativas, Orçamento promulgado*

### 3) Execução

Durante a fase de execução, o orçamento promulgado é concretizado. O dinheiro é angariado e despendido para implementar as políticas, os programas e projectos, conforme descrito no orçamento. Para demonstrar o progresso rumo às metas orçamentais, muitos governos publicam relatórios anuais

sobre as despesas e receitas. O nível de detalhes e a pontualidade da informação fornecida nestes relatórios variam de país para país. Durante o ano, o órgão executivo pode apresentar à legislatura um orçamento suplementar propondo certas alterações orçamentais, e apresentando valores de despesas orçamentais revistos. Esse mecanismo deverá autorizar adições significativas ou alocações alteradas que não foram antecipadas na altura do orçamento inicial. As alterações podem ser por necessidades imprevistas e em casos de gastos abaixo do normal ou excedentes.

*Exemplos de Documentos Essenciais: Relatórios sobre o ano em curso, Relatórios semestrais, Relatórios anuais, Orçamento suplementar*

#### **4) Controlo/Auditoria**

Na fase final de controlo ou auditoria do ciclo orçamental, têm lugar algumas actividades para avaliar a forma como o dinheiro atribuído ao orçamento foi gasto e para avaliar se esses recursos públicos foram utilizados da melhor maneira. O órgão executivo deve reportar as suas actividades fiscais ao órgão legislativo e ao público, mas nem sempre é esse o caso. Durante esta fase, as OSCs e grupos orçamentais poderão obter informação sobre a eficácia de certas iniciativas orçamentárias e ver se os órgãos executivo e legislativo respondem adequadamente às conclusões dos relatórios de auditoria.

*Exemplos de Documentos Essenciais: Relatório da Comissão de Auditoria Legislativa, Relatórios de Auditoria*

### **Sinopse**

Cada uma das fases do ciclo orçamental oferece oportunidades diferentes de participação. Para influenciar o orçamento, é importante compreender o ciclo orçamental de um país, as autoridades responsáveis e as respectivas funções de diálogo político e acompanhamento do orçamento nas várias fases. Vamos explorar diferentes oportunidades de envolvimento nos módulos a seguir.

#### **Exemplo: Tanzânia**

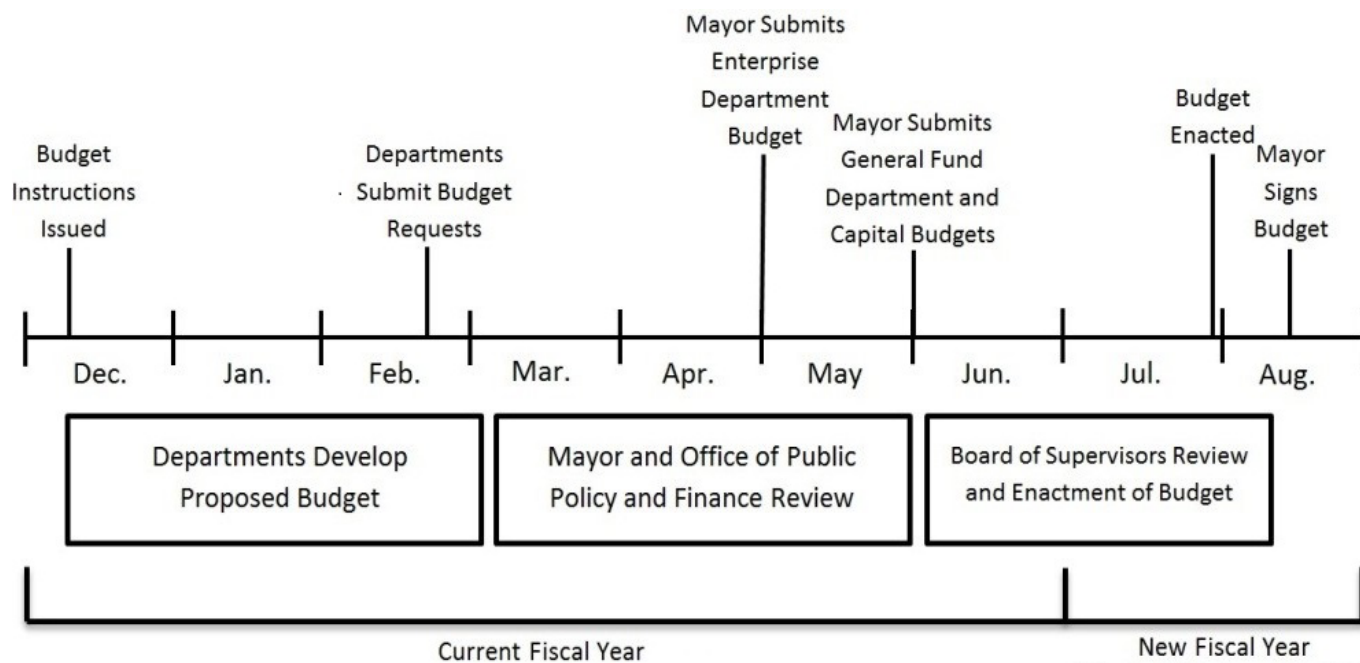
Em 2019, o Gabinete do Auditor e Controlador Geral fez uma auditoria da gestão da educação para alunos com necessidades especiais. Os resultados dessa auditoria estão detalhados no [Performance Audit Report on Management of Education for Pupils with Special Needs](#).

## **Cronologia dos Processos Orçamentais**

---



Os governos seguirão os processos orçamentais programados, também designados por cronologia orçamental, e servir-se-ão dele para notificar o público sobre as principais realizações de implementação da orçamentação governamental.



**Figura 4. Exemplo da cronologia do orçamento<sup>7</sup>**

**"A transparência orçamental refere-se à medida e à facilidade com que os cidadãos podem aceder a informação e fornecer *feedback* sobre as receitas, as alocações e as despesas do governo.'<sup>8</sup>**

## **Transparência**

---

Os governos reconhecem cada vez mais a importância da transparência orçamental. A transparência orçamental refere-se à disponibilidade e acessibilidade do público a informação íntegra, precisa, oportuna e útil sobre como os recursos públicos são alocados e gastos. A comunicação sobre o orçamento com as partes interessadas permite aos governos edificar a confiança com os seus cidadãos. A transparência orçamental é um requisito para a participação pública significativa e a responsabilização do governo, melhorando a legitimidade, a integridade, a inclusão e a qualidade das decisões orçamentais.

### **Orçamentação participativa**

A orçamentação participativa (PB) é um processo democrático através do qual o público participa directamente nas diferentes fases da formulação do orçamento, da tomada de decisões e da monitoria da execução do orçamento. Intenta garantir que as despesas públicas são coerentes com as necessidades e prioridades do público.

Angola é o primeiro país do continente africano a criar legislação nacional que torna obrigatória a adopção do orçamento participativo para todos os municípios. É a primeira nação do mundo a legislar sobre esta matéria sem ter qualquer experiência prévia de nota, com respeito à sua implementação. Esta decisão teve lugar em contexto que precede as primeiras eleições democráticas para os órgãos municipais, em 2020.

O [Participatory Budgeting World Atlas](#) fornece informação sobre a prevalência da orçamentação participativa em todo o mundo.

### **Por que é que a transparência é importante?**

Um sistema orçamental transparente beneficia os cidadãos e o governo, e aumenta a abertura, a confiança e a responsabilização pública. A transparência sobre as alocações e despesas orçamentais já demonstrou uma redução na utilização indevida de fundos por parte do governo, a utilização mais eficiente dos recursos, e menos probabilidade de alterações ou reversões nas decisões políticas ou

nas alocações orçamentais. Quando um orçamento não é transparente, os cidadãos perdem a confiança no governo, e presumem que os níveis de corrupção são mais elevados, os serviços mais carentes, e as infra-estruturas inadequadas.<sup>9</sup>

Uma maior transparência resulta em pontos de entrada para os cidadãos se envolverem no processo orçamental. Assim podem avaliar melhor como o governo está a gastar os fundos públicos e dar *feedback* sobre a qualidade e a adequação dos serviços e infra-estruturas. A transparência orçamental pode mesmo aumentar as receitas, por aumentar a probabilidade de os cidadãos pagarem os impostos e até de fazerem doações aos serviços locais, se souberem que o governo gasta o dinheiro de forma responsável.<sup>10</sup>

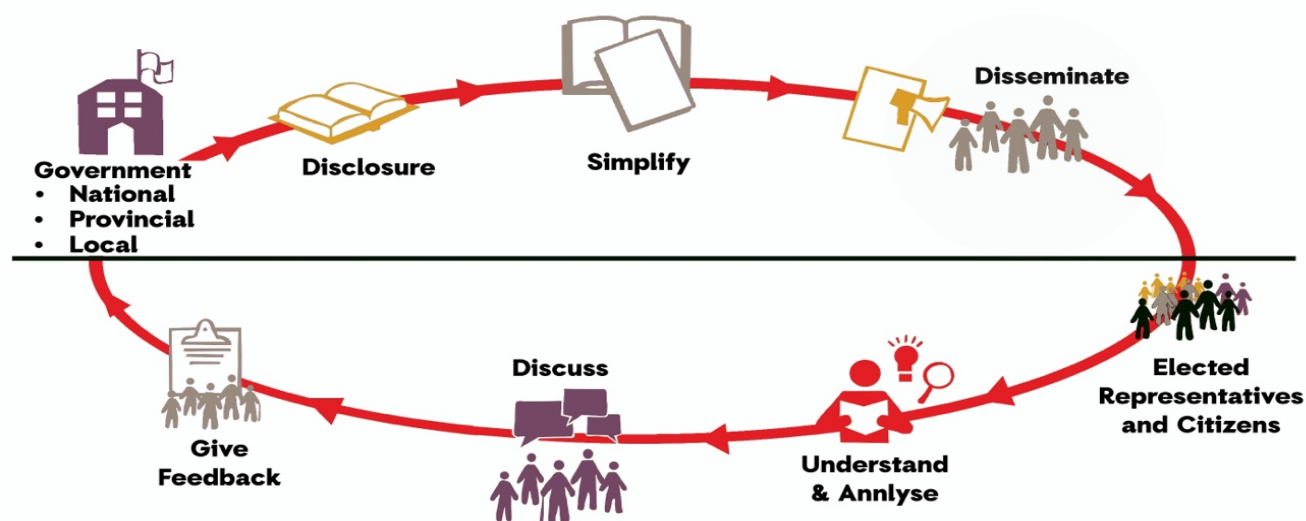


Figura 5. Ciclo de *feedback* sobre a transparência orçamental

## Como Comunicar os Orçamentos do Governo

Muitas vezes, os governos disponibilizam o proposto orçamento ao público para demonstrar decisões de política e compromissos feitos durante o processo orçamental. Isto pode ser feito através de comunicados de imprensa, documentos orçamentais, apresentações públicas, sinopses, redes sociais, e portais do cidadão em *websites* do governo.

## Orçamentos Públicos

Os orçamentos públicos são uma boa forma de tornar o orçamento mais transparente e acessível ao público em geral. Também pode ajudar a envolver mais pessoas no ciclo orçamental e permitir-lhes participar nas mudanças.

Um orçamento público (do cidadão) é um documento orçamental elaborado pelo governo especificamente para o público. Porque os documentos orçamentais do governo podem ser muito técnicos e complexos - repletos de números e jargão técnico - podem ser difíceis de compreender por não especialistas. Um orçamento do cidadão apresenta a informação em linguagem simples e

compreensível e inclui representações visuais para ajudar as pessoas a compreenderem melhor onde os fundos públicos estão a ser gastos. Isto permite que mais pessoas participem facilmente no processo orçamental. Todos os documentos fundamentais ao orçamento importante podem, e devem, ser apresentados ao público de forma compreensível, embora por enquanto seja mais fácil encontrar apenas as versões públicas da Proposta de Orçamento do Executivo e do Orçamento Promulgado.

Pode encontrar mais informação sobre os orçamentos dos cidadãos na [International Budget Partnership](#). A informação sobre a elaboração dos orçamentos públicos pode ser encontrada em [The Power of Making It Simple: A Government Guide to Developing Citizens Budgets](#).

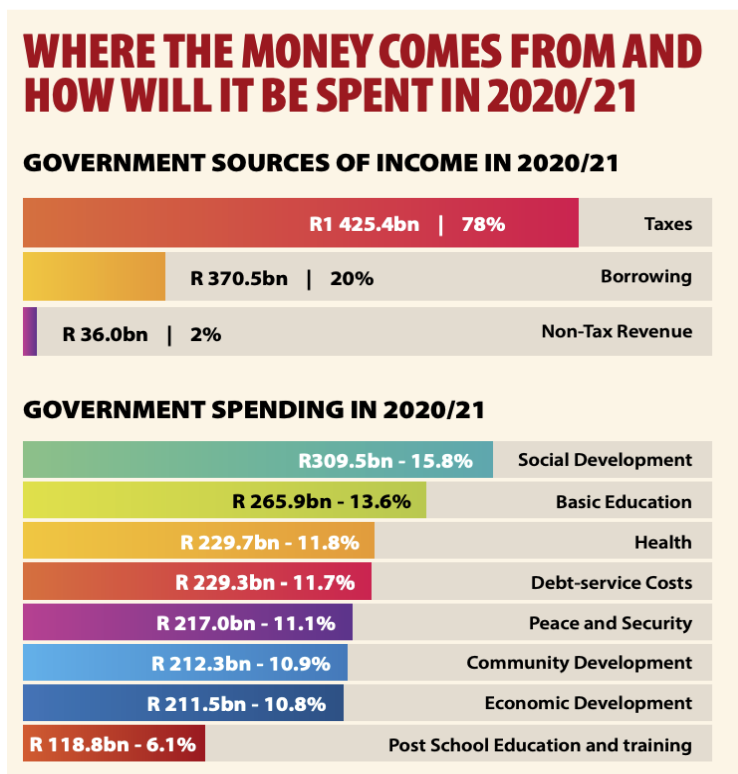


Figura 6. Exemplo do Orçamento Público da África do Sul para 2020

## Trabalho Orçamental

Olhar bem para o orçamento do governo, analisar de onde vem o dinheiro e onde está a ser gasto, e acompanhar ou monitorar para ver se o governo está a gastar o dinheiro onde supostamente o devia gastar, são formas de trabalho orçamental. A informação obtida com o trabalho orçamentário ajuda a informar as decisões de política e a promover os objectivos políticos. O trabalho orçamental é uma ferramenta importante para os cidadãos responsabilizarem os governos pelos seus compromissos políticos e gastos. Os cidadãos podem usar o trabalho orçamental para defender os seus direitos, como o direito à educação, e promover a igualdade para os grupos marginalizados. Em especial, o trabalho orçamental proporciona a oportunidade de:

- Contestar a política e os orçamentos
- Advogar pelo aumento e o uso eficiente dos recursos
- Melhorar a transparência e a responsabilização
- Influenciar os processos de tomada de decisões e de gastos
- Aumentar a consciência pública

## **Análise de Orçamentos**

A análise dos orçamentos pode ajudar a determinar de onde vem a receita, como o governo está a gastar os fundos públicos e se estão a ser gastos de forma eficaz e adequada. Analisar um orçamento significa analisar atentamente as diferentes partes do orçamento, examinar de onde vêm os fundos e como estão a ser atribuídos. A análise do orçamento pode esclarecer se as áreas prioritárias estão a ser abordadas, se o orçamento é adequado e justificável em relação às políticas governamentais, se o financiamento para determinadas áreas está a aumentar ou a diminuir e se o orçamento é equitativo.

# **A análise do orçamento pode ser feita a nível nacional, estadual/provincial, distrital ou escolar.**

## **Acompanhamento do Orçamento**

A monitoria do orçamento segue o fluxo dos fundos pelos vários níveis orçamentais - do nível nacional ao prestador de serviços. O controlo do fluxo do dinheiro por estes níveis pode determinar se os fundos são gastos como planeado. A monitoria do orçamento pode ajudar a identificar uma gestão carente, fugas e corrupção, examinando os gastos por todo o sistema.

### **Acompanhamento do Orçamento como Ferramenta para Combater a Corrupção no Malawi<sup>11</sup>**

O sistema descentralizado do Malawi permite que os fundos para o ensino básico sejam desembolsados directamente do Tesouro Nacional para as contas distritais, onde são atribuídos ao critério das assembleias distritais. Visto que o governo fornece pouca informação sobre a utilização destes fundos, a Coligação para a Educação da Sociedade Civil (CSEC) trabalha com contactos e organizações governamentais, como o Banco Mundial e a UNICEF, para aceder a informação mais precisa. A CSEC traduz os orçamentos nacionais e distritais do inglês para Chichewa, tornando o conteúdo acessível e para distribuição pelas comunidades locais. A coligação tem uma longa história de participação no acompanhamento dos orçamentos da educação e respectivos gastos, com os cidadãos.

Em 2011, a coligação envolveu grupos comunitários conhecidos pela monitoria do orçamento para a educação, para fazer inquéritos regulares e sondagem, os quais revelaram que 5 milhões de Malawi kwachas (11.500 US\$ na altura) tinham desaparecido de um fundo de educação no Distrito de Chitipa. Levaram a questão ao Comissário Distrital, que afirmou ter redireccionado os fundos para o Gabinete Distrital da Saúde – uma declaração que mais tarde se revelou ser falsa. Os grupos apresentaram uma petição ao Comité do Governo Local, chamando a atenção da comunidade para o uso indevido de fundos. Como resultado, o Ministro exigiu que os fundos em falta fossem reembolsados às escolas, e o Comissário Distrital foi afastado do seu cargo. O grupo então acompanhou o Fundo Distrital de Apoio às Escolas para garantir que os fundos eram devolvidos em benefício dos 60 000 alunos de Chitipa. Visite [CSEC](#) para obter mais informação.

## Monitoria Orçamental

A monitoria do orçamento significa a análise da maneira como o conteúdo e as actividades e processos que fazem parte da execução do orçamento, mudam durante um período de tempo. A monitoria do orçamento pode ser feita a nível nacional, estadual/provincial, distrital ou escolar. O acompanhamento pode ser feito a nível sectorial, como a educação, para ver como o orçamento foi executado ao longo de vários anos, ou o foco pode estar em um programa, examinando a forma como o orçamento foi despendido em programa específico de um sector, como a educação inclusiva, a educação das meninas, ou a educação especial. A monitoria do orçamento é um processo contínuo que examina os pontos no sistema onde as despesas são efectuadas, se as mesmas forem efectuadas conforme previsto, e se existem fugas.

## Orçamentação Multi-sectorial

A implementação de programas que abordam certas questões, como o género ou a inclusão das pessoas com deficiência, acontece frequentemente em vários ministérios. Por conseguinte, é importante monitorar as alocações orçamentais e as despesas para determinados programas em diferentes ministérios. Por exemplo, para programas de educação inclusiva, é necessário ver quanto dinheiro foi alocado ao Ministério da Educação, mas também podemos querer saber quanto foi alocado para actividades de triagem das deficiências no Ministério da Saúde. Encontrará exemplos de como as alocações orçamentárias para a educação inclusiva podem ser identificadas em vários ministérios no

**Módulo 4.**

## Envolvimento na Orçamentação

---

A sociedade civil tem um papel importante para responsabilizar o governo pela implementação das suas políticas e o uso do orçamento para proteger e promover os interesses dos seus cidadãos. A sociedade civil pode ser uma aliada importante do governo! Pelo seu trabalho na orçamentação em

conjunto com o governo, a sociedade civil pode consolidar a capacidade do governo, fornecendo formação, realizando investigação importante e melhorando as aptidões do governo para elaborar orçamentos eficazes. As organizações da sociedade civil (OSCs) podem envolver-se a nível nacional, local e escolar. A sociedade civil pode lutar pela transparência e a responsabilização nas despesas em vários sectores, a nível nacional. A sociedade civil pode fazer trabalho orçamental a níveis local e escolar para analisar, acompanhar e monitorar os orçamentos. Programas de educação para adultos, programas de formação profissional e de pós-graduação para aprendizagem contínua, não devem ser omitidos neste processo.

Os Comités de Gestão Escolar (CGEs), compostos por pais, professores, directores e autoridades locais, podem desempenhar um papel importante na orçamentação da educação a nível escolar. Os CGEs podem monitorar os rendimentos e as despesas orçamentais, tais como subvenções recebidas de agências do governo, autoridade local ou de outra fonte, e despesas.

## **Moçambique: Participação dos membros do Comité Escolar no planeamento e orçamentação a nível distrital.**

No distrito de Manhiça, na província de Maputo, ActionAid e parceiros distritais Núcleo Académico para o Desenvolvimento da Comunidade (NADEC) apoiaram a participação de membros do Comité de Gestão Escolar (CGE) nos processos de planeamento a nível distrital.

Os membros do CGE participaram nas reuniões do Conselho Geral, um dos processos consultivos do governo, e puderam partilhar algumas das suas preocupações sobre a prestação da educação a nível distrital. No entanto, observou-se mais tarde, graças a um exercício de mapeamento realizado por NADEC, que os membros do Comité Escolar não foram adequadamente incluídos nos processos distritais mais específicos do Plano Económico e Social e do Orçamento Distrital (PESOD). Os resultados do mapeamento foram partilhados com, e validados por, as autoridades distritais, após o qual os membros do CGE foram convidados a participar do processo PESOD de 2020.

ActionAid e NADEC apoiaram os membros do CGE a prepararem-se para esse processo, fornecendo-lhes formação em financiamento do sector público, e outra informação relevante, como dados de referência, uma imagem detalhada do ponto de situação da prestação do ensino em todo o distrito, especialmente no que diz respeito à sua capacidade de resposta ao género e às deficiências. Dados adicionais da investigação por ActionAid sobre o financiamento inclusivo da educação em Moçambique também foram partilhados com os membros do Comité Escolar.

Esta informação ajudou os membros do Comité Escolar a fazer recomendações específicas para que o governo atribua fundos a prioridades, como: melhores infra-estruturas e equipamento escolar mais seguros e mais acessíveis a pessoas com deficiência; formação de professores para garantir melhor





Actividades que as organizações da sociedade civil (OSCs) podem realizar para ajudar a tornar o processo orçamental mais efectivo:

- Fazer uma análise crítica independente, com monitoria dos gastos
- Oferecer treinamento em análise orçamental e advocacia
- Nutrir uma cultura de responsabilidade
- Advogar por mais e melhor acesso à tomada de decisões orçamentais
- Mobilizar as partes interessadas, os grupos de interesse e os cidadãos para participarem no trabalho orçamental
- Elaborar orçamentos alternativos
- Simplificar os orçamentos

Expandir o debate sobre políticas e decisões orçamentais.

## Envolvimento Activo

O Envolvimento é essencial! É importante que as pessoas façam contribuições **ao longo do processo orçamental** a todos os níveis. Solicitar o seu contributo relativamente às escolhas do governo (local) estabelece ou reforça a confiança e a aceitação. Exemplos de facilitação do envolvimento dos cidadãos e profissionais no processo incluem casas abertas, academias de cidadãos e/ou portais de cidadãos para acessar informação sobre orçamentos e processos.

### Envolvimento do Cidadão: Orçamentação Participativa no Brasil<sup>12</sup>

A Orçamentação participativa em Porto Alegre, no Brasil é vista como um dos exemplos mais bem-sucedidos da orçamentação participativa em qualquer parte do mundo, com 17 200 cidadãos envolvidos no seu auge em 2002, e a distribuição de cerca de 160 milhões de dólares do dinheiro público.

O processo envolve três séries de reuniões: assembleias de bairro, assembleias temáticas e reuniões de delegados para sessões de coordenação por toda a cidade (Conselho do Orçamento Participativo). Durante as assembleias, há discussões sobre as alocações de financiamento das responsabilidades do governo e debates que decidem os critérios pelos quais o orçamento é atribuído nos distritos – por exemplo, por população, índice de pobreza ou por indicador da escassez, e como lidar com questões que não são específicas à comunidade, como o ambiente, a educação, a saúde e os serviços sociais, e os transportes

As mulheres, as minorias étnicas, os salários baixos e a baixa escolaridade foram questões super representadas quando comparadas com a população urbana e, conseqüentemente, o financiamento foi então transferido para as partes mais pobres da cidade, onde era mais necessário. Levou os que são geralmente excluídos do processo político ao âmago da tomada de decisões, aumentando

significativamente o poder e a influência da sociedade civil e melhorando a vida das pessoas locais através da alocação mais eficaz dos recursos.

Leia todo [Case Study: Porto Alegre, Brazil](#)

**Durante a fase de planeamento**, as OSCs têm várias oportunidades para tentar influenciar as estimativas orçamentais, incluindo trabalhar com as respectivas comissões de planeamento e orçamentação e com os responsáveis dos ministérios de linha para garantir que a educação é uma prioridade.<sup>13</sup> A sociedade civil pode...

- Solicitar documentos públicos;
- Apresentar análises independentes da proposta orçamental do município, rever os documentos e oferecer resumos simplificados à comunidade;
- Recolher informação essencial sobre as necessidades e prioridades da comunidade e utilizar os meios de comunicação social e outras estratégias para advogar essas questões; e.
- Organizar-se em torno das questões.

**Durante a fase de implementação**, as OSCs podem monitorar e acompanhar a implementação do orçamento. Podem trabalhar com os diferentes ministérios, governos locais e outras partes interessadas para garantir que as alocações são feitas conforme planeado. A monitoria da implementação e das despesas do projecto também informa a fase orçamental seguinte, pelo que é bom manter-se a par. A sociedade civil pode...

- Rever e analisar relatórios trimestrais;
- Pronunciar-se quando os projectos não estão a decorrer como deviam; e
- Acompanhar a implementação do projecto e do programa para titularidade e sustentabilidade dos projectos.

**Durante a fase de controlo/auditoria**, as OSCs podem instar os governos a auditar a sua contabilidade atempadamente. Podem partilhar resultados do seu trabalho de monitoria e acompanhamento, com o objectivo de reforçar a qualidade da auditoria do governo. Também podem implementar mecanismos de responsabilização social como auditorias sociais, para influenciar os orçamentos futuros, avaliando como os orçamentos anteriores foram implementados. A sociedade civil pode...

- Completar a verificação de projectos públicos;
- Prestar *feedback*; e
- Fazer parte do grupo que presta *feedback* sobre o relatório da auditoria.

**Camboja: Sociedade Civil que Pode Dar Contributos ao Governo sobre Financiamento, Monitoria e Prestação de Educação Inclusiva**

"Como membro do Grupo Nacional de Trabalho do sector de Educação (ESWG) e da ONG de coligação Education Partnership (NEP), os membros da sociedade civil no Camboja contribuíram substancialmente à reunião anual de parceiros sobre as prioridades orçamentais da educação entre o Ministério da Economia e Finanças e o Ministério da Educação, Juventude e Desporto.

As principais recomendações formuladas pela NEP incluíram o financiamento do recém-criado Departamento de Educação Especial para garantir a educação inclusiva, melhorar a qualidade e os resultados da aprendizagem através do financiamento de medidas para abordar a questão da ausência dos professores, reduzir os encargos financeiros para os pais, eliminar as propinas escolares informais e melhorar os sistemas de recolha de dados, para que possam ser efectuadas análises desagregadas para o planeamento eficaz e a alocação orçamental." <sup>14</sup>

## Obstáculos no Acesso à Informação

---

Os obstáculos no acesso à informação para o trabalho orçamental podem incluir burocracia, falta de dados orçamentais precisos e atempados, falta de transparência e acesso limitado à informação.

### Acesso aos Dados

No entanto, a carência de dados sólidos raramente é boa razão para abandonar o trabalho orçamental. Embora seja preferível dispor de mais e melhores dados, é muitas vezes possível iniciar o trabalho orçamental educativo com qualquer informação disponível. Exemplos de informação essencial no trabalho orçamental da educação serão detalhados no **Módulo 2**.

### Envolvimento das OSCs

As OSCs têm grande interesse em promover reformas no sistema orçamentário, uma vez que são tipicamente os pobres e impotentes, os que são mais afectados negativamente por um sistema orçamentário fraco ou corrupto. Um sistema orçamental sólido – transparente e responsável – é muito mais susceptível de produzir resultados que reflectem a vontade de todas as pessoas. Um aspecto importante do trabalho orçamental também pode ser o de enfrentar estes desafios a níveis micro e macro:

- Pressão para mais transparência nos processos do orçamento do governo;
- Intercâmbio com agências e escritórios relevantes;
- Utilização de canais informais e fontes de informação alternativas; e
- Campanhas para a legislação sobre o direito à informação.

## Questões de Reflexão para o Módulo 1

Quais são as quatro fases do ciclo orçamental e que tipos de documentos podem ser encontrados em cada fase?

---

---

---

---

Como podem os governos tornar os seus orçamentos mais transparentes? Por que é que isto é importante?

---

---

---

---

Como pode a sociedade civil envolver-se no processo orçamental? Que oportunidades existem em cada fase?

---

---

---

---

Tente pesquisar e encontrar um orçamento governamental para um país onde vive/onde trabalha? Reflectir sobre quão fácil ou difícil foi de encontrar?

---

---

---

---

Como é que o orçamento governamental influencia a minha vida pessoal? Que serviços uso eu que são assegurados pelo governo?

---

---

---

---

# Exercícios de Orçamentação

---

## Exercício 1.1: Onde está o orçamento?<sup>1</sup>

### Objectivo

Para os participantes aprenderem a aceder à informação orçamental do seu país.

### Materiais

Folheto 1c

### Tempo

30 minutos

### Actividade

**1ª Opção.** Peça aos participantes para, antes do *workshop*, encontrarem a informação orçamental para o seu país (que pode incluir orçamentos nacionais, estatais, provinciais, distritais, etc.). Divida os participantes em pequenos grupos para partilharem e debaterem as suas conclusões. Em um contexto internacional, os participantes podem trabalhar em grupos de um país para reunir e discutir o que descobriram, ou em grupos de países mistos para comparar e contrastar a disponibilidade de informação nos vários contextos.

**2ª Opção.** Se os participantes tiverem acesso à Internet numa sessão de formação, podem tentar encontrar informação sobre o orçamento durante o *workshop*. Como facilitador, certifique-se de que se prepara para a sessão, que sabe das dificuldades de encontrar orçamentos nos diferentes países incluídos na formação. O tempo necessário para realizar este exercício dependerá da disponibilidade de documentos acessíveis ao público e da complexidade destes documentos – alguns países têm muita informação facilmente acessível (que pode levar mais tempo a resolver), outros têm muito menos. Permita que alguns participantes façam mais progresso do que outros. Pode querer colocar um facilitador (ou participante experiente) em cada grupo para apoiar (mas não liderar) o processo.

### Questões para debate

- Foi fácil encontrar informação sobre o orçamento do seu país?
- Que sites visitou para encontrar informação oficial do governo sobre o orçamento?
- Que sites visitou para encontrar informação suplementar sobre o orçamento?
- Que medidas acha que o governo deve tomar para tornar a informação orçamental mais facilmente acessível?
- Quão fácil foi compreender a informação no sítio do governo?
- O que acha que poderia ser feito para facilitar a compreensão da informação?

### Sugestão para o *Workshop* Online

Divida os participantes em várias salas e peça-lhes para responderem às perguntas. Peça-lhes para apresentarem as suas conclusões num Google Slide [Folheto Adaptado] ou num Padlet (mais informação em [Padlet](#)).

---

<sup>1</sup> Adaptado da Campanha Global para a Educação. Assuntos de Financiamento: Um *Kit* de Ferramentas sobre Financiamento Doméstico para a Educação

## **Exercício 1.2: Como interpretar o orçamento do seu país<sup>15</sup>**

### **Objectivo**

Para os participantes se familiarizem com o orçamento do seu país e comecem a analisar a informação disponível.

### **Materiais**

Se os participantes tiverem dificuldade em localizar documentos orçamentais relevantes no exercício 1.1, dê-lhes o orçamento aprovado do país para que o possam utilizar nesta actividade.

Folheto 1d

### **Tempo**

30 minutos

### **Actividade**

Divida os participantes em grupos (do mesmo país). Peça-lhes para reverem os documentos orçamentais e discutir as suas respostas às seguintes perguntas:

1. São apresentadas as razões para as escolhas feitas no orçamento? Pode dizer quais são as áreas orçamentais prioritárias?
2. O orçamento tem informação sobre os gastos do governo em programas, subprogramas e informação adicional sobre a desagregação dos gastos do governo abaixo do nível do subprograma?
3. O orçamento diferencia adequadamente as despesas com custos recorrentes (operacionais) e os custos de capital (desenvolvimento)?
4. O orçamento é centralizado ou descentralizado? Existe um orçamento regional e/ou distrital?
5. As rubricas orçamentais são suficientemente claras para saber a que se referem e são coerentes entre os departamentos?
6. O orçamento contém estimativas para os próximos três anos ou apenas para este ano (os orçamentos podem ser comparados facilmente ao longo dos anos)?

### **Intenção e Questões para Continuar o Debate**

O objectivo deste exercício é os participantes se familiarizem com o *layout* e o conteúdo do orçamento do seu país e aprenderem a extrair informação útil do mesmo. Por conseguinte, não é necessário partilhar na plenária as respostas específicas às perguntas acima referidas. Em vez disso, pode querer facilitar uma discussão em grupo sobre a experiência de percorrer o orçamento, e explorar algumas das seguintes questões:

- Quão fácil foi encontrar a informação sobre o orçamento de que precisava?
- Que desafios encontrou?
- Que nova terminologia descobriu?
- O que acha que poderia ser feito para facilitar a compreensão do orçamento?

### **Sugestão para o *Workshop* Online**

Divida os participantes em várias salas e peça-lhes para responderem às perguntas. Peça-lhes para apresentarem as suas conclusões em um Google Slide [Folheto Adaptado] ou num Padlet.

## **Exercício 1.3: O processo orçamental<sup>16</sup>**

### **Objectivo**

Os participantes compreenderem o ciclo orçamental e os diferentes intervenientes e as suas funções de identificação de pontos de entrada nos processos orçamentais.

### **Materiais**

Folhetos 1g (um para cada participante) e 1f (um para cada grupo).

O Folheto 1e deve ser cortado em tiras

### **Tempo**

60 minutos

### **Actividade**

Convide um participante que conheça o processo de orçamento do governo (ou outra parte do mesmo) a descrevê-lo aos outros participantes.

Apresentar as 4 fases do ciclo orçamental aos participantes.

Divida os participantes em grupos de 4. Dê a cada grupo um conjunto de faixas correspondentes às diferentes etapas do processo de orçamento na República de Dreamland.

Explique que as faixas cinzentas são rubricas que reflectem as quatro fases principais do ciclo orçamental; as faixas com escrita a negrito são sub-rubricas dentro das quatro fases principais.

Peça a cada grupo para tentar organizar as faixas na ordem correcta para reflectir o processo completo do orçamento.

Depois de os participantes terminarem o trabalho, peça a cada grupo para apresentar a sua solução.

Em seguida, distribua o Folheto 1f na ordem correcta e debata as diferenças entre o mesmo e o que os grupos apresentaram.

### Nota:

- O processo orçamental pode diferir de um país para outro e entre vários níveis de governo (local, nacional, estadual ou federal).
- As tiras reflectem o processo orçamental, tal como descrito no governo.

### **Questões para Continuar o Debate**

Poderá querer facilitar uma discussão em grupo sobre a experiência de percorrer o ciclo orçamental, explorando algumas das seguintes questões:

- O processo orçamental é diferente nos países dos participantes? Como?
- Que aspecto poderia ter uma descrição do processo orçamental de um governo, visto do exterior?
- Que etapas faltam na lista?

### **Sugestão para o *Workshop* Online**

Divida os participantes em várias salas e peça-lhes para responderem às perguntas. Peça-lhes para apresentarem as suas conclusões em um Google Slide [Folheto Adaptado] ou num Padlet.



## **Exercício 1.4: Intervenientes no processo orçamental**

### **Objectivo**

Para os participantes identificarem os intervenientes envolvidos nas diferentes fases do ciclo orçamental.

### **Materiais**

Folheto 1h

### **Tempo**

30 minutos

### **Actividade**

Mantenha os participantes nos grupos do último exercício. Peça-lhes para debaterem as seguintes perguntas:

- Que elementos (por exemplo, ONGs, cidadãos comuns, representantes eleitos) poderão estar envolvidos em cada etapa do processo orçamental?
- Que elementos poderiam estar envolvidos em cada fase mas que actualmente o não estão?

Distribua o Folheto 1h e peça aos grupos que listem os principais intervenientes nas diferentes etapas do processo de orçamentação a nível nacional, provincial e local no seu país, mais as suas respectivas actividades. Onde estão os possíveis pontos de entrada para integrar a inclusão do género ou das deficiências?

Peça aos grupos para apresentarem as suas conclusões ao grupo maior.

### **Questões para Continuar o Debate**

Poderá querer facilitar um debate em grupo sobre os diferentes tipos de elementos envolvidos no ciclo orçamental, explorando algumas das seguintes questões:

- Ficaram surpreendidos com algum dos elementos que foram discutidos?
- Que desafios poderiam enfrentar ao tentar ligar-se a estes elementos?

### **Sugestão para o *Workshop* Online**

Divida os participantes em várias salas e peça-lhes para responderem às perguntas. Peça-lhes para apresentarem as suas conclusões em um Google Slide [Folheto Adaptado] ou num Padlet.

## Exercício 1.4a: Diagrama de Chapatti - espaços de poder<sup>17</sup>

### Objectivo

Para os participantes explorarem espaços de poder e relações de poder entre intervenientes.

### Materiais

Quadro de folhas e marcadores

### Tempo

45 minutos

O exercício 1.4 pode ser ampliado para explorar as relações de poder entre os intervenientes identificados e as pessoas, com enfoque nos espaços de poder (fechados, convidados, criados). Ao criar um diagrama de Chapatti, os participantes usam círculos de dimensões e distâncias diferentes para reflectir sobre as relações de poder, demonstrar qual é o aspecto do poder em espaços diferentes e como as relações entre grupos diferentes podem criar espaço para exigir poder ou restringir o acesso ao poder a outros grupos, como mulheres ou pessoas que vivem na pobreza.

Explique aos participantes que uma forma de olhar para o poder é em termos dos diferentes tipos de espaço que existem para influenciar a tomada de decisões. Há muitas maneiras de classificar estas questões, mas as três classificações de fechado, convidado e criado são talvez as mais usadas.

**Espaços fechados:** Onde elites como políticos, burocratas, especialistas, patrões, gestores e líderes tomam decisões à porta fechada, com pouca ou nenhuma consulta ou o envolvimento de outros.

**Espaços ‘convidados’ ou ‘por convite’:** Espaços que são criados e abertos à participação, com sectores da população que foram, historicamente, excluídos.

**Espaços reclamados ou auto-criados:** Novos espaços abertos para pôr o foco na acção dos cidadãos e na participação activa.

Para uma explicação mais detalhada de espaços de poder fechados, convidados e criados, considere a [Understanding Power Shifts toolbox](#).

### Etapas:

1. Peça aos grupos que desenhem círculos de diferentes tamanhos para representar os espaços de poder (pequenas instituições com espaço fechado, médias instituições com espaço convidado e grandes instituições com espaço reclamado).
2. Peça aos grupos para pensarem nos elementos identificados que operam em espaços fechados. Peça aos grupos para desenharem círculos de pequeno tamanho para representar estes elementos. Explore as seguintes perguntas com o grupo:
  - Como é que os espaços fechados restringem o acesso dos participantes aos processos e/ou recursos de tomada de decisões?
  - De que estratégias se serviram para obter acesso aos espaços fechados?
  - O poder mudou de alguma forma?
3. Peça aos grupos que reflectam sobre quais dos elementos identificados têm espaços em que os grupos são convidados a participar. Peça aos grupos para desenharem círculos de tamanho médio que representam estes elementos. Explore as seguintes perguntas com o grupo:
  - Que experiência de participação em/acesso a, espaços convidados tem o grupo?
  - Foram capazes de se fazer ouvir/influenciar a tomada de decisões?
  - Que estratégias utilizaram para aceder aos espaços convidados e aumentar a sua influência sobre eles?

- Eles foram capazes de usar espaços convidados para mudar o poder de alguma forma?
- 4. Peça aos grupos para refletirem sobre onde no diagrama Chapatti eles vêem oportunidades para espaços reclamados e auto-criados? Peça aos grupos que desenhem círculos de grande dimensão para representarem estas instituições. Explore com o grupo.
  - Que experiências têm sobre tentar reclamar espaços para se fazerem ouvir?
  - Foram capazes de utilizar espaços reclamados para mudar o poder de alguma forma?
- 5. Agora, peça aos grupos para posicionarem os círculos próximos ou distantes uns dos outros e demonstrar quais os elementos no diagrama de Chapatti que trabalharam juntos para reclamar os novos espaços ou para fechar e limitar o acesso aos espaços de poder?
  - Se os grupos não reclamaram espaços, poderia usar esta reflexão e pedir-lhes que olhassem para outros elementos e pensassem sobre como poderiam trabalhar juntos e que estratégias poderiam usar para reclamar espaços.
- 6. Permita que os grupos apresentem e discutam o diagrama Chapatti que foi elaborado; a visualização pode ser ampliada com versões antes, agora e ideais do diagrama de Chapatti, e explorar possíveis estratégias para reclamar novos espaços, aproveitar espaços convidados ou obter acesso a espaços fechados.

### **Questões para continuar o debate**

- Que espaços fechados, convidados e reclamados são identificados?
- Que experiência tem o grupo na participação em/acesso a espaços convidados?
- Que experiência tem o grupo na participação em/acesso a espaços fechados?
- Foram capazes de se fazer ouvir/influenciar a tomada de decisões?
- Experienciaram alguma forma de mudança de poder?
- De que estratégias se serviram para obter acesso a espaços fechados e convidados?
- Que estratégias usaram aumentar a sua influência nestes espaços?

## Exercício 1.5: Auditoria Social

### Objectivo

Os participantes compreenderem as etapas envolvidas no planeamento de uma auditoria social.

### Materiais

Folheto 1i

Quadro de Folhas e marcadores

### Tempo

1 hora

### Actividade

Divida os participantes em grupos de 3 ou 4. Peça-lhes que revejam as etapas de uma auditoria social no Folheto 1i e depois trabalhem juntos para elaborar um plano para uma auditoria social.

Depois de cada grupo ter elaborado o seu plano de acção, peça a cada grupo que apresente o seu plano ao grupo maior.

### Questões para Continuar o Debate

Poderá querer facilitar uma discussão em grupo sobre a experiência do planeamento de uma auditoria social, e explorar algumas das seguintes perguntas:

- Que desafios acha que pode encontrar no processo?
- Como se podem superar estes desafios?

Possíveis desafios e passos para os superar:

- No processo de auditoria social, precisará provavelmente de desafiar detentores de poder ou provedores de serviços, mas é importante evitar conflitos desnecessários. Tente envolver os oficiais governamentais relevantes logo desde o início para obter o seu apoio.
- Pode ser difícil obter cópias dos documentos do projecto primário e dos registos governamentais. Em países com leis de liberdade de informação, os canais formais podem ser usados para obter acesso a esses documentos. Quando não é reconhecido nenhum direito de acesso à informação pública, as organizações da sociedade civil terão de confiar nas suas redes e relacionamentos com organizações governamentais que estejam dispostas a ajudá-las.
- Se houver erros nos dados e as suas conclusões não puderem ser reforçadas por factos, a sua campanha perderá a credibilidade. Certifique-se de que todas as suas reclamações foram devidamente fundamentadas e que os factos são cuidadosamente verificados.
- Os processos de auditoria social correm o risco de se tornarem pessoais, especialmente se um funcionário bem conhecido for exposto ao longo do processo. É sensato focar a conduta e o desempenho dos elementos envolvidos mais do que as suas personalidades.

### Sugestão para o *Workshop* Online

Divida os participantes por outras salas e peça-lhes para responderem às perguntas. Peça-lhes para apresentarem as suas conclusões em um Google Slide [Folheto Adaptado] ou num Padlet.

# Módulo 2

## Orçamentação para a Educação

### Sinopse do Módulo

A orçamentação para a educação desempenha um papel importante na elaboração de planos no sector educacional. Embora tenha havido certamente progresso no aumento dos orçamentos para a educação, ainda há muito trabalho a fazer. Neste módulo são discutidos os principais intervenientes no sector da educação, bem como as formas de aumentar a participação ou a dimensão do orçamento para a educação. Existem exemplos de boas práticas e referências onde pode encontrar os dados de que necessita para examinar o orçamento da educação do seu governo.

### Resultados da Aprendizagem

- Compreender os princípios básicos de orçamentação governamental e do processo orçamental
- Compreender os conceitos básicos do trabalho do orçamento com foco na educação
- Saber quando e como se deve envolver no processo orçamental e onde encontrar dados sobre a educação

### Principais Conceitos

O ciclo orçamental aplicado ao orçamento para a educação; elementos essenciais no sector da educação; rubricas orçamentais importantes a avaliar; visão geral do orçamento para a educação

## O que é orçamentação para a educação?

A orçamentação para a educação é o trabalho feito na preparação e na implementação da parte educativa do orçamento de um governo. O orçamento baseia-se, em grande parte, em políticas governamentais. As políticas governamentais destinam-se a ser transformadas em programas, projectos, actividades, contribuições orçamentais (fundos e recursos) e resultados orçamentais (escolas, manuais escolares, auxiliares de aprendizagem, pensionatos escolares, etc.).

**"A única forma de dar aos nossos filhos a melhor educação do mundo e prepará-los para o próximo século é financiando os programas que estão ao seu serviço"** – Paul Farmer

## Estrutura 4S

---

A estrutura **4S**<sup>18</sup> identifica quatro princípios claros que devem ser aplicados para garantir que os países cumprem as promessas duplas de qualidade e inclusão do ODS4:

1. Uma **PORÇÃO** equitativa do orçamento é gasta na educação - cumprindo ou excedendo os valores de referência da UNESCO de 20% do orçamento nacional ou de 6% do PIB, com especial incidência nos grupos marginalizados, incluindo as crianças com deficiências.
2. Uma boa **PARTE** do orçamento global é angariada através de uma base tributária progressiva, maximizando a disponibilidade dos recursos nacionais para investimento em serviços públicos, garantindo que os mais abastados (que podem pagar) apoiam os que são menos capazes (mais pobres) de o fazer. Isto também requer políticas macroeconómicas que possam apoiar o aumento do orçamento, como a redução do serviço da dívida ou a limitação de políticas de austeridade.
3. Os orçamentos são **SENSÍVEIS**, centram-se na equidade das despesas públicas para corrigir desigualdades mais amplas na sociedade (como estipêndios para a educação de meninas e crianças com deficiência, ou maior investimento na distribuição de professores qualificados para as áreas rurais pobres).
4. O **ESCRUTÍNIO** público das despesas orçamentais garante que os fundos chegam a tempo (especialmente nas zonas desfavorecidas) e são efectivamente gastos. Isto pode necessitar por exemplo, que os grupos da sociedade civil tenham a supervisão da elaboração e das despesas orçamentais, como nos exemplos fornecidos neste manual.

Alunas de escola, Nepal CRÉDITO: Kagendra Sapkhota/ActionAid



# Quadro de financiamento da educação: 4S

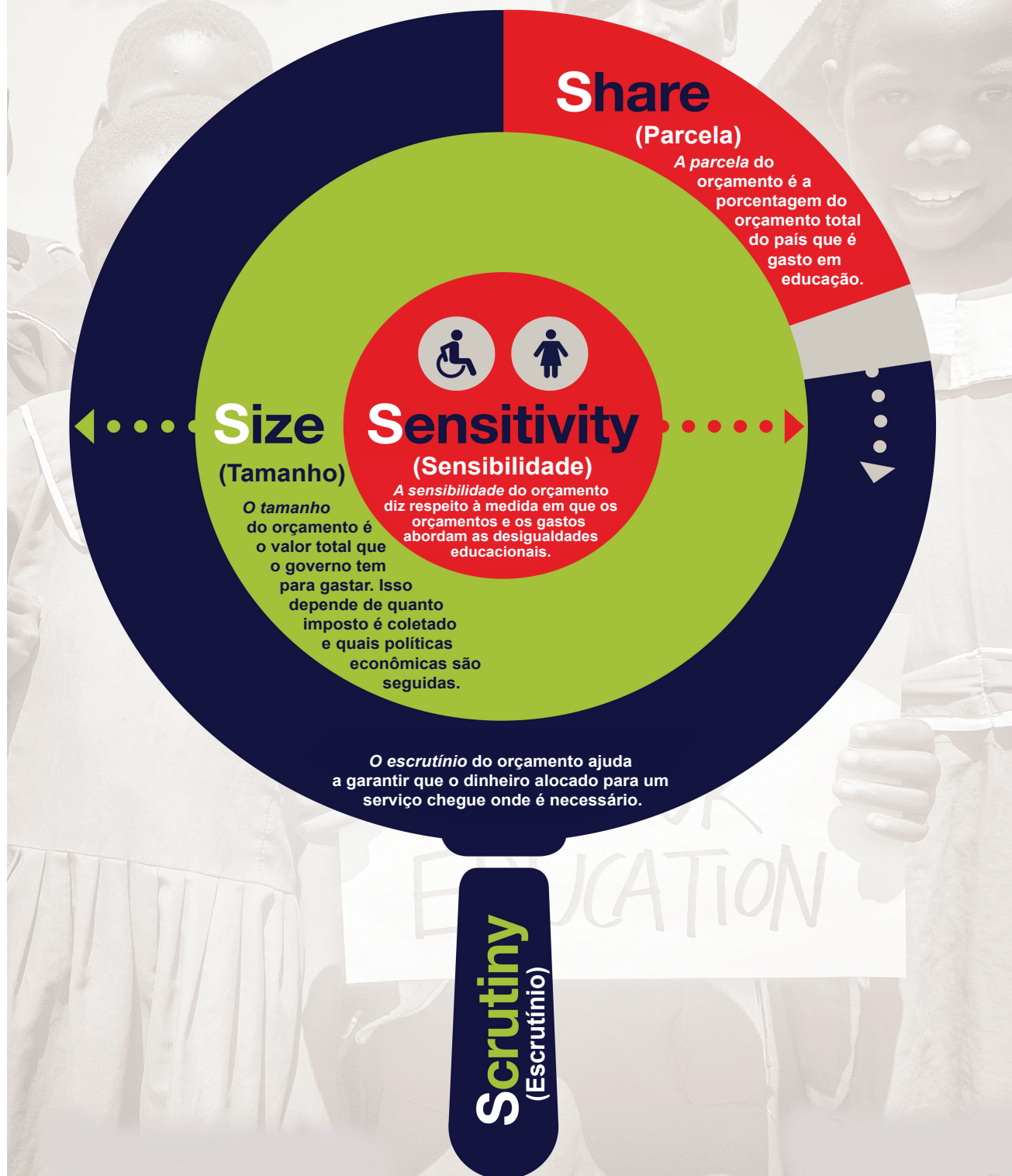
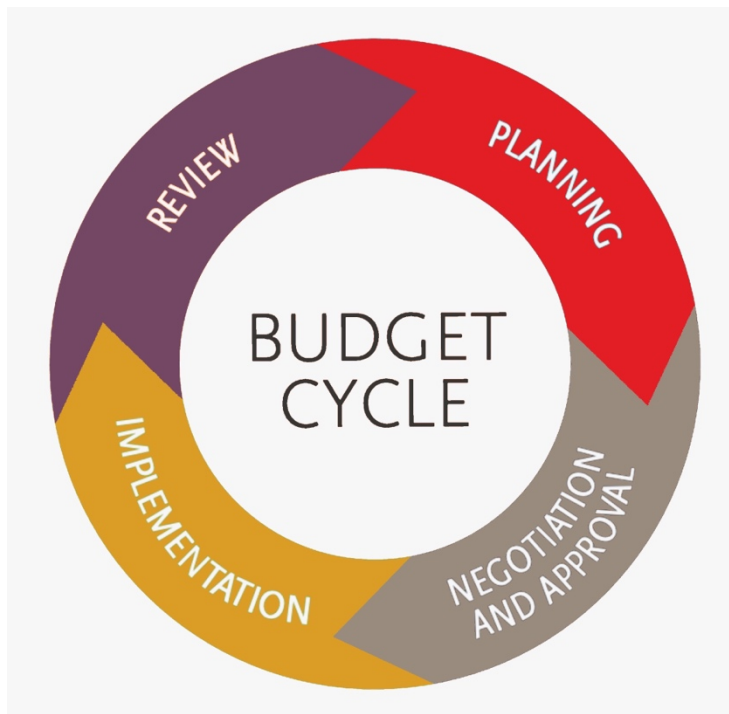


Figura 7. Estrutura 4S

## Plano do Sector da Educação

O Plano do Sector de Educação<sup>19</sup> (ESP) é um documento estratégico que oferece uma visão para o sistema educacional e identifica as formas de a realizar. Proporciona uma visão de longo prazo, com prioridades políticas de médio/longo prazo (definidas como objectivos globais) e estratégias conexas (desenvolvidas em programas) que incluem as actividades (que operacionalizam as estratégias). Os resultados previstos (realizações/serviços) são mensurados através de indicadores em razão dos objectivos definidos – que estão resumidos no quadro de resultados. Trata-se de um documento fundamental para consulta e comparação com o orçamento nacional, a fim de verificar se o orçamento proposto está em conformidade com as ambições do ESP.



**Figura 8. O ciclo orçamental**

Como vimos no **Módulo 1**, os orçamentos são vitais ao desenvolvimento de qualquer nação. Para sublinhar a importância dos orçamentos, os peritos em governação consideram que, após a constituição, o orçamento nacional é o segundo documento mais importante de qualquer estado moderno. Todos os governos operam com base num orçamento aprovado para implementar decisões políticas, que visam melhorar o bem-estar dos cidadãos.

Estes orçamentos são formulados com base nas necessidades dos cidadãos que, por sua vez, correspondem às necessidades de uma nação. De modo geral, uma parte significativa do financiamento da educação flui do orçamento nacional para as autoridades orçamentais locais, como distritos escolares ou agências de educação provinciais.

## Importância

O direito à educação é fundamental para a participação na sociedade, a independência, a resiliência e a cidadania activa. A educação é conhecida como um direito capacitador e é fundamental ao cumprimento de todos os outros direitos. A falta de acesso à educação leva à exclusão, à marginalização e aos baixos resultados em todos os ODSs.

**58 milhões de crianças de todo o mundo não vão à escola**

**32.5 milhões são crianças com deficiência de países de baixo rendimento**



## 1/3 dos 58 milhões de crianças fora da escola têm deficiências

Nas últimas décadas, muitos países criaram programas no sector da educação, inicialmente visados ao acesso e à frequência da escola primária para todos. O acesso a programas de ensino pré-escolar, secundário, terciário e a aprendizagem ao longo da vida, está a tornar-se em prioridade para muitos governos. Mas será o suficiente? A resposta, infelizmente, é não. Há ainda milhões de crianças e jovens que não frequentam a escola e, enquanto for esse o caso, há mais trabalho a fazer. Isto torna-se ainda mais evidente quando o vemos do ponto de vista da inclusão do género e das deficiências.

## Educação de Qualidade<sup>20</sup>

---



Desde 2000 que se tem notado enorme progresso na consecução do objectivo do ensino primário universal. A taxa total de matrículas nas regiões em desenvolvimento atingiu 91% em 2015, e o número mundial de crianças fora da escola caiu quase para metade. Houve também um aumento dramático nas taxas de alfabetização e muitas mais meninas do que nunca frequentam a escola. Todos estes são êxitos notáveis.

Embora a África Subsariana tenha demonstrado o maior progresso no ensino primário dentre todas as regiões em desenvolvimento – de 52 por cento em 1990 para 78 por cento em 2012 – subsistem grandes disparidades. As crianças das famílias mais pobres têm até quatro vezes mais probabilidades de abandonar a escola do que as das famílias mais ricas. As disparidades entre as zonas rurais e urbanas continuam igualmente elevadas.

A pé para a escola, Tanzânia. CRÉDITOS: Stefano Bianco/ActionAid



Quase 25% dos mil milhões de crianças do mundo continuam fora da escola. Entre elas, pelo menos 50% das crianças com deficiência estão excluídas da educação, nos países de baixo e médio rendimento. Em alguns contextos, o valor está mais próximo de 90%.

Por cada 100 crianças em países de baixo e médio rendimento, 53 crianças tinham aprendizagem carente antes da COVID e 63 têm aprendizagem carente pós COVID. No auge do encerramento das escolas, em Abril de 2020, 94% dos alunos – ou 1.6 mil milhões de crianças – estavam fora da escola em todo o mundo.<sup>21</sup>

Conseguir uma educação inclusiva e de qualidade para todos reafirma a convicção de que a educação é um dos veículos mais poderosos e comprovados para o desenvolvimento sustentável. Este objectivo garante que todas as meninas e rapazes concluam o ensino primário e o secundário gratuitamente, até 2030. Visa igualmente assegurar a igualdade do acesso à formação profissional, eliminar as disparidades do género e da riqueza e conseguir o acesso universal ao ensino superior de qualidade.<sup>22</sup>

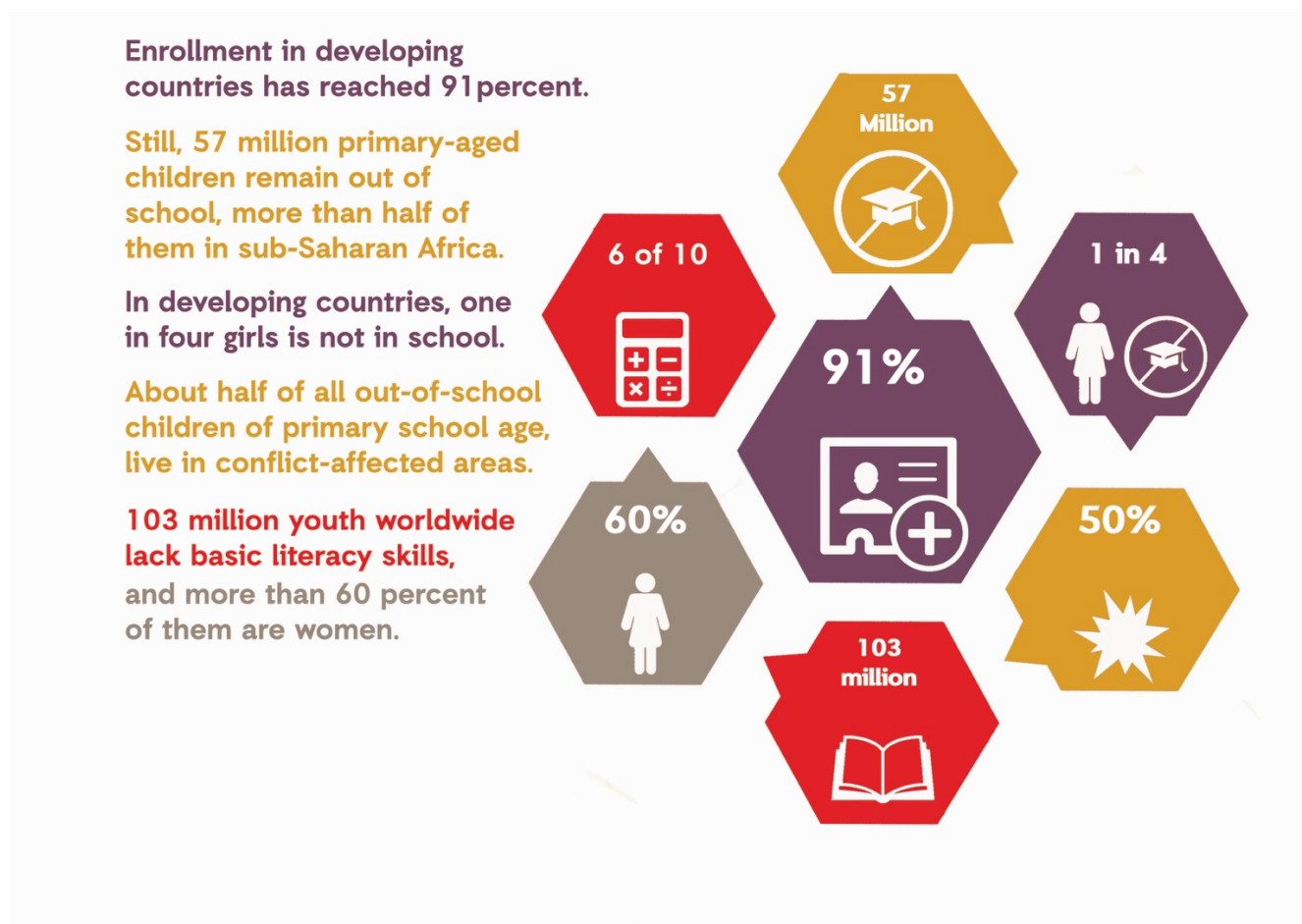


Figura 9. Factos e figuras

## Principais Intervenientes

---

A estrutura do sistema de ensino é diferente em cada país, mas os principais intervenientes são amplamente semelhantes.

**Os funcionários do governo nacional** (por exemplo, membros do parlamento) têm poderes para aprovar, alterar ou introduzir novas leis relacionadas com a educação. Têm também o poder de pedir ao Ministro da Educação que contabilize as opções de política de educação, as alocações orçamentais e as despesas. Isto também significa que podem influenciar o orçamento e pedir as mudanças que considerarem necessárias.

**Os funcionários da educação nacional** (por exemplo, o Ministro da Educação) formulam políticas de educação e preparam o respectivo orçamento.

**Os funcionários do estado ou distrito** (por exemplo, funcionários do ensino distrital) implementam políticas e orçamentos governamentais. Têm conhecimento dos processos pelos quais ocorre a prestação de serviços e podem identificar onde os desafios residem na implementação de políticas e orçamentos educacionais.

**Os funcionários do governo escolar** (por exemplo, directores, professores, comités de gestão escolar ou associações de professores e pais) são responsáveis pela supervisão geral dos fundos a nível da escola. Eles podem dar uma ideia do que precisa ser mudado na educação local, quais os recursos que são recebidos e quais são as restrições .



**Figura 10. Exemplos de estruturas do sector da educação**

## Elementos Essenciais

---

É importante notar que a educação (e, portanto, a orçamentação para a educação) começa a nível pré-primário e passa ao ensino primário, secundário e terciário. O ensino e a formação técnica e profissional (TVET), tanto a nível informal como formal, devem também fazer parte do orçamento para a educação.

Exemplos de itens que normalmente encontrará em qualquer orçamento para a educação:

- Infra-estrutura (salas de aula, instalações sanitárias, pensionatos, habitação para professores, etc.)
- Salários para professores e pessoal de apoio ao ensino
- Salários para o pessoal dos institutos de educação
- Transporte (autocarros escolares, triciclos (tuk-tuks), etc.)

- Subsídios para material escolar, como manuais escolares, uniformes, materiais de aprendizagem, dispositivos auxiliares
- Programas de formação extra para professores e assessores
- Materiais de aprendizagem acessíveis
- Auxiliares de aprendizagem, tecnologia de assistência

Nota: Pode encontrar mais informação sobre elementos essenciais à educação inclusiva no **Módulo 4**.

## Gastos do Governo na Educação

---

O Quadro de Acção para o Ensino de 2030 [Framework For Action](#) reconhece que os objectivos não podem ser realizados sem aumentar o financiamento e que os governos deveriam investir pelo menos **4-6% do PIB e 15-20%** dos seus orçamentos na educação. Destaca também a necessidade de mobilizar recursos a níveis nacional, regional e global para assegurar um "financiamento adequado para a educação".

**"Se não estiver no orçamento, então não é  
prioridade!"<sup>23</sup>**

### Análise Orçamental para Orçamentos da Educação

No seguimento da estrutura 4S, é importante aumentar a porção, bem como a dimensão do orçamento. Conforme discutido no **Módulo 1**, o trabalho orçamentário pode ajudar-nos a fazer isso.

Outros grupos e partes interessadas dos quais procura apoio na análise do orçamento para a educação, incluem:

- OSCs locais de parceria em educação, género e deficiências
- Representantes do conselho escolar primário e secundário
- Representantes dos professores do ensino secundário
- Representante do departamento da educação distrital
- Representantes dos pais de meninas ou de outros alunos com direito à educação gratuita, conforme estabelecido no decreto/lei x
- Organizações que acompanham o orçamento e as despesas públicas em geral, bem como outras partes interessadas importantes: O Ministério das Finanças, em especial a secção de planeamento e a secção de auditoria
- Ministério do Governo Local e Descentralização
- Ministério da Educação, Departamento do Ensino Básico e Secundário
- Doador/LEG
- Grupos de Educação
- Directores de escolas primárias seleccionadas no distrito
- Directores de todas as escolas secundárias do distrito

- Unidades/institutos de investigação locais/nacionais
- Ministério da Saúde, especialmente quando se trata de alunos que vivem com deficiências
- Qualquer órgão estudantil que esteja activo no seu contexto



***"Nem mesmo enormes pilhas de documentos orçamentais nos assustam; há que lidar com eles para tomar decisões informadas!"***

Adedeji Peter Ademefun PhD Development Worker, Nigéria.

## Que procuramos?

Para entender e começar a analisar a situação da educação do ponto de vista financeiro em um país ou região, precisamos, no mínimo, de analisar o seguinte:

1. Estrutura: Como está organizado o sector da educação?
2. O total das alocações orçamentais do governo aos diferentes sectores, incluindo a educação.
3. O orçamento para a educação em percentagem do orçamento total e em percentagem do PIB, e a forma como estas alocações se comparam com os valores de referência do financiamento internacional da educação (por exemplo, 15-20% do orçamento nacional e 4-6% do PIB).
4. A percentagem efectiva do orçamento gasto no final do exercício e as implicações do nível de despesas.
5. O regime tributário:
  - a. Será que o governo angaria recursos suficientes através dos impostos? Por exemplo, qual é o rácio de impostos/PIB do governo? O Banco Mundial e o FMI afirmam que tudo que seja inferior a 15% é insuficiente para cobrir nada mais que as funções mais básicas do Estado.
  - b. O sistema fiscal é considerado progressivo? Por outras palavras:
    - i. As pessoas pagam impostos proporcionais ao seu rendimento e riqueza?
    - ii. O governo oferece incentivos fiscais significativos às grandes empresas, que acabam por pagar menos do que a sua quota justa?
    - iii. Estão os ricos e as corporações a aproveitar-se das falhas legais ou dos paraísos fiscais internacionais para evitar pagar a sua parte justa dos impostos?
6. Alocação recorrente (para pessoal e despesas gerais).
7. Afectação de capital (para edifícios, formação, formulação de currículos, ajudas ao ensino, etc.).
8. Taxas de inscrição: Quantas crianças se inscrevem na escola todos os anos<sup>24</sup>
9. Crianças Fora da Escola: Quantas crianças estão fora da escola, incluindo as que nunca se inscreveram ou que a abandonaram cedo?
10. Jovens fora da escola - isto é importante porque é possível manter os jovens na escola com alocações monetárias suficientes.
11. Taxas de desemprego dos jovens.
12. As famílias e os políticos mais ricos enviam os seus filhos ao estrangeiro para estudar?

As respostas a estas perguntas dar-nos-ão a informação que nos dará uma ideia muito boa dos resultados educacionais de um país, onde os gastos se alinham com as necessidades e onde poderá haver lacunas.

Para além das questões acima referidas, também examinamos os indicadores da educação que são utilizados internacionalmente. Isto é importante porque nos dá a oportunidade de compararmos o nosso país com outros países, especialmente os que enfrentam o mesmo conjunto (ou semelhante) de circunstâncias e desafios. Podemos aprender com as soluções e os erros de outros países. O processo de advocacia dá-nos um ponto de partida com o nosso governo e exige melhorias.

Os indicadores da educação devem ser desagregados por sexo e, sempre que possível, complementados por dados sobre os alunos com deficiência. Existem, no entanto, muitos indicadores que poderiam ser utilizados. Seguem-se exemplos de indicadores que podem ser usados para avaliar a eficácia de um sistema de educação:

- Taxa líquida de inscrição ou de presença primária
- % de alunos que começam a 1ª classe e que chegam à 5ª classe
- Taxa de alfabetização de adultos
- Taxa de literacia de jovens entre os 15 e os 24 anos
- Número de crianças e jovens fora da escola
- Taxas de desistências e/ou de completação

[UNESCO Institute of Statistics](#) (UIS) acompanha como os indicadores da educação se relacionam com metas específicas estabelecidas no ODS4, bem como outros indicadores de política relevantes e indicadores especificamente relacionados ao acesso, à retenção, à completação, à proficiência em alfabetização e numeracia, taxas de fora da escola em diferentes níveis, bem como indicadores financeiros, incluindo as despesas públicas com a educação, em montante e em % do PIB.

Dado o foco deste manual, os indicadores da Meta 4 do ODS4 seriam especialmente relevantes para rastrear:

**Meta 4.5:** Até 2030, eliminar as disparidades do género na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência, povos indígenas e crianças em situações vulneráveis.

**Meta 4.5.1** Índices de paridade (feminino/masculino, rural/urbano, quintil de riqueza inferior/superior e outros, como a situação de incapacidade, povos indígenas e afectados por conflitos, à medida que os dados se tornam disponíveis) para todos os indicadores educacionais desta lista que podem ser desagregados (segue uma longa lista de indicadores).

**A análise orçamental** na educação pode envolver a comparação do orçamento do Ministério da Educação com o de outros ministérios, como o Ministério da Saúde ou o Ministério da Defesa, para determinar a prioridade dada à educação em relação a outros sectores.



## Intermezzo: A importância da desagregação de dados

As médias parecem mascarar as disparidades, razão pela qual é da maior importância desagregar os dados por rendimento, localização geográfica, idade, sexo, raça, etnia, estado migratório, deficiência e outras características pertinentes. Os dados e a informação desagregados relativos ao género e à deficiência devem estar disponíveis para que os decisores políticos possam avaliar a situação e formular respostas e políticas adequadas baseadas na evidência. Estes dados devem ser recolhidos e analisados no âmbito do processo de elaboração de políticas, abrangendo idealmente vários anos para acompanhar as alterações e tomar medidas correctivas.

As organizações da sociedade civil, incluindo ONGs, OPDs e grupos de mulheres, podem ser aliados preciosos na recolha de informação sobre o impacto possível ou real, das políticas governamentais, e devem ser consultadas regularmente. Estudos, entrevistas, análise, sondagens de opinião e aferições também são métodos eficazes para a obtenção e análise de dados sobre políticas de diversidade, bem como artigos académicos, entrevistas domiciliares, discussão em grupo focal. Por último, a sensibilização e a especialização dos funcionários públicos através de campanhas de informação e formação também são importantes.<sup>25</sup>

Depois de ter analisado os indicadores e os dados desagregados, a segunda fase consiste em procurar despesas a todos os diferentes níveis do sistema educativo (por exemplo, aprendizagem precoce, primária, secundária, profissional, terciária), uma vez que se resumem a um sector único de "educação". Os dados desagregados por deficiência também devem ser complementados com dados qualitativos, uma vez que nem todos os grupos de pessoas com deficiência estão representados em ferramentas comuns de desagregação como as Perguntas do Grupo Washington.<sup>26</sup>

**Tabela 2. Distribuição do orçamento do sector da educação como percentagem entre os níveis de educação<sup>27</sup>**

<b>Linha Orçamental para Tipo ou Nível de Educação</b>	<b>Montante Atribuído</b>	<b>Orçamento Total</b>	<b>%</b>
Educação da Primeira Infância			
Ensino Primário			
Ensino Secundário			
Educação e formação vocacional e técnica			
Ensino Terciário			
Educação básica/não formal (jovens e adultos)			
Outros (como a aprendizagem ao longo da vida, ensino de adultos)			

As transferências do governos para universidades nacionais, juntas examinadoras, instituições de formação de professores e conselhos curriculares podem receber alocações separadas sob "instituições públicas" ou "instituições subvencionadas" Altos níveis de gastos com o terciário (incluindo bolsas de estudo para enviar estudantes para o exterior) podem inflacionar a dimensão do investimento, portanto é importante desagregar isto. A despesa total com a educação inclui, se possível, os níveis nacional, sub-nacional e local; tenha cuidado para evitar a dupla contagem (as transferências do nível central para os níveis sub-nacionais não devem ser contabilizadas duas vezes).

**Por fim, faça a si próprio algumas destas perguntas:**

- Quanto é atribuído aos vários programas de educação a nível da prestação de serviços?
- Será que isso é justo e proporcional ao estado da população? <sup>28</sup> Veja o exemplo sobre Zambézia, Moçambique, na página seguinte.
- Preste especial atenção à Educação da Primeira Infância. A evidência sugere que os investimentos no Desenvolvimento da Primeira Infância (ECD) acessível e económico, ou principalmente, gratuito, aumenta as oportunidades para as mulheres e (se a inclusão do sexo e das deficiências for tomada em conta no currículo do ECD), pode contribuir para a igualdade e a inclusão do género.<sup>2930</sup>
- Preste especial atenção à educação inclusiva e veja se há alocações feitas para programas que possam ter o efeito oposto (educação segregada, por exemplo).

As possíveis fontes de informação poderão incluir o orçamento nacional aprovado, Quadro de Despesas a Médio Prazo (MTEF), resultados auditados ou preliminares para os últimos quatro anos, previsões aprovadas/projectos para o exercício em curso, projecções para o último ano, discurso orçamental, Observatório de Despesas do Governo, UNESCO.<sup>31</sup>

## **Exemplo: Moçambique**

### *Exame ampliado de um orçamento educativo justo e proporcional em Moçambique*

Zambézia é uma das províncias mais pobres com o maior número de crianças fora da escola, e mesmo assim, recebe em geral, metade das alocações per capita de Maputo, a região capital mais rica. As quatro províncias com o rácio aluno-professor mais alto são as que recebem alocações mais baixas. É vital que estas discrepâncias sejam consideradas para melhorar a equidade da educação em Moçambique, e ajudar a resolver as graves restrições de recursos nas províncias mais pobres. Além disso, de acordo com os dados do censo de 2017, 69.5% das crianças e jovens dos 5 aos 19 anos com alguma forma de deficiência, são classificados como vivendo em áreas rurais.

Estes dados devem informar a atribuição e distribuição dos recursos para apoiar a sua inclusão no sistema educativo. Moçambique deve assegurar que as alocações adicionais abordam seriamente as desvantagens, em vez de agravar as desigualdades (incluindo a incapacidade), e garantir maior sensibilidade à equidade nas formulações, alocações e despesas orçamentais. Orçamentos sensíveis também podem resolver a grave escassez de professores qualificados, se incentivarem colocações em determinados distritos.

Há muitas maneiras de os governos converterem os valores orçamentais em visuais. Este exemplo (Figura 11) é uma boa maneira de apresentar informação mais acessível a todos. Se o seu governo não tiver convertido a informação em um formulário visual, talvez isso seja algo que sua organização possa fazer, ou poderá colaborar com outras organizações para o criar.

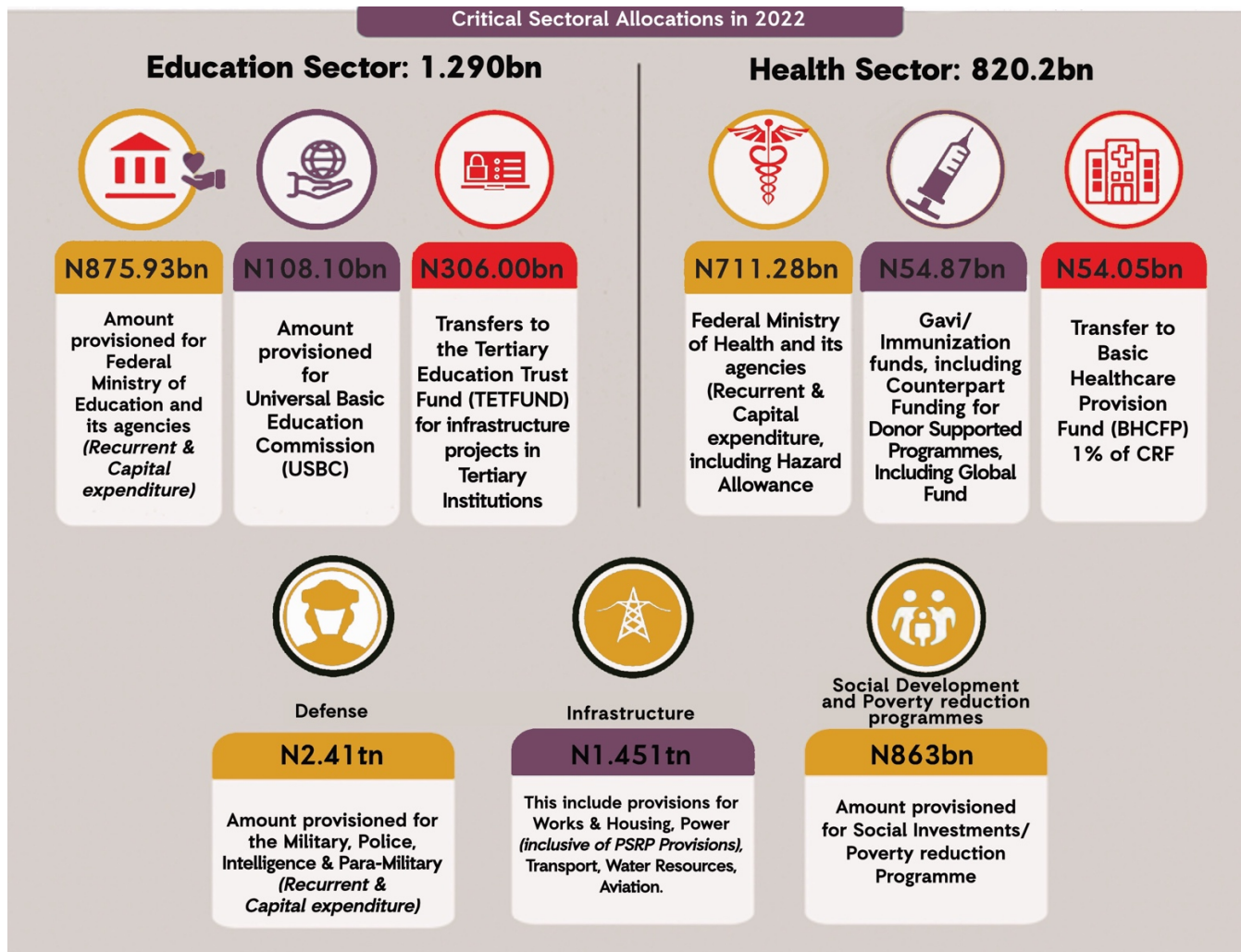


Figura 11. Exemplo de diagrama do orçamento público da Nigéria

## Monitoria Orçamental para os Orçamentos da Educação

A monitoria do orçamento pode ser feita a níveis nacional e descentralizado (por exemplo, a nível estadual e distrital). Pode ou centrar-se em como o orçamento total da educação foi gasto a níveis estatal e de distrito, ou na análise de um programa específico como o ensino primário no país. As comparações entre estados ou distritos podem revelar como estão a implementar programas, se contribuem à redução de desigualdades e à qualidade geral destes programas.

A monitoria orçamental das despesas escolares efectivas também pode ser efectuada. Por exemplo, poderia envolver a verificação de se os recursos destinados ao ensino e à aprendizagem ou a infra-estruturas foram gastos segundo o estipulado no orçamento.

**Educação segregada** é "quando a educação de alunos com deficiências é prestada em locais separados, projectados ou usados para responder a uma ou várias deficiências, isoladamente dos alunos sem deficiências. (e.g., escolas para pessoas com deficiência visual.)<sup>32</sup>

Perguntas para monitoria do orçamento a nível da escola<sup>33</sup>:

- Qual foi a alocação orçamental para a educação, feita à escola?
- A escola recebeu algum outro financiamento?
- Existem alocações destinadas especificamente a promover a inclusão do género e/ou das deficiências?
- A escola recebeu toda a alocação do governo que foi orçada?
- Que montante dos fundos foi gasto até agora? E em que artigos foram esses fundos gastos?
- A escola depende fundos não cobertos por recursos governamentais? Isso inclui a electricidade, a segurança, a água, a impressão de documentos de exame, etc.?
- O que devem os pais contribuir para o ensino primário?
- Em média, quanto deverão os pais contribuir no actual ano lectivo?
- Quem é responsável pela gestão destes fundos?

Budget heading	Total budget	Projected to date	Projected to date %	Actual to date	Actual to date %	Variance
Teaching staff	1,795,086	1,795,086	100	1,795,086	100	0
Supply teachers	50,350	16,783	33.3	24,360	48.4	7576.67
Education support staff	800,000	800,000	100	800,000	100	0
Technicians	352,640	352,640	100	352,640	100	0
Admin and clerical staff	626,430	626,430	100	626,430	100	0
Caretakers	51,066	51,066	100	51,066	100	0
Cleaners	37,222	37,222	100	37,222	100	0
Building refurbishment	320,919	256,735	80	230,220	71.7	-26,515.20
Maintenance	104,640	34,880	33.3	40,000	38.2	5120
Energy	87,609	24,000	27.4	26,600	30.4	2600
Catering	69,482	69,482	100	69,482	100	0
Classroom supplies	94,000	37,600	40	37,600	40	0
Other resources	220,000	110,000	50	110,000	50	0
<b>Total</b>	<b>4,609,444</b>	<b>4,211,924.53</b>		<b>4,200,706</b>		<b>-11,218.53</b>

**Figura 12. Exemplo de orçamento escolar**

## Monitoria do orçamento a nível da escola: A Metodologia

1. Organize um grupo de monitoria do orçamento. Este deve envolver pais e outras partes fundamentais interessadas, como pessoas com conhecimentos de análise de orçamentos e sobre o orçamento específico que está a ser controlado.

2. Decida com quem falar. Os principais respondentes incluem crianças (inclui crianças com deficiência e todos os sexos), pais, professores, membros de PTAs e do CGE, oficiais distritais do ensino, funcionários do governo local, activistas, etc.

3. Use uma combinação de abordagens de recolha de dados para obter a informação necessária. Esta pode incluir:

- Revisão de literatura – obter e examinar documentos e planos orçamentários importantes respeitantes à escola.
- Entrevistas – Efectue entrevistas com indivíduos como o director que tem muita informação sobre o orçamento e as despesas escolares.
- Estudo – conceber e realizar um simples estudo que possa ser utilizado para recolher informação sobre as instalações escolares, os professores e alunos, o orçamento, as despesas, contribuições de pais e/ou doações do sector privado, etc.
- Discussões em grupo focal – reúna um grupo de partes interessadas para explorar alguma questão específica relacionada com a alocação e gastos do orçamento escolar.
- *Workshops* – Reunir um grupo de partes interessadas para explorar o orçamento escolar e as questões de despesas em um ambiente para Workshop.

4. Resuma e valide as conclusões e partilhe-as com as partes interessadas. Pode ser criativo e usar a visualização de dados para ajudar a explicar os pontos pertinentes.

5. Decida os próximos passos, juntamente com as partes interessadas relevantes.

Perguntas para monitoria do orçamento escolar:

- Qual foi o orçamento governamental de educação atribuído à escola?
- Que fundos do governo recebeu a escola? Os fundos chegaram a tempo? Se não, como é que a escola compensou o atraso?
- A escola recebeu toda a alocação do governo que foi orçamentada?
- Que outras fontes de financiamento recebeu a escola?
- Que fundos foram gastos até agora? E em que itens foram esses fundos despendidos?
- A escola preparou um plano financeiro ou orçamental para o ano? O dinheiro foi gasto de acordo com o plano?
- A escola despende fundos não cobertos pelos recursos governamentais? Por exemplo, para electricidade, segurança, água, impressão de documentos de exame? Em caso afirmativo, de onde vêm estes fundos?

## Monitoria do orçamento a nível da escola: A Metodologia

- O que é que espera que os pais contribuam para o custo da educação?

Figura 13. Monitoria do orçamento ao nível da escola: A metodologia<sup>34</sup>

### Exemplo: Nigéria<sup>35</sup>

#### *Acompanhamento das despesas de Educação no Estado de Lagos, Nigéria.*

Em 2021, como parte do trabalho que está a ser realizado no âmbito do projecto Quebra de Barreiras financiado pelo parceiro NORAD ActionAid Nigéria, o IDH (Iniciativas de Desenvolvimento Humano) apoiou as comunidades para avaliar até que ponto os fundos atribuídos ao orçamento do Estado de Lagos para a Educação Básica Universal tinham sido gastos no planeamento. Após 1 dia de formação, o grupo de 17 monitores (incluindo elementos de grupos de activistas e outros de jovens, e representantes do Comité de Gestão Escolar) continuou o exercício de acompanhamento num total de 39 escolas, distribuídas por 20 comunidades em Badagry e nas autoridades governamentais locais de Epe.

Para apoiar o seu trabalho, os monitores referiram-se ao plano de acção do Conselho de Educação Básica Universal de 2018 e fizeram o acompanhamento da entrega de carteiras escolares, mesas e cadeiras, das quais: 1,297 para os alunos do ensino primário e secundário, 14 para os centros de primeira infância e 86 para os professores.

*"Tivemos problemas com a informação orçamental, não sobre a quantia orçamentada, mas em termos dos detalhes sobre o que se pode utilizar para controlar as despesas. Ao longo dos anos, temos vindo a envolver a Comissão Universal de Educação Básica (UBEC) para solicitar o orçamento (plano de acção) de alguns dos estados em que trabalhámos no passado. Esse plano de acção fornece pormenores específicos sobre os locais onde se espera que cada projecto seja executado. Também temos um Plano de Acção detalhado do Conselho Estadual de Educação Básica Universal de Lagos, que dá a localização exacta e a quantidade de mobiliário que cada escola tinha para obter. Conseguimos partilhar os documentos e também utilizar a informação para desenvolver uma ferramenta de acompanhamento utilizada pelos monitores para o exercício."*  
- Disse Samuel Ajayi, Director de Projectos, Iniciativas de Desenvolvimento Humano.

O exercício demorou mais de dois meses e os resultados gerais foram positivos. Na verdade, o grupo revelou que a maioria dos artigos de mobiliário para alunos tinham sido entregues de acordo com a alocação, em tempo útil e de boa qualidade, com excepção de alguns tamos de mesa que não tinham sido fixados de forma segura.

Além disso, os monitores utilizaram a formação que receberam do IDH sobre os serviços públicos receptivos de questões de género para analisar a qualidade do ambiente escolar. Keinde Adebowale Timothy, Oficial do Programa ActionAid em Badagry Lagos, notou que:

*"Se eu tiver que ser mais específico, diria que o exercício de controlo do orçamento me permitiu ver o que uma mudança desejável na área de infra-estruturas para todas as crianças, significa, em alguns dos locais de projectos visitados. Os edifícios recentes nas escolas já começam a respeitar o género e a atender a algumas das necessidades dos alunos com deficiência. Por exemplo, tendo designado instalações sanitárias com base no género, ou seja, o sanitário masculino é separado do sanitário feminino com instalações de lavagem. Há disposições para rampas. Exemplo desenvolvido para o exercício de acesso para pessoas com deficiência a qualquer parte do recinto escolar. Esta é uma mudança positiva, mas melhor pode ainda ser feito."*

## **Aumento dos montantes disponíveis para a educação**

O aumento das receitas fiscais nacionais é fundamental para aumentar a dimensão global do orçamento. Isto, por sua vez, deveria disponibilizar mais fundos ao sector da educação, o que pode ser conseguido através de medidas progressistas para o reforço do sistema fiscal, a tributação mais justa de multinacionais e empresas, a redução de isenções e incentivos prejudiciais, e a redução da corrupção e da evasão fiscal. É importante expandir a dimensão global do orçamento, pois aumenta o montante total de fundos disponíveis para investir em serviços públicos vitais, como a educação. Por exemplo, embora países como a Etiópia ou o Malawi cumpram ou excedam regularmente as metas de 15-20% do orçamento ou de 4-6% do PIB atribuído à educação, o facto de o seu orçamento global (como ilustrado pelo rácio impostos/PIB) ser relativamente baixo, significa que os montantes reais de dinheiro disponíveis para investir no sector são insuficientes para atender às necessidades reais. No entanto, os países prestam cada vez mais atenção à tributação sensível ao género. Um sistema fiscal justo terá de resolver as desvantagens sistémicas.

Algumas boas notícias<sup>36</sup>...

- Côte d'Ivoire despende mais de 23% do seu orçamento nacional e quase 6% do PIB na educação
- A Etiópia despende 25% do seu orçamento nacional e pouco mais de 4% do PIB na educação
- Moçambique despende mais de 20% do seu orçamento nacional e muito mais de 6% do PIB na educação
- O Senegal despende 24% do seu orçamento nacional e quase 7% do PIB na educação





**Make taxes work  
for women**

Figura 14. Justiça fiscal

## Manter os olhos na bola<sup>37</sup>...

A Etiópia demonstra a necessidade fundamental de focar não só as despesas com a educação, mas também o montante global das receitas disponíveis. Embora a Etiópia atribua grande parte do seu orçamento à educação, não pode mesmo assim, pôr fim à crise da educação, quando o orçamento geral do governo é muito baixo logo do início. O rácio de Impostos/PIB da Etiópia baixou de 12,7% em 2015 para 10,7% em 2019. Este rácio é muito baixo, mesmo quando comparado com a média da África subsariana, de 17,2%. O FMI afirmou que a Etiópia deveria ter como objectivo aumentar as receitas internas através da eliminação de alguns incentivos fiscais às empresas, uma estratégia que lhes permitiria angariar rapidamente novos fundos.

Uma estimativa de 2014 sugere que o total de isenções fiscais foi 4,2% do PIB, e a atribuição de 10% desta receita ao ensino básico (133 milhões de US\$) subsidiaria mais 1.4 milhões de crianças a frequentar a escola. Às taxas actuais, esse montante também seria suficiente para pagar os salários anuais de 155 231 professores recém formados adicionais, no nível primário ou 118 960 no nível secundário.

No caso do Malawi, as Nações Unidas estimam que, para cumprir as metas do ODS4, o Malawi deve gastar significativamente acima de 6% do PIB na educação, o que exigiria receitas internas adicionais. Pesquisa publicada por ActionAid em 2020 que explorou o potencial de receita de apenas seis reformas fiscais progressivas no Malawi, mostraram que há espaço considerável para um aumento significativo da receita. As reformas propostas, centradas nos impostos sobre o rendimento das pessoas singulares e colectivas, bens imóveis e bens de luxo, poderiam traduzir-se num aumento de 2% no rácio impostos/PIB, em um valor estimado de 135 milhões de US\$. Se apenas 20% deste montante fosse atribuído à educação (de acordo com a referência internacional), equivaleria a cerca de 27 milhões de US\$ - o suficiente para pagar os salários básicos de 12 199 professores recém-qualificados. Isto equivale a cerca de 27% do número total de professores do ensino básico necessário até 2030, e espera-se que 35% dos professores recebam formação em educação inclusiva até 2025.

Alunas, Nigéria. CRÉDITOS: Joan Obeta/ActionAid



## Questões de Reflexão para o Módulo 2

Os recursos atribuídos aos vários programas de educação aumentam em termos reais em comparação com os anos anteriores e, se possível, também para os próximos anos?

---

---

---

---

Alguma das alocações para os vários programas de educação discrimina ou exclui uma certa parte da população escolar?

---

---

---

---

As alocações reflectem as áreas prioritárias dos programas de educação, especialmente para os pobres e marginalizados?

---

---

---

---

As alocações ao Ministério da Educação foram realmente entregues ao Ministério da Educação? E esses fundos foram realmente gastos na educação?

---

---

---

---

Reflecta sobre o orçamento para a educação do seu governo actual. Onde pensa que as despesas poderiam ser melhoradas? Porquê?

---

---

---

---

# Exercício sobre o Orçamento para a Educação

---

## Exercício 2.1: Compreender os orçamentos para a educação

### Objectivo

Os participantes aprenderem a entender um orçamento para a educação e a identificar considerações fundamentais.

### Materiais

Um orçamento da educação do país dos participantes, ou um orçamento de outro país

### Tempo

45-60 minutos

### Actividade

Fornecer aos participantes o orçamento para a educação aprovado do país ou, se for difícil encontrar isso, um orçamento de outro país.

Divida os participantes em pares. Peça-lhes para reverem as perguntas abaixo e responder a tantas quanto possível. Poderão ser capazes de responder imediatamente; outros podem precisar de pesquisa rápida na Internet (se os participantes tiverem acesso à Internet durante a formação).

Peça aos participantes para destacarem as questões que necessitem de mais investigação.

Prioridades e compromissos

- Quais são as prioridades do governo para melhorar a educação?
- A que acções ou políticas se comprometeu o governo?
- Quais são as principais prioridades?
- Existem compromissos que são particularmente subfinanciados?
- Conhece o Plano do Sector da Educação?
- O seu governo tem o direito à educação garantido na legislatura ou em um direito constitucional?

Tomada de decisões

- Quem define o orçamento para a educação?
- Quem define a agenda e os orçamentos para a educação?
- O Ministro das Finanças fixa limites máximos aos sectores?
- Que ministério é responsável por cada aspecto do orçamento escolar?
- Eles estabelecem o orçamento, e com que outras áreas do governo?
- A nível sub-nacional, quem define orçamentos e planos?
- Quais são os processos parlamentares para definir os orçamentos?
- Que espaços para debate e tomada de decisões são assegurados à participação?

Despesas

- Quem despende o orçamento?
- Que agências têm a responsabilidade de despende o orçamento da educação?
- Em que nível de governo se encontram?
- Quem despende o dinheiro a nível sub-nacional?

## Monitoria

- Quem faz a monitoria do dispêndio do orçamento e aborda as alterações que precisam de ser feitas?
- Que espaços e procedimentos existem para monitorar e controlar os dispêndios orçamentais?
- São apenas governamentais?
- Como e quando podem as OSCs envolver-se?

### **Intenção e Questões para Continuar o Debate**

Este exercício tem por objectivo os participantes se familiarizem com os orçamentos da educação no seu país/contexto. O objectivo não é obter respostas completas, mas sim desmistificar os conceitos e deixar que os participantes trabalhem com eles na prática. Pode querer facilitar uma discussão em grupo sobre a experiência do ciclo orçamentário que faz referência ao seu contexto, explorando algumas das seguintes perguntas:

- Que recursos poderia usar se quisesse aprender mais?
- Como é que o nível de governo afecta as suas respostas? Pense local vs estado?

### **Sugestão para o *Workshop* Online**

Divida os participantes em várias salas e peça-lhes para responderem às perguntas. Peça-lhes para apresentarem as suas conclusões em Google Slide [Folheto Adaptado] ou num Padlet.

## **Exercício 2.2: Os professores são a chave para a educação inclusiva**

### **Objectivo**

Os participantes pensarem nas necessidades essenciais à educação inclusiva.

### **Materiais**

Computador e orador para mostrar o vídeo aos participantes

Um quadro e giz ou marcador de limpeza a seco, ou quadro de folhas e marcador

### **Tempo**

20 minutos

### **Actividade**

Assista a este vídeo sobre a educação inclusiva:

<https://youtu.be/x8rX-WKZ9Xc>

Dica: Use um descarregador do YouTube [[y2mate](#) ou [savefrom](#)] para baixar o vídeo em MP4. Desta forma, não necessitará de acesso à Internet para reproduzir o vídeo durante a apresentação. Isso também significa que não há anúncios irritantes ou erros de carregamento.

### **Intenção e Questões para Continuar o Debate**

Este exercício tem por objectivo os participantes compreenderem o importante papel que os professores desempenham na inclusão da educação. Escreva as seguintes perguntas num quadro e peça aos participantes para as debaterem. Escreva as respostas dos participantes abaixo de cada pergunta:

- Qual é a situação para os professores no seu país?
- Qual é a situação nas escolas para as crianças que são inibidas de receber educação de qualidade?
- Que questões devem ser abordadas no orçamento escolar para melhorar estas circunstâncias?
- Discuta a escassez de professores no país – quantos há de menos? Quais são as consequências disto para a qualidade/inclusão da educação? Quantos professores faltam, e quanto custaria para remediar isso no orçamento escolar? Por exemplo, se nos faltam dez (10) professores e cada professor ganha um salário de 100 dólares por mês (1200 dólares por ano), por quanto seria necessário aumentar o orçamento para garantir que o país tem um número suficiente de professores? Aplique este cálculo ao seu país e debata os valores totais.

### **Sugestão para o *Workshop* Online**

Pode partilhar o *link* de vídeo na caixa de bate-papo e inicie a contagem logo que todos os participantes tenham confirmado que abriram o vídeo e iniciaram a contagem regressiva. Em alternativa, pode reproduzir a transmissão do vídeo directamente a partir do computador utilizando o botão *Screen Share* (Partilhar o Ecrã).

## Exercício 2.3: Os impostos pagam pela educação<sup>38</sup>

### Objectivo

Os participantes poderem explorar a ideia de que os impostos pagam pela educação através de uma actividade prática de mapeamento escolar.

### Materiais

Um quadro e giz ou marcador de limpeza a seco, ou quadro de folhas e marcador

Notas *Post-it* ou cartões e fita-cola

Folheto 2a. Educação dos Contribuintes

### Tempo

30-45 minutos

### Actividade

1. Peça a um voluntário para desenhar uma escola no quadro ou no quadro de folhas.
2. Peça aos participantes para desenharem/escreverem os elementos de que uma escola agradável precisa. Por exemplo, professores, fornecimento de água, casas de banho, etc. Use um *post-it* (ou cartão) por elemento e cole-o / coloque-o no quadro de folhas.
3. Agora, desenhe três colunas ou espaços debaixo do desenho da escola, com os títulos "família", "governo" e "ONGs". Se necessário, pode adicionar uma coluna para "nenhum/não existe". Peça aos participantes para escolherem um símbolo para cada coluna e/ou escreverem por extenso.
4. Agora, tome um dos cartões/*post-its*, por exemplo, "professores". Pergunte-lhes quem paga pelos professores na sua escola. São as famílias? O governo? Se os professores não são pagos, ou se não houver professores, mova o cartão para "nenhum".
5. Faça o mesmo com o resto dos *post-its*/cartões.

Explique que as famílias assistem o governo a manter as escolas através de um pagamento chamado imposto. No entanto, por vezes, os governos não usam esse dinheiro para as escolas, deixando-as em más condições. As famílias devem pagar novamente por um serviço que já tinham pago, quer apoiando escolas públicas com taxas e outros pagamentos e/ou pagando por escolas particulares.

Volte ao desenho escolar e às colunas e debatam:

- Qual é a situação na sua área?
- Será que o governo despende o dinheiro das pessoas nas escolas?

### Intenção e Questões para Continuar o Debate

Este exercício tem por objectivo os participantes compreenderem de que forma os impostos do governo financiam os orçamentos da educação – e, por conseguinte, escoam para os custos da escola. Escreva as seguintes perguntas num quadro e peça aos participantes que as debatam:

- Que governos acha que estão a fazer o trabalho exemplar de passar o dinheiro das pessoas à educação, e porquê?
- Que acções directas poderia tomar para influenciar as escolas, os professores e os pais na sua área?

### Sugestão para o *Workshop* Online

Divida os participantes em várias salas e peça-lhes para responderem às perguntas. Peça-lhes para apresentarem as suas conclusões em Google Slide [Folheto Adaptado] ou num Padlet.

# Módulo 3

## Orçamentação para a Educação Sensível a Questões de Género

### Sinopse do Módulo

A orçamentação para a educação sensível às questões do género é vital em termos da medida em que as desigualdades do género são reconhecidas e abordadas no sector da educação. É fundamental garantir que os orçamentos governamentais para a educação são sensíveis ao género, por exemplo, através de intervenções e alocações orientadas a reduzir os padrões de discriminação e igualdade. Neste módulo, discute-se o contexto de conceitos sociais que influenciam o género e a maneira como afectam a desigualdade no acesso à educação, bem como maneiras de resolver as desigualdades do género.

### Resultados da Aprendizagem

- Compreender os princípios básicos da desigualdade de género relacionada com a educação
- Compreender os conceitos básicos do trabalho orçamental com o foco na superação das desigualdades do género
- Saiba quando e como se envolver no processo orçamental e onde encontrar dados sobre as desigualdades do género

### Principais Conceitos

Orçamentação com receptividade do género; abordagem orçamental total; justiça fiscal; sensibilidade ao género; transformação do género

## Orçamentação Sensível às Questões de Género

O orçamento sensível ao género (OSG) é uma maneira de integrar a perspectiva do género em todas as etapas do processo orçamental: Planeamento, elaboração, implementação e avaliação. Um orçamento que responde às questões do género é um orçamento que resulta para todos (mulheres, homens, meninas, rapazes e pessoas definidas como não-binárias), garante a distribuição equitativa dos recursos em termos do género e contribui à igualdade de oportunidades para todos.<sup>39</sup>



## Importância do OSG

O OSG oferece uma estrutura para reconhecer e abordar as desigualdades do género no sector da educação. A sociedade no seu todo, os governos, decisores políticos, investigadores e grupos comunitários estão todos interessados no OSG, por promover e abordar a igualdade do género. A orçamentação para a educação é a forma como as políticas e os programas são considerados para além das promessas de papel, e concretizados. A figura 13 mostra o quadro orçamental com boa capacidade de resposta em termos de género<sup>40</sup>.

Orçamentação sensível às questões de género é essencial tanto para a justiça de género como a justiça fiscal. Envolve a análise de orçamentos do governo para o seu efeito no género e das normas e papéis associados aos mesmos. Também visa transformar estes orçamentos para garantir que os compromissos em matéria de igualdade do género são assumidos<sup>41</sup>. Homens, mulheres e as comunidades LGBTQIBQI levam vidas diferentes e não desfrutam dos mesmos direitos e oportunidades; por conseguinte, as experiências, necessidades e prioridades são diferentes. O impacto das políticas também será diferente.

Curiosamente, a maioria das decisões económicas são tomadas por homens, e as teorias económicas baseiam-se na vida dos homens, não na vida das mulheres, mas quando consideramos as principais instituições financeiras, muitas delas são chefiadas por mulheres ou incluem mulheres em posições elevadas de liderança.



**Figura 15. Enquadramento conceitual para a orçamentação sensível ao género**

Por exemplo, a Directora-Geral do FMI é [Kristalina Georgieva](#); a Presidente do Banco Central Europeu é [Christine Lagarde](#), e a Directora-Geral da Organização Mundial do Comércio é [Ngozi Okonjo-Iweala](#). Apesar do avanço das mulheres no desempenho de papéis de liderança no sector financeiro, em 2021 apenas 16

países tinham mulheres Ministras das Finanças<sup>42</sup>. Ou seja, dos 195 países de todo o mundo, apenas 8% dos países têm uma Ministra das Finanças.

**"A este ritmo, serão necessários 210 anos para colmatar o fosso entre os géneros no trabalho de cuidados não remunerados nestes países."<sup>43</sup> – Shauna Olney**

É necessário considerar dimensões diferentes quando olhamos para os orçamentos a partir de uma perspectiva de género. Na maioria dos países, grande parte das despesas é gasta em empregos públicos. As mulheres são empregadas como funcionárias públicas na mesma medida que os homens e nas mesmas categorias, beneficiando assim igualmente das despesas públicas? <sup>44</sup> É importante também avaliar a situação de pessoas não binárias, incluindo os jovens.

As mulheres, como utentes de serviços financiados publicamente, podem ter necessidades e prioridades diferentes das dos homens devido às suas diferentes funções e responsabilidades sociais. São igualmente tomadas em consideração? Os governos transferem dinheiro para famílias privadas sob a forma de pensões, pagamentos de segurança social, pagamentos de auxílio depois de desastres naturais, etc. As mulheres têm o mesmo direito a esses pagamentos que os homens?

As mulheres e os homens têm padrões diferentes de uso do tempo. É um facto bem estabelecido que as mulheres passam mais horas do que os homens a fazer trabalho não remunerado, enquanto os homens, inversamente, passam mais horas a fazer trabalho remunerado. No total, as mulheres trabalham mais horas por semana do que os homens, devido à prestação de cuidados não remunerada, como tarefas domésticas, cuidados das crianças, especialmente com cinco anos ou menos, e também têm maior responsabilidade na assistência aos familiares idosos. As alocações orçamentais podem aumentar ou diminuir a carga de trabalho de qualquer um dos sexos. A [OCDE](#) analisou dados provenientes de inquéritos nacionais sobre o uso do tempo e, usando amostras representativas de pessoas a nível nacional, revelou que o tempo de trabalho não remunerado expõe enormes disparidades de género. A [OIT](#) revelou que as mulheres em África passam 3.4 mais tempo em trabalho não remunerado do que os homens; e revelou também que quando adicionado, as mulheres trabalham mais horas em ambos trabalho remunerado e não remunerado. O rácio actual do trabalho total de homens e mulheres (remunerado e não remunerado) situa-se em 1.19, na região.

As prioridades das mulheres só serão consideradas se forem adequadamente representadas em posições de tomada de decisões orçamentais. Para reduzir as desigualdades do género que deixam as mulheres em situação menos favorável, devem ser implementadas políticas específicas às mulheres, para além da integração geral da perspectiva do género, até se ter estabelecida a igualdade

de condições. Estas políticas devem ser conducentes à capacitação das mulheres e à superação dos estereótipos do género, devendo ser-lhes atribuídos fundos suficientes.

## Índice de Igualdade do Género <sup>45</sup>

A orçamentação sensível ao género deve considerar os vários factores que influenciam o conceito do género e que levam à desigualdade. O Índice da Igualdade do Género<sup>46</sup> é a combinação de indicadores que avaliam o conceito complexo da igualdade do género e que podem ser utilizados para ajudar a monitorar o progresso da igualdade entre os homens e as mulheres. Os sete indicadores abrangem as principais desigualdades presentes na sociedade actual. Como mencionado acima, a desigualdade do género inclui a dinâmica do poder, os conhecimentos/educação, e as oportunidades de rendimento, incluindo o controlo sobre as finanças, o tempo, a saúde e a violência. A Figura 10 mostra sete factores importantes que influenciam a igualdade do género.



Figura 16. Índice da igualdade do género

### ***História da Raposa e da Galha<sup>1</sup>...***

A Raposa convidou a Galha para jantar. A Raposa serviu a comida em grande prato raso. A Galha, com o seu bico longo e estreito não pôde comer.

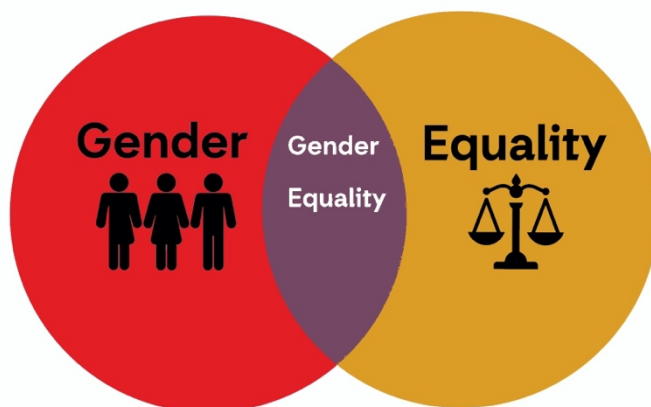
A Galha convidou a Raposa para jantar. A Galha serviu a comida em um vaso profundo, e assim a raposa com seu focinho curto e largo não pôde comer.

Os dois amigos tinham a oportunidade igual de se alimentar, mas em ambas as vezes um deles não pôde aproveitar essa oportunidade.

O desafio ao desenvolvimento em todos os casos, é identificar as barreiras às oportunidades e personalizar as intervenções ajustadas que levarão à *igualdade de resultados*.

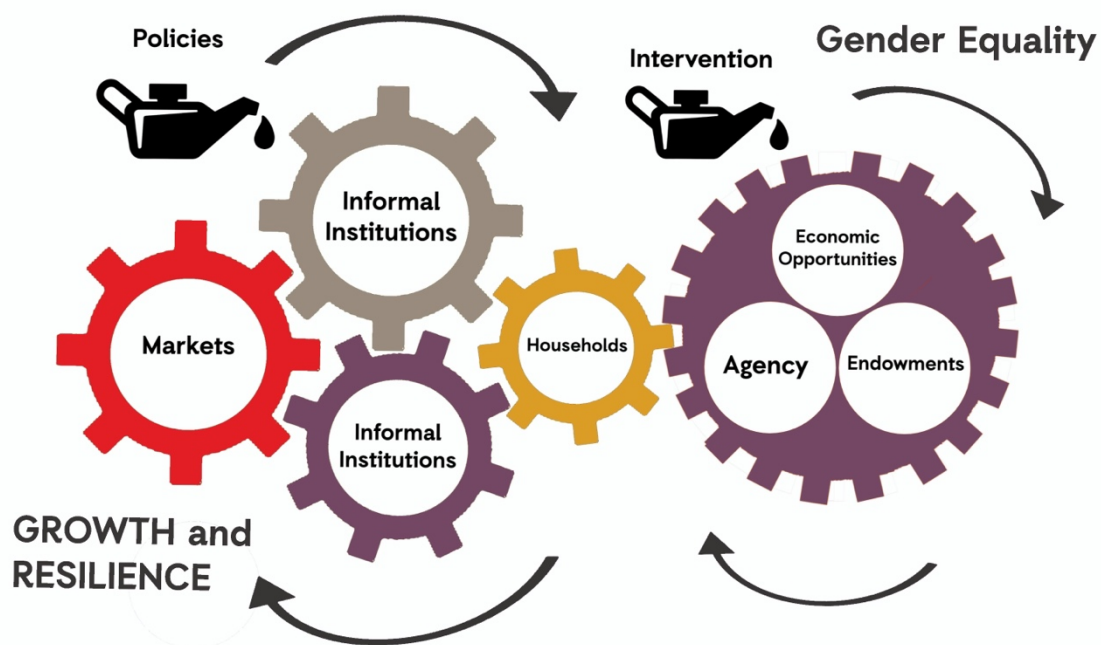
**Igualdade de tratamento não significa tratamento igual**

A orçamentação sensível ao género analisa as esferas sociais sobrepostas, de género e igualdade. Nos casos em que se sobrepõem, existe a igualdade do género, que é o objectivo da orçamentação sensível às questões do género (Figura 17).



**Figura 17. Conceitos sociais de género e igualdade**

A igualdade do género considera famílias, mercados, instituições formais (por exemplo, o governo) e instituições informais (por exemplo, desempenhos do género, crenças e normas sociais). Ao mesmo tempo, as oportunidades económicas, doações e agências podem reforçar ou bloquear o progresso (Figura 18). Os orçamentos governamentais podem reforçar ou minar os conceitos sociais do género. Se este último for o caso, então fazem progressos no sentido de sociedades mais equitativas.



**Figura 18. Interações de Igualdade do Género**

## Abordagens

Inicialmente, a "abordagem do orçamento total" criada por Sharp e Broomhill no início dos anos 90, dividiu os orçamentos de programas governamentais em:

1. Despesas especialmente dirigidas às mulheres e às meninas na comunidade;
2. Despesas para promover a igualdade entre homens e mulheres no local de trabalho no governo; e
3. Despesas gerais (não orientadas ao género)<sup>47</sup>

Na análise de orçamentos gerais (que podem representar mais de 95% das despesas de um governo), pode haver progresso na igualdade do género. Estes orçamentos gerais têm impactos significativos nas questões do género (por exemplo, despesas com a saúde, a educação, a defesa, etc.)

## OSG e Impostos

Os governos podem assegurar que os sistemas tributários são sensíveis ao género (sem preconceitos negativos explícitos ou implícitos), responsivos ao género (que atendem às necessidades e prioridades do género) ou transformadores do género (contribuem às mudanças e transformação dos papéis de género e da dinâmica do poder). Estes últimos correlacionam-se ao desenvolvimento sustentável e equitativo.

No início da década de 2000, Sharp ofereceu uma estrutura para classificar os resultados de OSGs em três objectivos orientadores:

4. Aumentar a sensibilização e a compreensão de questões de género e do impacto dos orçamentos e das políticas;
5. Responsabilizar os governos pelos seus compromissos orçamentais e políticos em matéria de igualdade entre homens e mulheres; e
6. Alterar e refinar os orçamentos e as políticas governamentais para promover a igualdade do género.

## Exemplo de política geral que contribui à desigualdade do género<sup>48</sup>

Devido à segregação profissional, as isenções fiscais tendem a beneficiar mais os homens do que as mulheres. Por exemplo, no Uganda, a isenção de PIT (IRS) é alargada aos membros das forças armadas, da polícia e dos serviços prisionais (os quais empregam na maioria, homens), bem como aos subsídios e emolumentos dos deputados (66% dos quais são homens).

## **OSG na Prática**

É importante considerar todo o espectro orçamental e integrar a perspectiva do género (e incluir homens e mulheres em toda a sua diversidade). Exemplos de questões relativas ao espectro orçamental (seguidas da orçamentação sensível ao género):

P.ex., será que algum destes métodos afecta desproporcionadamente um dos sexos mais do que o outro?

P.ex., como é que a fuga aos impostos sobre o rendimento de sociedades e a injustiça fiscal perpetuam a desigualdade do género?

P.ex., quais são as populações específicas que necessitam de mais apoio?

P.ex., como podem as verbas ser mais bem utilizadas para conseguirem a igualdade dos género?

P.ex., como é que o fardo dos cuidados não remunerados afecta desproporcionadamente o género?

P.ex., como é que o género pode ser integrado nos planos orçamentais e equiparado com os gastos para a igualdade dos géneros?

## **Análise do OSG**

---

Quando começar a efectuar a análise do OSG, tenha em conta que:

- Um OSG não é um orçamento especial para as mulheres
- Um OSG não se concentra em gastos destinados às mulheres
- Deve analisar de que forma todas as áreas de despesa têm impactos diferentes nos homens e nas mulheres
- É importante ver quem pode aceder aos serviços
- Deve analisar quem paga o quê (em termos de receitas do governo)

### **Passos principais**

O objectivo da orçamentação com capacidade de resposta ao género é integrar o género em todas as fases do ciclo orçamental. Para fazer isso, são três as etapas a seguir (Figura 13<sup>49</sup>):

#### *1. Análise do orçamento em função do género*

A análise do orçamento em função do género é um elemento essencial da orçamentação sensível ao género, já que contribui à transparência na distribuição do orçamento e nos impactos, que são os princípios fundamentais da boa governação.

#### *2. Reestruturação do processo orçamental relativo ao género*

A orçamentação com capacidade de resposta ao género envolve um processo de mudança. A análise do orçamento de género não é a realização global, mas um passo vital para facilitar um processo maior e maior sensibilização contextual que pode depois ser usada para advogar a mudança. Os resultados da análise podem ser utilizados para estabelecer actividades e alterações nas alocações orçamentais (ou recolha da receita) para obter a igualdade entre homens e mulheres.

#### *3. Envolvimento de elementos governamentais e partes interessadas externas*

Os principais intervenientes são importantes para a implementação de quaisquer alterações ao orçamento do género nos governos ou no sector público. As partes interessadas externas e os intervenientes governamentais envolvidos podem ajudar a facilitar este processo. Além disso, o envolvimento de organizações de mulheres, associações de pais, que incluem as vozes de pais e mães, e também as vozes das crianças sobre o que precisam e querem para a escola. É importante entender que diferentes partes interessadas têm diferentes necessidades, pais, crianças, meninas e meninos com deficiência, professores, etc.

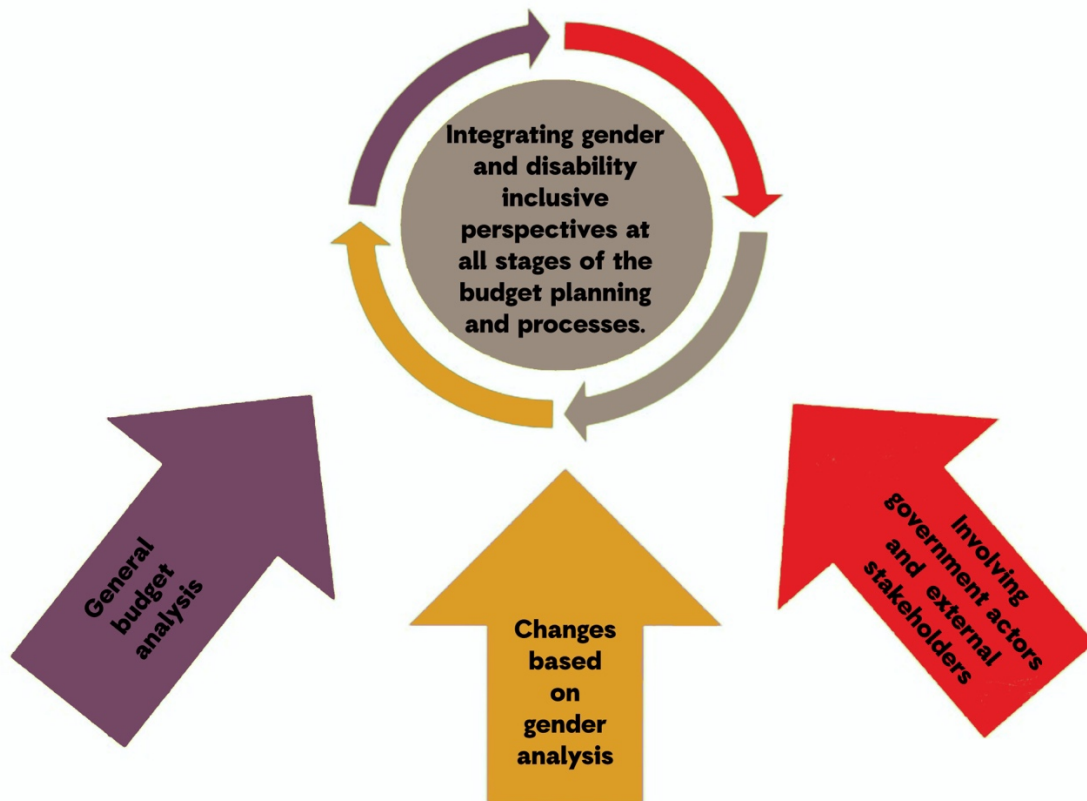


Figura 19. Integração do Género na Análise Orçamental

## Ferramentas de Análise

Há várias formas de analisar e influenciar o ciclo orçamental e a tomada de decisões; consulte o **Módulo 1** (orçamentação) e o **Módulo 6** (advocacia).

- Avaliação de beneficiários desagregados por sexo e género
- Análise das despesas públicas desagregadas em função do género
- Análise da incidência de impostos desagregados em termos do género
- Análise desagregada em função do género de impactos orçamentais no uso do tempo
- Enquadramento económico de meio prazo, sensível ao género
- Declaração orçamental sensível ao género



Ao realizar uma análise do OSG, podemos considerar os indicadores do género. Estes indicadores (listados abaixo)<sup>50</sup> são essenciais para informar os órgãos de supervisão sobre o progresso em direcção à redução da vulnerabilidade e da desigualdade e sobre a necessidade de implantar recursos.

- Alfabetização: Incorporar informação desagregada do género, medidas separadas para homens e mulheres em variável específica, como literacia (% das mulheres vs % dos homens alfabetizados; e, se disponível, % das pessoas não binárias)
- Violência relacionada ao género: Indicadores da violência com base no género (número de sobreviventes; número de mulheres e homens assediados em toda a sua diversidade)
- Trabalho de prestação de cuidados não remunerado: Mulheres e homens em toda a sua diversidade e o envolvimento no trabalho de prestação de cuidados não remunerado (visto que consideram as relações de poder do género a nível familiar e social)
- Justiça: As mulheres e os homens em toda a sua diversidade e as populações vulneráveis são protegidos pelo estado de direito? Diferenças nos níveis de protecção jurídica concedidos às mulheres e aos homens em toda a sua diversidade.
- Saúde: Mortalidade materna e mortalidade infantil
- Consumo e despesas de agregados familiares: Dados desagregados em função do género sobre o consumo e as despesas no seio das famílias (para as relações de poder e género)
- Emprego remunerado: Disparidades de género nos rendimentos de salários e emprego próprio
- Titularidade de propriedade e terras: Titularidade de terra e casa, em função do género



## Estrutura do OSG:

O Quadro de Despesas Públicas e Responsabilização Financeira ([PEFA](#)) para complementar a gestão financeira pública sensível ao género, fornece directivas sobre a avaliação de sistemas de gestão financeira (PFM) de um país e sobre a forma como atende às diferentes necessidades das mulheres e dos homens em toda a sua diversidade. O quadro pode ser aplicado a níveis local e nacional.



Figura 20. Quadro de Despesas Públicas e Responsabilização

## Exemplo: Tanzânia

### *Intercâmbio do Género na Tanzânia*

A ONG Tanzania Gender Networking Program (TPNB) foi pioneira de ORGs na Tanzânia<sup>1</sup>. A iniciativa foi bem-sucedida ao influenciar políticas e processos macroeconómicos. Seguiram os seguintes passos:

1. Actividades preparatórias/planeamento
2. Actividades de investigação orientadas à acção nos sectores seleccionados
3. Feedback e divulgação dos resultados da investigação
4. Elaboração de estratégias e ferramentas para lobbying parlamentar e público
5. Capacitação do género relacionada com orçamentos
6. Desenvolvimento de ferramentas/instrumentos para a orçamentação sensível ao género
7. Partilha de informação, formação e intercâmbio de coligações
8. Pressão sobre as estruturas e processos dos governos e doadores
9. Documentação de processos do ORG

<sup>1</sup> Byrd, D. 2021. TGNB. <http://www.tgnp.org/>



## Acções Governamentais Relacionadas com o OSG

Um OSG bem-sucedido requer apoio político e liderança. Os Comitês Directivos do Orçamento, os Ministérios das Finanças e os Departamentos de Planeamento podem ter funções de liderança firme na preparação dos orçamentos através da perspectiva do género.

São necessários dados desagregados por género: Os dados informam o orçamento. Existe a necessidade clara de investir na recolha e na investigação de dados. Além disso, o governo deveria tornar a preparação do orçamento em acção consultiva/participativa/inclusiva. A inclusão de OSCs e grupos vulneráveis/marginalizados é uma boa prática.

Finalmente, consciência e desenvolvimento de capacidades em matéria de género devem ser integrados no seio das agências governamentais. Estas incluem, mas não se limita a, pessoal técnico, financeiro, de M&A em gabinetes do orçamento, mas também para mulheres e homens em toda a sua diversidade, eleitos em órgãos representativos (parlamento, conselho e comissões).

Todos os funcionários do governo podem fazer a diferença. Os defensores políticos ou líderes locais devem:

- Examinar as políticas de diferentes departamentos para analisar como aumentam ou diminuem as desigualdades entre homens e mulheres e outros membros vulneráveis da sociedade.
- Examinar a recolha total do rendimento e quem (com base no género, se empresas ou indivíduos) contribui e quão regressivo ou injusto pode ser o regime global de taxação/tributos.
- Ver se o orçamento (receitas e despesas) considera como homens e mulheres e outros em agregados familiares gastam o tempo – que significa que o trabalho não remunerado está incluído. Em Marrocos, os municípios facilitam/subsidiam a construção de centros de jardim de infância, pois isso permite que as mulheres passem mais tempo no mercado de trabalho e as crianças pequenas a fazerem mais trabalho escolar.
- Assegurar que os documentos governamentais de planeamento económico incluem análises sensíveis ao género e que a declaração orçamental também o é.
- Compromisso político e liderança ao mais alto nível do governo para assegurar que os orçamentos contribuem à justiça de género.
- Garantir que os principais intervenientes, incluindo Presidentes de Câmaras Municipais, Funcionários, Conselheiros e a sociedade civil, têm consciência e capacidade suficientes para cumprir o OSG.



- Garantir que disponibilizam estatísticas desagregadas do género e outros dados.

### Questões de Reflexão para o Módulo 3

O que é orçamentação sensível ao género?

---

---

---

---

Como pode a análise do género de um orçamento governamental ajudar a identificar áreas de preocupação?

---

---

---

---

Quais são os papéis comuns das mulheres e dos homens no seu país?

---

---

---

---

Como é que a orçamentação sensível a questões do género é integrada no sector da educação?

---

---

---

---

Se pensar no seu orçamento governamental, quais são ou onde estão as três áreas em que acha que o orçamento para a educação poderia ser mais sensível ao género?

---

---

---

---

# Exercícios sobre a Orçamentação Sensível a Questões do Género

---

## Exercício 3.1: Dramatização

### Objectivo

Os participantes pensarem na igualdade do género na educação e no porquê de as alocações orçamentais deverem ser atribuídas à educação de meninas.

### Materiais

Folheto 3a

### Tempo

45 minutos

### Actividade

Divida os participantes em grupos mais pequenos. Forneça aos participantes a seguinte informação contextual:

Você é membro de uma organização de mulheres e quer convencer o/a especialista das questões do género na Unidade de Apoio à Mobilização da Igualdade do Género no Ministério da Educação, de que as alocações orçamentárias para a educação de meninas precisam ser aumentadas no próximo período orçamental."

Preparar uma breve declaração com base na informação contextual fornecida.

Prepare a estratégia que irá seguir em dramatização com o/a especialista em questões do género para o/a persuadir das suas propostas relativas a uma re-alocação mais sensível a questões do género.

Pense no papel, na responsabilidade, no poder e nas restrições do especialista em questões de género.

### Intenção e Questões para Continuar o Debate

Este exercício tem por objectivo os participantes compreenderem de que forma os orçamentos do governo para a educação devem ser sensíveis ao género. Questões para debate:

- Como podem as pessoas não binárias ser incluídas?
- De que estratégias se poderia servir para apresentar um argumento persuasivo?

### Sugestão para o *Workshop* Online

Divida os participantes em várias salas e peça-lhes para responderem às perguntas. Peça-lhes para apresentarem as suas conclusões em Google Slide [Folheto Adaptado] ou num Padlet.

## **Exercício 3.2: Circular do orçamento**

### **Objectivo**

Para os participantes aprenderem a ler uma circular do orçamento.

### **Materiais**

Circular do orçamento do país, ou um exemplo de outro país

Um quadro e giz ou marcador de limpeza a seco, ou quadro de folhas e marcador

### **Tempo**

20 minutos

### **Actividade**

Divida os participantes em grupos de 3.

Forneça ao grupo a circular do orçamento.

Peça aos participantes que leiam a circular do orçamento e identifiquem todos os locais onde as considerações do género podem ser incluídas. Isto pode dizer respeito à formulação de frases ou à alteração do formato orçamental. Faça propostas para a inclusão da perspectiva do género. Pense em outras directrizes e formatos orçamentais que devem ser revistos da uma perspectiva do género.

Peça aos grupos para anotarem as suas conclusões num quadro ou quadro de folhas. Peça a cada grupo para apresentar as suas conclusões ao grupo maior de participantes. Discuta as semelhanças e diferenças nas respostas dos grupos.

### **Intenção e Assuntos para Continuar o Debate**

Este exercício tem por objectivo os participantes compreenderem como avaliar uma circular orçamental em termos da capacidade de resposta ao género. Lembre aos participantes que o género vai além dos sexos, e use palavras como homens e mulheres em toda a sua diversidade ou género, num espectro amplo. Questões para debate:

- Que considerações de género já estão incluídas no orçamento?
- Como poderiam as perspectivas de género não conformes ser incluídas e abordadas pelo orçamento?
- Que poderia ser feito para facilitar a leitura e a compreensão da importante informação da circular orçamental?

### **Sugestão para o *Workshop* Online**

Divida os participantes em salas de reuniões e peça-lhes para discutirem uma circular de orçamento. Peça-lhes para apresentarem as suas conclusões em Google Slide [Folheto Adaptado] ou num Padlet.



## **Exercício 3.3: Priorização das despesas domésticas privadas**

### **Objectivo**

Os participantes encontrarem diferenças nos resultados que se podem correlacionar com as noções de género dominantes na sua sociedade e perceberem que há perspectivas diferentes no trabalho devido às diferentes realidades e das experiências vividas de homens e mulheres.

### **Materiais**

Folheto 3b. Priorização das despesas domésticas privadas

### **Tempo**

20 minutos (não mais – idealmente e se possível, poderia fazê-lo em 10-15 minutos)

### **Actividade**

Formar grupos de trabalho. Cada grupo deve ser composto apenas por participantes do sexo feminino ou do masculino. Se houver pessoas que se identificam como não-binárias, peça-lhes que se juntem a um grupo da sua escolha, para o exercício.

Imagine que tem um/a parceiro/a ou é casado/a e tem dois filhos. A sua filha tem nove anos, e seu filho tem 15 anos. Você é o chefe da família e deve decidir como gastar o rendimento mensal da família, de USD 100.

Dê prioridade às despesas do seu agregado familiar, atribuindo-as aos seguintes artigos listados no folheto. Escreva o valor, bem como a alocação em %.

*[A alocação é o montante total gasto nesse artigo dividido pelo montante de dinheiro total. Neste caso, 100 USD].*

Peça ao grupo para apresentar as suas alocações à plenária.

Isto também pode ser feito a nível individual, como variação deste exercício (especialmente quando o grupo é pequeno).

### **Intenção e Assuntos para continuar o Debate**

O objectivo deste exercício é os participantes compreenderem como avaliar a atribuição de fundos a determinadas categorias; e que, muitas vezes, os fundos não são suficientes para cobrir todas as categorias, daí a priorização. Questões para debate:

- Como mudariam as alocações se tivesse 1000 USD? Ou um milhão de dólares?
- Ligando este tópico à justiça fiscal, como é que a tributação progressiva ajuda as famílias com rendimentos mais baixos?
- Suponhamos que não são cobrados impostos suficientes nem adequadamente atribuídos à educação, segundo os parâmetros de referência acordados a nível mundial. Nesse caso, os indivíduos acabam por pagar mais, muitas vezes para as escolas do sector privado, por um serviço público que deveria ser financiado publicamente. Que pode ser feito para garantir que os impostos são aumentados e adequadamente atribuídos à educação no seu país?

### **Sugestão para o Workshop Online**

Uma opção é dividir os participantes em grupos à parte e pedir-lhes que completem a actividade. Outra opção é fazer com que todos concluam a actividade individualmente e depois introduzam as suas atribuições em Google Slide partilhado ou num Padlet.

## **Exercício 3.4: Priorização das despesas do estado**

### **Objectivo**

Os participantes se colocarem no lugar do governo e ponderem sobre a importância dos diferentes sectores da sociedade. Além disso, descobrir possivelmente, que os homens e as mulheres olham para as despesas governamentais de forma diferente devido às suas experiências de vida.

### **Materiais**

Folheto 3c. Priorização das despesas estatais

Quadro de folhas

### **Tempo**

20 minutos

### **Actividade**

Deve formar grupos de trabalho. Cada grupo deve ser composto apenas por participantes do sexo feminino ou do masculino. Se houver pessoas que se identificam como não-binárias, peça-lhes que se juntem a um grupo da sua escolha, para o exercício.

Pense na situação das mulheres (se é feminino) ou dos homens (se é masculino) no seu país e concorde com oito necessidades que considera serem essenciais e incluídas no próximo período orçamental.

Deve priorizar as despesas orçamentárias de acordo com a alocação da parcela de um orçamento assumido (100%) para os oito sectores a seguir:

- Desenvolvimento de Recursos Humanos
- Agricultura e Desenvolvimento Rural
- Turismo, Comércio e Indústria
- Administração Pública
- Infra-estruturas Físicas
- Segurança Nacional
- Segurança pública, Lei e Ordem
- Sector das tecnologias da informação

Apresentar as conclusões à plenária. Discuta as decisões que tomou sobre as suas escolhas.

### **Intenção e Assuntos para continuar o Debate**

O objectivo deste exercício é os participantes compreenderem como avaliar as atribuições de fundos estatais aos departamentos governamentais; e que muitas vezes os fundos não são suficientes para cobrir todas as categorias, daí a necessidade de priorização. Questões para debate:

- Que departamentos são priorizados pelo seu governo e por quê?
- Como é que as alocações no seu país se comparam com as de um país com nível de PIB diferente?

### **Sugestão para o *Workshop* Online**

Uma opção é dividir os participantes em grupos à parte e pedir-lhes que completem a actividade. Outra opção é fazer com que todos concluam a actividade individualmente e depois introduzam as suas atribuições em Google Slide partilhado ou num Padlet.

## **Exercício 3.5: Como manter as meninas na escola**

### **Objectivo**

Os participantes encontrarem soluções criativas dentro do quadro orçamentário e pensarem de modo mais abrangente do que só no Orçamento da Educação.

### **Materiais**

Folheto 3d. Meninas na República de Dreamland - Imprima uma cópia para cada grupo.

### **Tempo**

20 minutos

### **Actividade**

As meninas da República de Dreamland desistem frequentemente da escola secundária. As duas principais causas são a falta de orçamento familiar, pelo que as meninas são retiradas da escola e começam a trabalhar, normalmente no sector informal. A segunda causa é a segurança: A escola secundária não fica próximo das comunidades, e as meninas têm de apanhar autocarros lotados e voltar para casa depois de escurecer.

Que tipo de programa pode ser elaborado para mudar a situação (assumindo que queremos que as meninas permaneçam no ensino secundário), e como pode o governo resolver este problema no seu orçamento?

Divida os participantes em subgrupos (de 4-5 pessoas) e dê-lhes cerca de 20 minutos para trabalhar em cada etapa (há duas, portanto este exercício deve levar cerca de 40 minutos). A contribuição pode ser anotada num quadro de folhas, quando efectuada pessoalmente.

### **Intenção e Assuntos para continuar o Debate**

Este exercício tem por objectivo os participantes pensarem em tipos de orçamentação para além dos orçamentos governamentais, para outras áreas que possam afectar a inclusão do género e das deficiências. Questões para debate:

- Que outras iniciativas poderia a comunidade, as escolas, as organizações e/ou o governo implementar para evitar a saída do ensino secundário de meninas e rapazes vulneráveis em toda a sua diversidade?
- Essa programação ajudaria também os alunos com deficiências visuais e ocultas? Porquê ou porque não?

### **Sugestão para o *Workshop* Online**

Uma opção é dividir os participantes em grupos à parte e pedir-lhes que completem a actividade. Peça-lhes para introduzirem as suas conclusões num Google Slide ou num Padlet.

# Módulo 4

## Orçamentação da Educação Inclusiva de Pessoas com Deficiência

### Sinopse do Módulo

A orçamentação inclusiva de pessoas com deficiência é uma forma de fazer com que os orçamentos funcionem e respondam às necessidades dessas pessoas. Este módulo centra-se na inclusão de deficiências nos orçamentos de educação e introduz conceitos fundamentais no orçamento para uma educação inclusiva.

### Resultados da Aprendizagem

- Compreender os princípios básicos do orçamento inclusivo de deficiências e em conformidade com as normas da CDPD
- Compreender os conceitos básicos de orçamentação para a educação inclusiva e despesas orçamentárias relacionadas
- Saiba como a educação inclusiva é da responsabilidade de vários ministérios

### Principais Conceitos

Orçamentação para a educação inclusiva; abordagem de duas vias; orçamentação inclusiva de deficiências: CDPD

## Orçamentação Inclusiva de Pessoas com Deficiência

### De que se trata?

Orçamentação inclusiva de deficiências é um tipo de orçamentação equitativa que se centra em pessoas com deficiência. Quando um orçamento é inclusivo de deficiências, significa que as necessidades de acesso e a participação das pessoas com deficiência são abordadas deliberadamente, e que o dinheiro atribuído é para atender a essas necessidades, sejam elas deficiências específicas, em relação ao género, ao estatuto económico, etc. Um orçamento escolar é inclusivo de pessoas com deficiência, quando fornece financiamento suficiente para que todos os alunos, incluindo os que têm deficiências, possam aceder e desfrutar da educação de qualidade segundo o ODS4.

## **Por que razão é importante tornar os orçamentos para a educação inclusivos de pessoas com deficiência?**

Estima-se que entre 93 milhões e 150 milhões de crianças no mundo têm deficiências<sup>51</sup>. Estas crianças são muitas vezes excluídas do sistema educativo devido à falta de acesso e financiamento à educação inclusiva e a escolas acessíveis.

As meninas com deficiências sofrem de maior exclusão devido à intersecção da discriminação em razão do seu género e deficiência, e têm maior probabilidade de não frequentarem a escola do que os rapazes com deficiências.<sup>52</sup>

- As crianças com deficiências de quase todos os contextos têm taxas mais baixas de preparação para o ensino primário do que as crianças sem deficiências. As disparidades são maiores entre as crianças de famílias mais pobres.<sup>53</sup>
- As crianças com deficiências têm 49% mais probabilidade de nunca terem frequentado a escola do que os seus pares sem deficiências.<sup>54</sup>
- 43% das crianças com mais de uma deficiência deixam a escola na idade do ensino secundário.<sup>55</sup>
- A proporção de crianças com deficiências que recebem alguma forma de ensino é tão baixa como 1-3% em alguns países em desenvolvimento.<sup>56</sup>
- As crianças com deficiências têm 51% maior probabilidade de se sentirem infelizes e 41% maior probabilidade de se sentirem discriminadas do que as crianças sem deficiências.<sup>57</sup>

**"As deficiências contribuem à pobreza, e a pobreza aumenta a probabilidade de os pobres se tornarem deficientes. A educação pode quebrar esse ciclo vicioso."** - Fundação Liliane<sup>58</sup>

Garantir que os orçamentos da educação atribuem recursos suficientes à educação inclusiva para as pessoas com deficiência é essencial para assegurar que as crianças com deficiências não sejam deixadas para trás. É importante considerar a sobreposição das esferas sociais das deficiências, do género e da igualdade e ver como a orçamentação capaz de atender ao género e à inclusão de deficiências, pode realizar os objectivos da igualdade do género e a inclusão de deficiências (Figura 22).

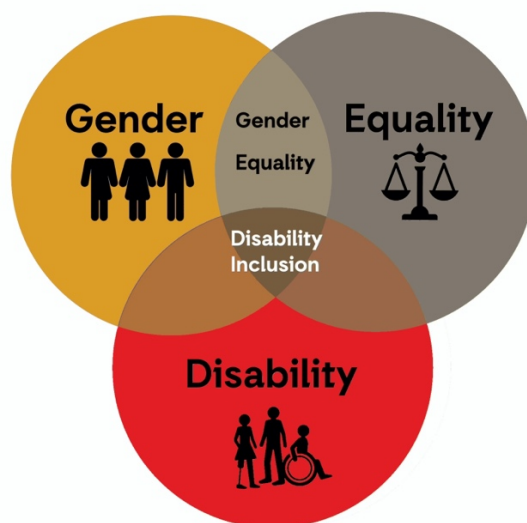


Figura 21. Concepções sociais de deficiências, género e igualdade

## Orçamentação para a Educação Inclusiva

---

Os orçamentos nacionais e dos governos locais devem atribuir recursos suficientes para a educação inclusiva, de modo a que todos os alunos tenham igual acesso à educação de qualidade. A educação inclusiva permite que todos os alunos com deficiências tenham acesso e participem plenamente na aprendizagem, da mesma maneira que os alunos sem deficiências. Isto significa que esses alunos têm as mesmas oportunidades de aprendizagem no mesmo sistema escolar que todos os outros alunos.

Num mundo ideal, os estudantes com deficiências frequentam as mesmas aulas que os estudantes sem deficiências na escola local, com apoio adicional e direccionado, conforme necessário.

### **Abordagem "Duas-Vias" – Integrar a inclusão sempre que possível e visar necessidades específicas sempre que necessário!**

Os orçamentos governamentais para a educação devem seguir uma abordagem de duas vias para a inclusão de pessoas com deficiência, com o objectivo de transformar todo o sistema educativo tendo em mente a inclusão e a provisão de medidas de apoio direccionadas, sempre que necessário. Uma abordagem de duas vias significa que a inclusão das pessoas com deficiência é considerada em todas as áreas do orçamento geral para a educação, e que também são feitas alocações específicas para colmatar outras lacunas.

### **Via 1 – Alterações a nível do sistema**

Para tornar o sistema educativo mais inclusivo, a inclusão de pessoas com deficiência deve ser integrada em todo o orçamento educativo, em vez de ter um orçamento separado para os alunos com deficiências. Por exemplo, se o orçamento incluir uma linha para "construir novas salas de aula", o governo deve especificar "construir novas salas de aula acessíveis".

Exemplos de investimentos a nível do sistema que irão promover a inclusão do sistema educativo incluem \*:

- Pacotes de formação de professores em-serviço e pré-serviço com inclusão de pessoas com deficiência
- Sistemas de Informação para a Gestão da Educação Inclusiva (EMIS)
- Formação e contratação de especialistas adicionais ao quadro de educadores (terapeutas fonoaudiólogos, terapeutas profissionais, professores itinerantes com competências especializadas em tecnologias da informação e da comunicação acessíveis (TIC), Braille)
- Actualização das políticas existentes para incluir condições razoáveis para exames
- Elaboração/publicação de livros didácticos
- Adaptação de infra-estruturas escolares, como rampas, instalações acessíveis de água, saneamento e higiene (WASH)

\* Estes exemplos não estão completos. Os tipos de investimentos necessários à inclusão dependerão do contexto.

**Definição**<sup>59</sup> A integração de deficiências é entendida como um processo de avaliação e abordagem do possível efeito de qualquer acção planeada sobre pessoas com deficiência. É uma forma de promover a inclusão e de abordar as barreiras que excluem a pessoa com deficiências da igualdade de desfrutar dos seus direitos humanos.

**Ajustes razoáveis** são modificações ou ajustes às tarefas, ao ambiente ou à maneira como as coisas são geralmente feitas, que permitem que pessoas com deficiência tenham a mesma oportunidade de participar em um programa académico ou um trabalho.<sup>60</sup>

Alguns exemplos dos ajustes para os alunos são:

- Mudança do local de uma aula
- Adaptações ao currículo
- Ajustes ao material de apoio à aprendizagem e ao ensino, por exemplo, ampliar os artigos impressos, fornecer folhetos em Braille, etc.
- Fornecimento de dispositivos auxiliares
- Ajustes para avaliações

## Via 2 – Apoio direccionado às necessidades específicas dos alunos com deficiências

As despesas direccionadas a determinados programas ou serviços que apoiam as necessidades específicas dos alunos com deficiências devem ser incluídas em rubricas orçamentais adicionais. Exemplos de despesas direccionadas incluem:

- Braille e um centro de produção de livros acessíveis
- Tecnologias de acesso e TIC, tais como um leitor Daisy, computador de ecrã Braille actualizável, ardósia e estilete, software de leitura/legendas de ecrã

- Tecnologia para maximizar o uso da visão dos alunos com albinismo, incluindo lupas e telescópios portáteis, ecrãs na sala de aula para ampliar livros e folhas de trabalho
- Intérprete de língua gestual
- Leitor e escribas para exames
- Assistentes pessoais/facilitadores
- Dispositivos de comunicação
- Formação específica em comunicação aumentativa e alternativa, Braille, língua gestual, etc.

Nota: Alguns itens também podem aparecer nos orçamentos da saúde e do desenvolvimento social. Por exemplo, o acesso à educação inclusiva para crianças com albinismo pode depender de orçamentos para serviços oftálmicos, fornecimento de protectores solares, etc.

As alocações específicas para apoio adicional podem também figurar no orçamento. Os dispositivos de assistência, os recursos especializados e o encaminhamento para apoio médico ou de reabilitação, são todos serviços que requerem financiamento adicional para que as crianças com deficiências possam estar em pé de igualdade com as outras sem deficiências e, por conseguinte, terem igual acesso à educação.

## A segregação não é inclusiva



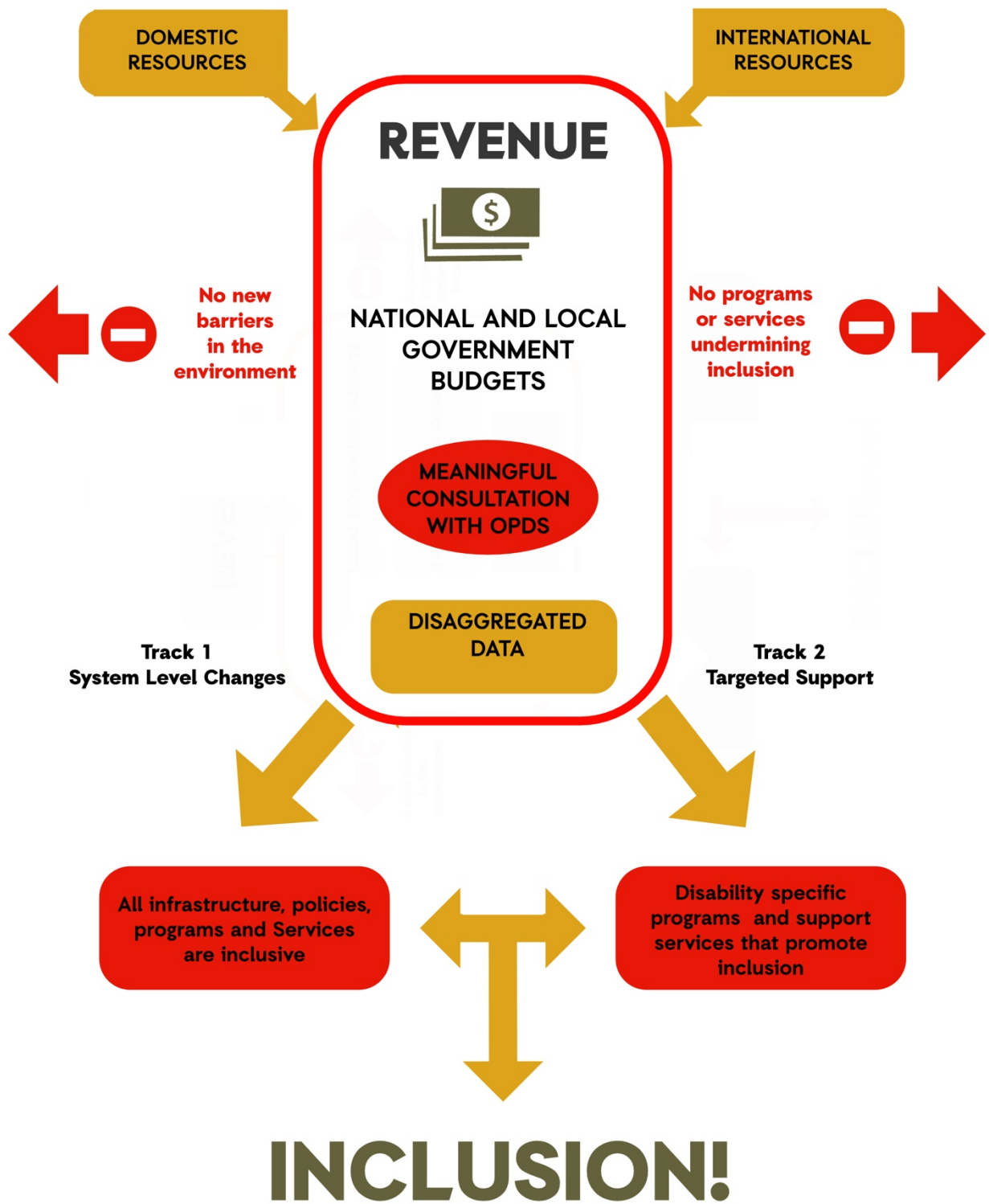


Figura 22. Duas Vias<sup>61</sup>

Ao olhar para um orçamento de educação, procure as alocações que perpetuam a segregação<sup>62</sup>. Isto vê-se frequentemente nos gastos direccionados às escolas segregadas projectadas especificamente para estudantes com deficiências. Se o financiamento for destinado a serviços que exacerbam a separação das crianças com deficiência das crianças sem ela, esses fundos devem ser realocados ou redistribuídos no sistema convencional. Lembre-se de que a inclusão de pessoas com deficiência deve ser integrada em todas as áreas do orçamento para a educação.

**Inclusão** significa que um aluno tem o direito de participar e realizar o seu potencial em instituições públicas.<sup>63</sup> Como observado na Figura 21 acima, a inclusão não se alcança colocando simplesmente um aluno em uma turma regular. Por exemplo, colocar um aluno surdo em turmas regulares onde não pode participar plenamente no processo de aprendizagem porque não pode comunicar com o professor e os seus pares (excepto através de um intérprete) não é inclusão.<sup>64</sup> Em vez disso, é fundamental que o sistema convencional forneça aos alunos com deficiência oportunidades adequadas para acessar instruções de alta qualidade que atendam às suas necessidades de aprendizagem, que podem incluir turmas separadas em ambientes convencionais, ou mesmo, ocasionalmente, escolas separadas se as classes convencionais não puderem atender às necessidades dos alunos. Por exemplo, os alunos surdos têm o direito de receber instruções bilingues em língua de sinais de professores surdos que são fluentes em língua de sinais. Às vezes, isto só pode ser alcançado através de aulas separadas ou o apoio de escolas para pessoas com deficiência auditiva.

Para poder entender e se familiarizar com estas nuances ao elaborar e analisar orçamentos para a educação inclusiva, é necessário trabalhar de perto e incluir significativamente, a comunidade de pessoas com deficiência.

O [World Federation of the Deaf Position Paper on Inclusive Education](#) detalha os direitos dos alunos surdos à educação e os modelos eficazes de educação inclusiva.

## Interseccionalidade<sup>65</sup>

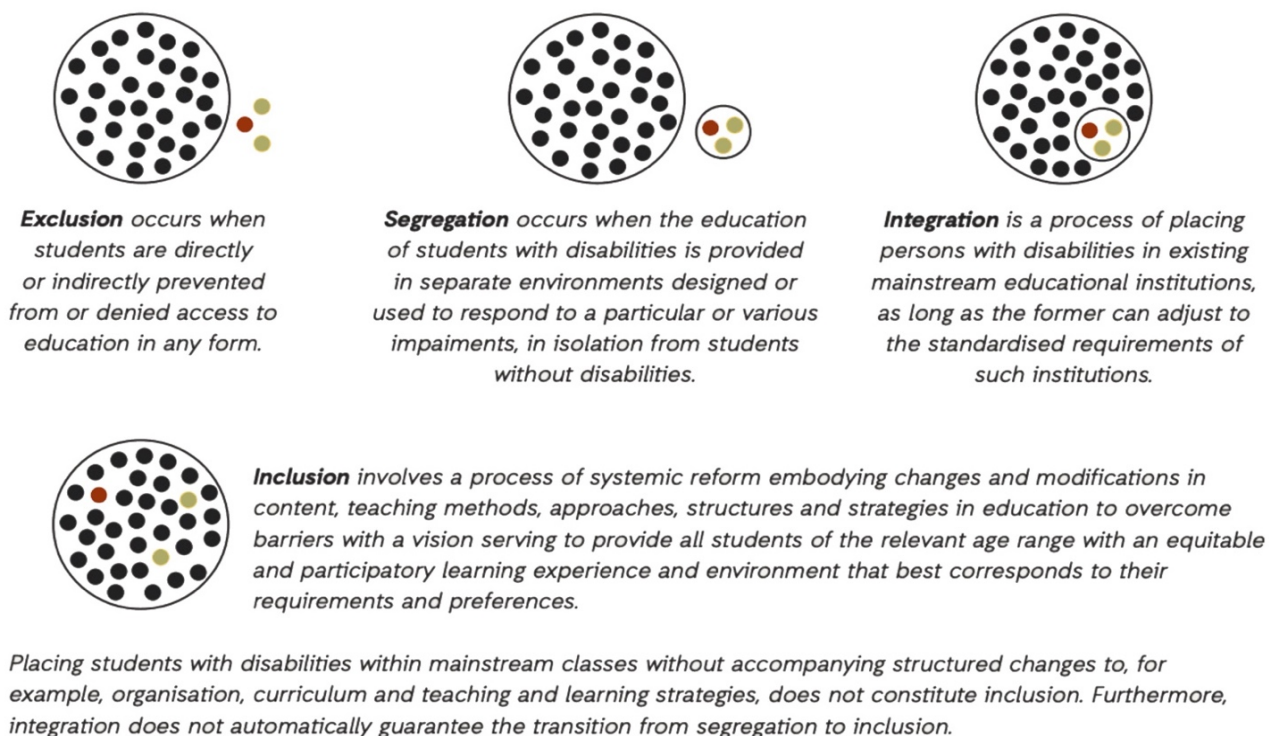
A orçamentação inclusiva na educação também deve abordar as necessidades dos alunos que enfrentam exclusão com base em vários factores de identidade, e a discriminação múltipla que ocorre na intersecção destes múltiplos factores, incluindo:

- A Idade
- Castas
- Cor
- Naturalidade
- Descendência
- Deficiência
- Etnia
- Situação geográfica
- Sexo
- Estado de VIH
- Idioma
- Estatuto de migrante
- Identidade não binária
- Opinião política
- Raça
- Religião
- Orientação sexual

Por exemplo, uma menina com deficiência órfã e que vive numa zona rural, sofre vários níveis de desvantagem, e todos eles necessitam de ser abordados com intervenções adequadas. Isto pode exigir recursos específicos e a cooperação daqueles que trabalham para resolver outras desigualdades em áreas como o desenvolvimento rural, a educação de meninas e a protecção infantil.

### A summary of the evidence on inclusive education

*Adapted from Principe T. (2018) Rethinking Disability: A primer for educators and education unions.*



**Figura 23. Resumo da evidência de educação inclusiva<sup>66</sup>**

## Financiamento da educação e da deficiência

Porque as escolas podem incorrer custos de ensino mais elevados para os alunos com deficiências, o financiamento pode ser alocado por aluno numa base ponderada – com financiamento mais elevado fornecido para alunos com deficiência do que para os estudantes sem deficiência. Dependendo do país, o peso do financiamento único (por exemplo, o montante de financiamento por aluno com deficiência é 2,5 vezes mais do que um aluno sem deficiência) pode ser utilizado para todos os alunos com deficiência, ou categorias diferentes de incapacidade podem ter pesos diferentes (por exemplo, o financiamento de alunos cegos é três vezes mais do que de alunos sem deficiência, enquanto que o financiamento de alunos com deficiência de mobilidade é duas vezes mais do que dos alunos sem deficiência).<sup>67</sup>

Para receber financiamento e apoios adicionais, os alunos devem ter um diagnóstico e, muitas vezes, obter um cartão de deficiência. Para o receber, o rastreio de deficiência/saúde deve ser disponibilizado

a todas as crianças, sendo que avaliações mais detalhadas devem ser feitas por profissionais treinados para determinar as necessidades de apoio (dispositivos de assistência, terapias, tratamento médico, etc.). A nível macro, devem estar disponíveis dados sobre o número de crianças com deficiência. O censo populacional e o uso do Módulo de Funcionamento Infantil do Grupo Washington/UNICEF<sup>68</sup> em agregados familiares e outros estudos podem fornecer dados úteis. Mais informação sobre o Módulo do Grupo Washington/UNICEF para o Funcionamento da Criança pode ser encontrada no [Washington Group on Disability Statistics](#), e mais informação sobre modelos de financiamento que apoiam a educação inclusiva pode ser encontrada no financiamento da Educação Inclusiva por UNICEF [Financing of Inclusive Education](#).

## **A Importância dos Dados**

Um país não pode agir de forma eficaz e efectiva para melhorar a educação das crianças com deficiências, se não tiver dados relevantes e de alta qualidade. O planeamento baseado na evidência para a prestação de serviços é dificultado por não se saber quantas crianças com deficiências se encontram no sistema educativo, e que tipo e nível de gravidade da incapacidade têm.

Os Sistemas de Informação de Gestão da Educação (EMIS) são utilizados para monitorar o sistema educativo. Constituirão portanto, o âmago de qualquer sistema de dados que possa cumprir os objectivos de elaboração de políticas para aumentar a participação das crianças com deficiências na educação, monitorando a sua implementação e avaliando o seu sucesso.

Embora um EMIS possa ser uma ferramenta útil para monitorar a participação e o sucesso das crianças na escola, e também a acessibilidade ao ambiente escolar, não pode abordar a questão da taxa de inscrição de crianças com deficiências ou as razões para a não-inscrição. Outros instrumentos de dados, tais como um estudo fundamentado em famílias que inclui o [Child Functioning Module](#), incluído como parte do estudo apoiado por UNICEF [Multiple Indicator Cluster Surveys \(MICS\)](#), mostram se as crianças com dificuldades funcionais em 12 áreas do desenvolvimento são capazes de frequentar a escola.

Para esse fim, é necessária uma pesquisa domiciliar que inclua um módulo sobre deficiências – p.ex., o MICS (Multiple Indicator Cluster Survey). Ferramentas adicionais de recolha de dados também devem ser usadas para obter informação sobre percepções e atitudes e incluir as populações deixadas de fora por ferramentas quantitativas de desagregação por deficiência, como as Perguntas do Grupo Washington. Mais informação sobre a inclusão de deficiências no EMIS pode ser encontrada no [Guide for Including Disability in Education Management Information Systems](#).

## Orçamentação em conformidade com a CDPD

Para que um orçamento educativo seja verdadeiramente inclusivo em termos de deficiências, terá de estar em conformidade com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos de Pessoas com Deficiência (CDPD)<sup>69</sup>. A CDPD estabelece as obrigações de um Estado garantir os direitos das pessoas com deficiência. No que diz respeito ao direito à educação inclusiva, a CDPD prevê que as crianças com deficiências não devem ser discriminadas, devem poder participar no sistema geral de educação e receber o apoio necessário.

Isto significa que tudo o que um governo faz quando elabora o orçamento para a educação deve estar alinhado com estes requisitos. Se as despesas não estiverem em conformidade com os princípios da CDPD, os governos devem ser informados e responsabilizados. Por exemplo, embora um governo possa dizer que toma em conta as deficiências no orçamento quando atribui recursos a escolas separadas, isto de facto, não está em conformidade com a CDPD e, por conseguinte, não é educação inclusiva.

### **Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos de Pessoas com Deficiência (UNCDPD)<sup>70</sup>**

O Artigo 24 da UNCDPD salienta a necessidade de os governos garantirem a igualdade do acesso ao sistema de educação tanto a nível da primeira infância como aos níveis primário e secundário, e de assegurarem a provisão de ajustes e apoio razoáveis necessários, no âmbito do sistema de educação geral, para facilitar a educação efectiva das crianças com deficiências. Ao realizar este direito, os governos devem garantir: que as crianças com deficiências não são excluídas da educação geral e podem ter acesso à educação inclusiva, de qualidade e gratuita, em igualdade de condições com outras pessoas nas comunidades em que vivem; a adaptação razoável dos requisitos do indivíduo; e os governos devem facilitar a aprendizagem de Braille e língua de sinais, assegurando que a educação das pessoas, e em particular das crianças, cegas, surdas, ou surdas-mudas, é prestada nas línguas apropriadas, da maneira mais adequada aos meios de comunicação para o indivíduo, e em ambientes que maximizem o desenvolvimento académico e social.

## Regras Básicas para a Orçamentação em Conformidade com a CDPD<sup>71</sup>

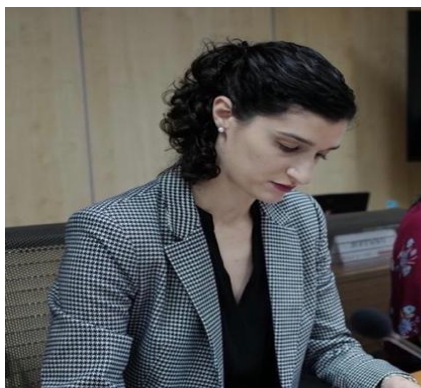
Não gastar fundos públicos em programas e serviços contrários à CDPDP, como instituições de educação segregada ou de assistência social. Garantir que todas as despesas públicas entre ministérios e níveis de governo contribuem para a inclusão. Aumentar progressivamente e equitativamente as despesas para garantir o acesso nacional a serviços de apoio que promovem a inclusão através de:

- (re)habilitação
- dispositivos auxiliares
- assistência pessoal
- intérpretes de língua de sinais
- apoio às crianças e suas famílias
- subsídio de incapacidade

Investir continuamente para tornar infra-estruturas e serviços existentes acessíveis a todas as pessoas com deficiência. Recolher e divulgar dados sobre orçamentos e resultados de programas e serviços financiados publicamente. O que não se mede não se vê! Consulte OPDs e organizações que trabalham na educação inclusiva para pessoas com deficiência, para garantir a diversidade por todo o ciclo orçamental.

Se precisar de um ponto de partida para ver onde se encontra o seu governo em termos de conformidade com a CDPD, reveja a Convenção por si só, contacte OPDs locais e/ou organizações da sociedade civil com conhecimentos práticos da CDPD e trabalhe em conjunto para auditar o orçamento de educação para conformidade.

A Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência esclareceu e interpretou o direito à educação inclusiva, como estabelecido no artigo 24.º da CDPD. [General comment no. 4 \(2016\) on the right to inclusive education](#) orienta o âmbito da obrigação de um governo prestar educação inclusiva de qualidade, para pessoas com deficiência.



"Temos de deixar de pensar que o investir em deficiências é cumprir a CDPD. Muitos estados gastam muito dinheiro em políticas e serviços que segregam e estigmatizam as pessoas com deficiência. Um orçamento inclusivo para pessoas com deficiência é o que garante que as pessoas com deficiência podem ter acesso à educação de qualidade, trabalhar em contextos inclusivos, participar na vida pública e política, decidir por si próprias, receber o apoio de que necessitam para viver na comunidade e exercer todos os direitos humanos numa base igual aos outros."

## **Impor a Conformidade com a CDPD**

Conheça a CDPD ou estabeleça ligação com uma organização que a conheça. É importante compreender bem os princípios e padrões da CDPD e do significado da conformidade com a mesma.

Certifique-se também de que está ciente da legislação actual e dos compromissos governamentais relativos aos alunos com deficiências e à educação inclusiva. Os governos podem assumir compromissos, como a ratificação da CDPD, mas podem não os cumprir incorporando-os em legislação, políticas ou fundamentalmente, na atribuição de recursos suficientes para cumprir esses compromissos. É importante saber que existem legislação e compromissos para verificar se o governo cumpre as suas promessas.

Veja os planos do sector da educação e as políticas e estratégias de educação inclusivas/especiais. Analise esses planos e políticas para conformidade com a CDPD. Essas políticas e planos fornecem inclusão e acessibilidade em linha com a CDPD? Se faltarem as disposições necessárias para a inclusão plena de alunos com deficiências, é provável que estes indivíduos encontrem discriminação. Determine se o orçamento da educação mantém os compromissos para com a inclusão e acessibilidade tomados nessas políticas e planos. Onde estão as lacunas?

Compreender a CDPD e a legislação e os compromissos do seu país relativos aos alunos com deficiências e à educação inclusiva, permitir-lhe-á uma avaliação inclusiva do orçamento e das políticas de educação, a identificação de práticas actuais que possam estar a prejudicar a inclusão, e apoiar as exigências adequadas que aprofundam os direitos das pessoas com deficiência.

### **A participação de pessoas com deficiência é essencial**

Em cada passo de qualquer processo que envolva pessoas com deficiência, é essencial a participação significativa de pessoas com deficiência nesse processo. As OPDs são importantes representantes da comunidade de pessoas com deficiência, e devem ser consultadas e incluídas como parceiros em todas as acções que afectam as pessoas com deficiência. Se não é uma pessoa com deficiência e estiver a realizar um trabalho orçamental relacionado com a inclusão de deficiências, deve contactar as OPDs locais e/ou nacionais para colaboração.

## Gastos na Educação Inclusiva de Deficiências

Um orçamento inclusivo para a educação é aquele que atribui recursos suficientes para atender às necessidades dos alunos com deficiências. A educação inclusiva é mais do que apenas colocar os alunos com deficiências nas salas de aula com os seus pares sem deficiências. Os alunos com deficiências não são um grupo homogêneo e, por conseguinte, não existe uma abordagem de "tamanho único" à educação inclusiva. Para que um sistema educativo seja inclusivo para todos, a todos os níveis, **desde o desenvolvimento da infância ao ensino superior**, existem numerosos componentes a orçamentar.<sup>72</sup>



**Figura 24. Níveis de educação**

O governo deve considerar uma série de custos em relação a TICs ou dispositivos de auxílio acessíveis. A inclusão dos custos da tecnologia de assistência em orçamentos nacionais e regionais de longo prazo pode garantir que os custos de aquisição sejam melhor absorvidos no âmbito da alocação geral de fundos para a educação inclusiva. Normalmente, as pessoas com deficiência recebem benefícios fiscais pelos dispositivos auxiliares adquiridos.

Muitas vezes, os governos anunciam novos compromissos em relação à inclusão de pessoas com deficiência, como na Cimeira Global sobre Deficiências, ou em planos do sector da educação. Esses compromissos podem incluir, por exemplo, um compromisso de fornecer aos alunos com deficiência determinadas tecnologias de assistência, como um computador Braille. Nesses casos, se o EMIS determina o número de alunos cegos e o custo do dispositivo for conhecido, é possível estimar quanto deve ser orçado para cumprir o compromisso.



## Componentes Essenciais da Educação Inclusiva

Os principais componentes da educação inclusiva abrangem tudo, desde a acessibilidade a dispositivos e materiais auxiliares. Nos dias modernos de hoje, deve considerar-se a utilização de dispositivos de auxílio e/ou software para pessoas com deficiência e minimizar a exclusão digital. Os componentes essenciais da educação inclusiva incluem\*:

\* Esta não é uma lista completa.

### 1. Infra-estrutura acessível

- Salas de aula e recreios
- Lavabos e casas de banho

### 2. Professores e pessoal de apoio

- Número suficiente de professores e pessoal de apoio especializado (apoio a professores ou crianças)
- Formação inicial e em-serviço

### 3. Apoio pedagógico

- Suporte para a sala de aula (facilitador, assistente de turma)
- Actualização em design universal para aprendizagem
- Treinamento no uso da tecnologia de auxílio específica

### 4. TIC (tablets, computadores, telemóveis)

### 5. Materiais de aprendizagem

- Auxiliares tácteis/de demonstração
- Vídeos com legendas e língua de sinais
- Braille e livros áudio
- Recursos de desenvolvimento da língua de sinais
- Versões de leitura fácil

### 6. Dispositivos auxiliares e TIC\* \*

\* \* *Veja a seguir, a lista de possíveis tecnologias de auxílio. Seria útil estabelecer uma ligação com especialistas para orientação sobre aquisições, os preços podem ser obtidos junto dos fornecedores.*

- Leitores de ecrã
- Software de texto para voz
- Software de reconhecimento ocular de caracteres
- Impressoras Braille
- Lupas e telescópios portáteis,
- Quadro branco interactivo

- Tablets, computador
- Leitor de áudio

7. Transporte

- Transporte de e para a escola
- Vale de Transporte
- Adaptação do transporte escolar existente

8. Subsídio para as propinas escolares

9. Pensionatos escolares

10. Triagem de deficiência/saúde e encaminhamento

11. Sensibilização das crianças (especialmente as que não têm deficiência), dos pais, da comunidade e outras partes relevantes

Tabela 3. O custo da igualdade: Exemplos de tecnologia de assistência<sup>73</sup>

Categoria	Exemplos de Produtos
<b>Mobilidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Bengalas, muletas, andarilhos, cadeiras de rodas manuais e a motor, triciclos.</li> <li>● Perna ou mão artificial ou talas de mão, órtese para pé boto, cadeira de canto, assento de apoio, bipedestador (standing frame)</li> <li>● Talheres e utensílios de cozinha adaptados, vara para vestir, assento de chuveiro, armação de sanita, robot para alimentar.</li> </ul>
<b>Visão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Óculos, lupa, telescópio, software de ampliação para computador.</li> <li>● Cana branca, dispositivo de navegação baseado em GPS.</li> <li>● Sistemas Braille para leitura e escrita, leitor de ecrã para computador, leitor de livros de conversação, gravador de áudio e leitor.</li> <li>● Xadrez Braille, bolas que emitem som.</li> </ul>
<b>Audição</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Auriculares, aparelho auditivo, telefone amplificado, anel auditivo.</li> </ul>
<b>Comunicação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Cartões de comunicação com texto, placa de comunicação com letras, símbolos ou imagens.</li> <li>● Dispositivo de comunicação electrónica com voz gravada ou sintética.</li> </ul>
<b>Cognição</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Listas de tarefas, agendas e calendários de imagens, instruções em imagens.</li> <li>● Temporizador, manual, lembrete automático, telemóveis <i>smart</i> com listas de tarefas adaptadas, programas, calendários e gravador de áudio.</li> <li>● Brinquedos e jogos adaptados.</li> </ul>
<b>Dispositivos auxiliares destinados a evitar a exclusão digital</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Software de texto para voz. Permite a leitura em voz alta de qualquer texto electrónico que possa ser realçado, por computador ou dispositivo móvel.</li> <li>● Canetas de leitura</li> <li>● Software de reconhecimento de voz</li> <li>● Gravadores digitais</li> <li>● Motores visuais de busca</li> </ul>
<p>* Estes exemplos são apenas ilustrações. Esta não é uma lista completa.</p>	

A educação inclusiva implica custos e, muitas vezes, o orçamento geral para a educação fica aquém da capacidade de fornecer tudo o que é necessário. Ao analisar a suficiência e as lacunas de um orçamento para a educação, é importante examinar o orçamento para esses tipos de despesas. Fazê-lo pode ajudar a determinar como a educação inclusiva para pessoas com deficiência se reflecte nas despesas com a educação e se estas despesas atendem às necessidades dos alunos com deficiências.

## **Exemplo: ActionAid, Education International e Light for the World**

### *Considerações e Desafios Rumo à Educação Inclusiva*

Um estudo de vários países realizado para ActionAid, Education International e Light for the World, considerando a situação actual, e os requisitos realistas para investir numa força de trabalho educativa que possa apoiar sistemas de educação inclusivos em matéria de deficiência na Etiópia, no Malawi, em Moçambique, na Nigéria e na Tanzânia, destacaram obstáculos específicos ao financiamento de professores e o impacto na capacidade dos cinco países proporcionarem uma educação inclusiva em termos de deficiências.

**É necessário actuar para integrar os compromissos de educação inclusiva em planos, orçamentos e monitoria** – os custos e os recursos são aspectos essenciais para as políticas e estratégias de educação inclusiva, e os orçamentos são muitas vezes demasiado pequenos em comparação com as necessidades.

**A falta de dados robustos e precisos impede o planeamento e a orçamentação adequados para uma educação inclusiva** – muitos países têm dificuldades em recolher dados sólidos sobre as crianças com deficiências e o seu envolvimento escolar, bem como dados sobre os trabalhadores na educação e a sua preparação para implementar a inclusão. Esta falta de dados reflecte a "invisibilidade" das crianças com deficiências, que é simultaneamente uma consequência e a causa de exclusão séria. Se não forem visíveis, não é possível planear ou orçar as suas necessidades.

**Os professores não recebem formação suficiente para estimularem a inclusão** – para atender às necessidades de um sistema verdadeiramente inclusivo, todos os professores devem ser instruídos em educação inclusiva. É contraproducente para um país desenvolver uma estratégia de educação inclusiva e não capacitar a sua força de trabalho nesta área, uma vez que, sem actuação, estes compromissos continuarão apenas "no papel".

**Os elevados rácios de alunos/professores impedem a educação inclusiva prática** – a escassez calamitosa de professores e os rácios muito elevados de alunos e professores são altamente problemáticos na gestão das diversas necessidades de aprendizagem e a garantia do ensino inclusivo. A implementação da educação inclusiva exigirá o aumento significativo do número de professores para reduzir os rácios professores/alunos. Isto, por sua vez, exigirá o aumento proporcional do financiamento (pelo menos a curto prazo).

**Planos e estratégias de educação inclusiva carecem de custeios credíveis** – são necessários melhores modelos de custos para a educação inclusiva, que devem basear-se na visão geral mais clara das prementes necessidades, baseadas em dados mais credíveis e desagregados.

**Apesar do progresso, os recursos para a educação são actualmente insuficientes para concretizar a educação inclusiva** – que requer uma mudança em todo o sistema e a transformação da força de trabalho educativa. A curto prazo, isso será dispendioso, mas a longo prazo seria mais rentável do que criar dois sistemas separados, com mais benefícios adicionais associados a professores mais treinados no terreno.

# Despesas Relacionadas com o Orçamento da Educação Inclusiva

---

Ao avaliar um orçamento para determinar a sua inclusividade, vai querer considerar todas as despesas que promovem a acessibilidade e a inclusão. Estas despesas podem estar nos orçamentos de qualquer nível do governo. Algumas ideias sobre como encontrar e avaliar estas despesas incluem:

## **Acessibilidade**

Esta pode ser encontrada em despesas de capital. No entanto, é muitas vezes difícil separar o custo de infra-estruturas (como os edifícios escolares) e o custo de instalações de acessibilidade (como as rampas). Se possível, faça a estimativa do que foi gasto em infra-estruturas escolares acessíveis em comparação com as infra-estruturas tradicionais.

## **Pessoal**

A informação sobre o que gastou em pessoal com inclusão de deficiências (apoio especializado a crianças ou professores) pode geralmente ser encontrada nos registos de recursos humanos, embora muitas vezes estes profissionais possam estar ao emprego dos ministérios da saúde ou do desenvolvimento social. Quanto aos salários, podem ser utilizados os salários padrão ou médios de pessoal correspondente (por exemplo, professores ou administradores).

## **Formação**

Os custos da formação inicial e em-serviço para professores, funcionários na administração e outros da escola, em matéria de educação inclusiva, podem ser incluídos nas rubricas orçamentais gerais de formação. Suponhamos que é difícil identificar os custos incorridos com formação inclusiva em matéria de deficiências. Nesse caso, os custos relacionados a crianças com deficiências podem ser avaliados estimando-os como percentagem dos custos totais de formação (por exemplo, se a formação especializada for 10 por cento da duração da formação normal, os custos podem ser estimados em 10 por cento dos custos normais de formação).

## **Recursos, equipamento e materiais**

Estes podem ser encontrados em despesas de capital, bem como em despesas recorrentes. Pode ser difícil identificar o que foi gasto em equipamentos e dispositivos de assistência para garantir uma educação inclusiva para alunos com deficiências. Suponhamos que o nível de desagregação das linhas de despesa o permite; nesse caso, seria ideal estimar quanto foi gasto em equipamento, recursos auxiliares e dispositivos de assistência para a educação inclusiva em portadores de deficiência, incluindo o custo de materiais complementares.

## Triagem de deficiência/saúde

Isto não é muitas vezes, visível nas rubricas orçamentais da educação, e pode estar incluído no orçamento de outro ministério (muitas vezes o Ministério da Saúde).

### **Exemplo: Malawi**

#### *Análise do orçamento e das alocações para a formação de professores no Malawi<sup>74</sup>*

Em Março de 2020, foi aprovado o Plano Nacional de Investimento do Sector da Educação (NESIP) 2020-2030, que se empenha na prestação de educação inclusiva, delineando metas ambiciosas de inclusão. Uma área de destaque é a formação de professores e o desenvolvimento profissional contínuo.

O NSIE estima que algumas pessoas têm de avançar no sentido da educação inclusiva, com um modelo de custos associados ao plano. A necessidade financeira total de 22 mil milhões de MK ao longo de cinco anos (cerca de 29 milhões de dólares americanos na estratégia - cerca de 8 milhões de US\$ por ano) é susceptível de estar muito abaixo da necessidade real. O NESIP 2020-30 sublinha a necessidade de aumentar as alocações orçamentais para a prestação do ensino inclusivo e atribui cerca de 8,6% do seu orçamento total de dez anos a "Educação Inclusiva, Género e outras Questões Transversais". A análise do plano mais detalhado de implementação de cinco anos mostra que um total de pouco menos de 10 mil milhões de MK (13.3 milhões de US\$), ou 0,2% do orçamento total de cinco anos, foi atribuído a vários tipos de formação, incluindo Braille, língua gestual e formação de nível superior em educação inclusiva. Embora se trate de uma melhoria significativa em relação aos anos anteriores, é pouco provável que seja suficiente, uma vez que, em alguns casos, a comparação das alocações orçamentais com o número ideal de professores a receber formação revela alocações de apenas 7650 MK (10.21 US\$) por pessoa.

## Responsabilidade de Vários Ministérios

A responsabilidade pela educação das crianças com deficiências deve recair sobre o ministério da educação, tal como a educação para a população em geral, e não ser dividida como responsabilidade separada, de outros ministérios. No entanto, a orçamentação para a educação inclusiva é frequentemente abrangida por vários ministérios e, por conseguinte, por vários orçamentos, tornando difícil identificar as alocações orçamentais para a educação inclusiva. As políticas e despesas da inclusão de deficiências são frequentemente divididas entre vários sectores, o que é necessário para a inclusão abrangente em todo o sistema, mas também requer boa coordenação para ser eficaz. Assim, deve ser feita a análise dos orçamentos de vários ministérios para as atribuições e despesas da educação inclusiva.<sup>75</sup>

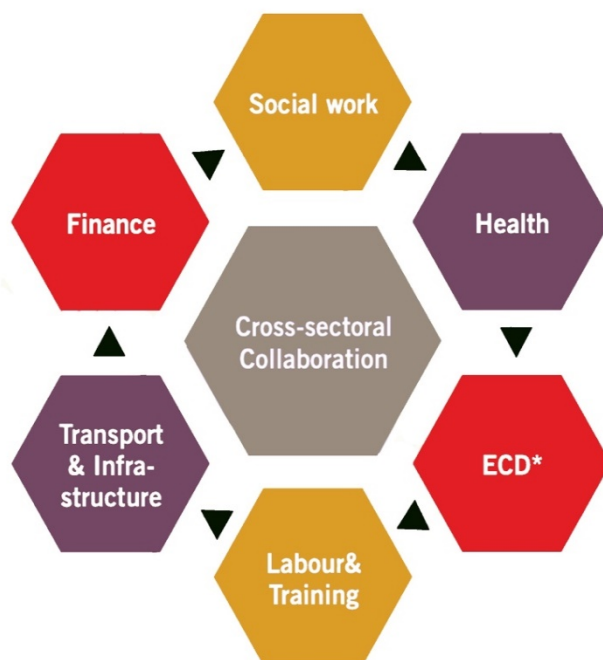


Figure 25. Colaboração intersectorial para a educação inclusiva

## A colaboração intersectorial está a preparar o caminho para escolas de crianças com deficiências



Figura 26. Padrões mínimos para responsabilidades de múltiplos ministérios<sup>76</sup>



## **A falta de transporte adequado impede que as crianças com deficiências frequentem a escola<sup>77</sup>**

Embora muitas crianças e jovens com deficiências sejam impedidas de frequentar a escola devido a preocupações relacionadas com viagens e transportes, a responsabilidade cabe ao Ministério dos Transportes – em colaboração com o Ministério da Educação – de garantir estradas adequadas que levem às escolas.

Se mais crianças e jovens começarem a matricular-se nas escolas e não houver um número suficiente de professores, então o Ministério da Educação deve colaborar com o Ministério das Finanças para abordar a necessidade de mais recursos humanos.

## **Papel das OPDs e OSCs**

---

### **Juntos podemos fazer isto!**

As OPDs, incluindo as organizações de mulheres com deficiências, têm um papel fundamental a desempenhar para garantir que os orçamentos da educação são sensíveis e inclusivos das necessidades dos alunos com deficiências. As pessoas com deficiência e as suas famílias são os conselheiros mais bem posicionados para a transformação do sistema que coloca as pessoas com deficiência – e os compromissos da CDPD – no centro da reforma. É essencial que as OPDs e organizações com experiência em educação inclusiva para alunos com deficiências se envolvam em procedimentos de planeamento orçamental, responsabilização e transparência, bem como advocacia relacionada com o planeamento do sector da educação.

A participação de OPDs na análise do orçamento e na advocacia pode:

- Sensibilizar para as necessidades e os direitos de todas as mulheres e homens com deficiências
- Informar os debates sobre política e orçamentos
- Identificar lacunas nos gastos e problemas na prestação de serviços
- Descrever as tendências de gastos e avaliar os impactos

Na maioria dos países, há OSCs e OPDs que trabalham com o governo no orçamento. Algumas, particularmente as OPDs, tentam influenciar a forma como os gastos públicos afectam os seus círculos eleitorais. Embora seja comum nenhuma destas organizações no país ter experiência em todos os aspectos da orçamentação, ao combinar esforços, podem partilhar as suas competências específicas. E no caso das OPDs, podem contribuir com conhecimentos específicos, experiências de vida e aptidões para consolidar a inclusão de pessoas com deficiência.

## Envolvimento de OPDs na Análise do Orçamento<sup>78</sup>

O envolvimento das OPDs na análise e advocacia do orçamento é fundamental por várias razões:

**Nada sobre nós sem nós:** É dever do governo consultar as OPDs sobre quaisquer questões de política que afectem as pessoas com deficiência. As OPDs precisam estar em condições de serem uma contrapartida eficaz para aproveitar ao máximo este compromisso. A participação no processo orçamental ajuda a desenvolver novas competências e conhecimentos e a ganhar credibilidade junto das autoridades públicas e dos funcionários eleitos.

**Procura Sustentada:** A garantia de que serão atribuídos recursos públicos adequados e efectivamente utilizados para a inclusão de todas as pessoas com deficiência levará muitos anos. As OPDs são os únicos elementos com o necessário foco e interesse a longo prazo, no desenvolvimento e na sustentação da exigência de mais e melhores gastos públicos na inclusão.

**Responsabilização:** A análise do orçamento e a advocacia ajudam a monitorar a vontade política do governo, o nível de priorização dado à inclusão de pessoas com deficiência e o esforço para implementar a CDPD.

**Enquadrar o Debate sobre Recursos:** A limitação dos recursos é um argumento recorrente apresentado pelos governos para explicar a sua falta de progresso e a promoção da inclusão de pessoas com deficiência. Muitas vezes, as medidas necessárias são consideradas inacessíveis. A análise por OPDs das despesas públicas existentes, a análise de lacunas e o cálculo dos custos das medidas permitirão que negociem e reformulem o debate sobre recursos, propondo uma forma realista de avançar.

**Garantir a Equidade:** Os governos tendem priorizar o aumento das despesas com serviços e programas existentes que podem não atender às necessidades de grupos mais marginalizados, e esses grupos podem não ter acesso a debates sobre orçamentos. Ao obter o consenso entre todos os círculos eleitorais, sobre as principais exigências orçamentais, as OPDs podem contribuir para maior equidade na utilização dos recursos entre os grupos e a igualdade do género ao longo dos anos.

Sala de aula inclusiva, Etiópia. CRÉDITOS: Ephrem Taye/Light for the World



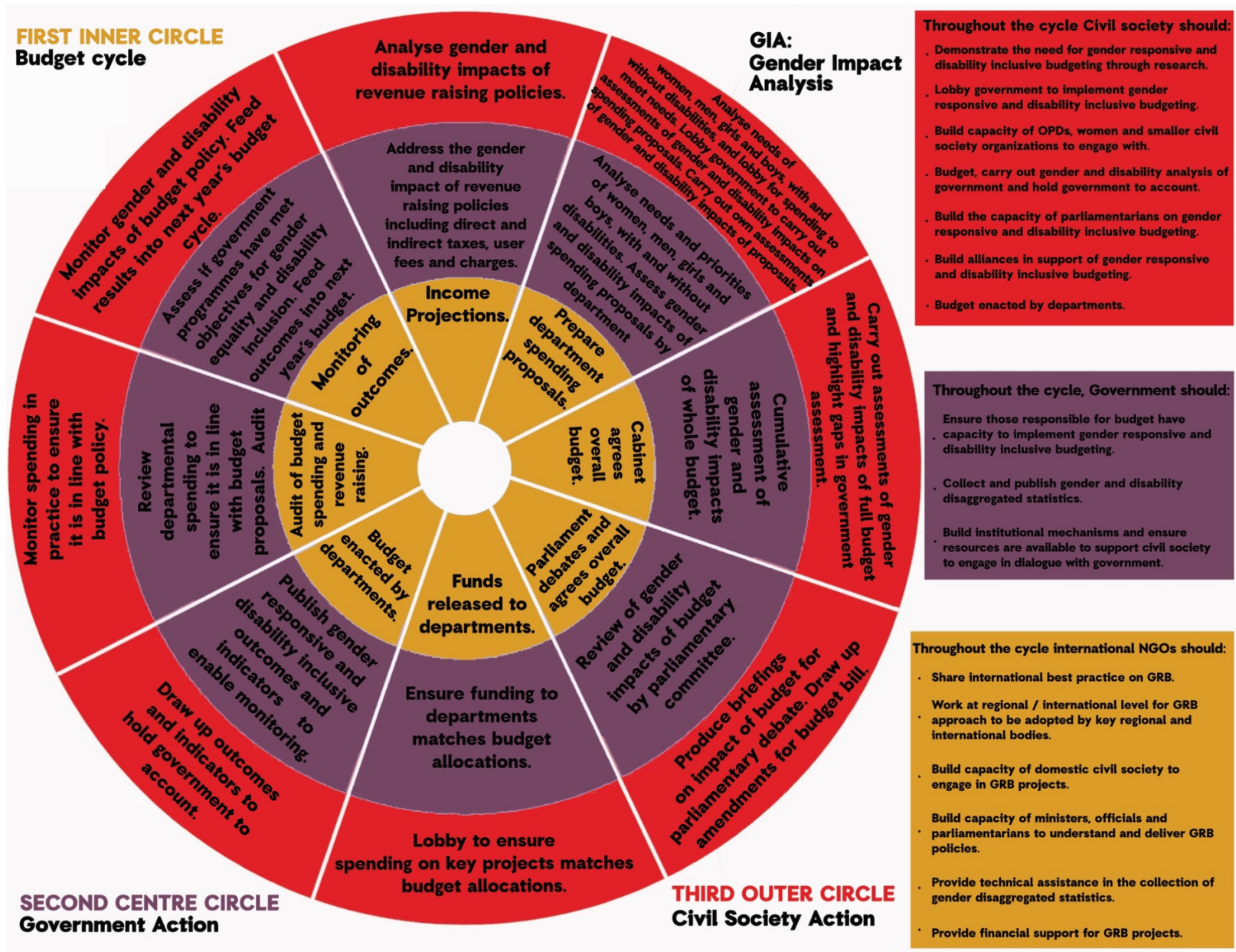


Figura 27. Acções adaptadas em matéria de género e de deficiência inclusivas em diferentes fases do ciclo orçamental<sup>79</sup>

## Questões de Reflexão para o Módulo 4

O que é a abordagem de duas vias e como pode ser usada para promover a inclusão de deficiências nos orçamentos da educação?

---

---

---

---

---

Como podem os orçamentos ser compatíveis com a CDPD?

---

---

---

---

---

Quais são alguns dos componentes fundamentais da educação inclusiva para os quais um governo deve alocar financiamento?

---

---

---

---

---

Como é que o orçamento inclusivo para pessoas com deficiência difere de outras iniciativas orçamentais?

---

---

---

---

Se pensar no seu orçamento governamental, quais são ou onde estão as três áreas em que acha que o orçamento poderia ser mais inclusivo às deficiências?

---

---

---

# Exercícios de orçamentação inclusiva para pessoas com deficiência

---

## Exercício 4.1: Educação inclusiva: Abordagem de duas vias

### Objectivo

Os participantes compreenderem melhor e saberem aplicarem na prática, a abordagem de duas vias à educação inclusiva.

### Materiais

Folheto 4a, com as caixas, cortadas individualmente

Quadro de folhas e marcadores

### Tempo

30 - 45 minutos

### Actividade

Apresente a abordagem de duas vias aos participantes.

Peça aos participantes para formarem grupos de 2 pessoas. Dê a cada grupo as caixas recortadas do Folheto 4a, fita-cola e papel do quadro de folhas, nos quais podem colar os pequenos pedaços de papel.

Diga aos participantes que cada caixa tem uma acção que apoia a educação inclusiva. Algumas acções contribuem a mudanças a nível do sistema que tornam o sistema educativo mais inclusivo em termos de deficiências, e algumas são acções direccionadas para apoiar as necessidades específicas dos alunos com deficiências.

Peça aos grupos que desenhem duas colunas na folha de papel grande – "Mudanças a nível do sistema" e "Apoio direccionado". Depois, os participantes colocarão as caixas na coluna certa.

Quando terminarem, mostre ao grupo as respostas correctas e pergunte-lhes quais as que tiveram correctas e erradas. Explique que a realização da educação inclusiva requer uma abordagem de duas vias – fazer mudanças a nível do sistema E visar as necessidades específicas dos alunos com deficiências.

### Intenção e Assuntos para continuar o Debate

Este exercício tem como objectivo os participantes compreenderem as duas vias – o nível do sistema e o enfoque em necessidades específicas das pessoas com deficiência. Questões para debate:

- Os pais de crianças com deficiências e/ou crianças/adolescentes com deficiências estão incluídos na discussão sobre sistemas educativos?
- Como poderia uma escola secundária local implementar o "apoio direccionado"? Pense em iniciativas a nível escolar de baixo custo que possam ter impacto.

### Adaptação para *Workshop Online*

Uma opção é usar os slides do Jamboard ou Google com as caixas, e pedir aos participantes que os organizem de forma colaborativa.

## **Exercício 4.2: Podemos dar-nos ao luxo da educação inclusiva?**<sup>80</sup>

### **Objectivo**

Incentivar os participantes a pensarem criticamente sobre os prós e contras da educação inclusiva para pessoas com deficiência e das escolas especiais segregadas, concentrando-se na viabilidade de cada sistema e as implicações financeiras.

### **Materiais**

Papel

Saco

### **Tempo**

30 - 45 minutos

### **Actividade**

Mensagem Principal: Tornar a educação convencional disponível a todos os alunos é economicamente eficaz e eficiente, e custa ao governo menos do que os sistemas de educação separados.

### **Notas do Instrutor**

Financiamento suficiente para a educação inclusiva é difícil para todos os governos. Mas a educação inclusiva não custa mais a um governo do que os sistemas de educação segregados.

É claro que as infra-estruturas de ensino têm muitas vezes de ser tornadas mais acessíveis e a melhoria das infra-estruturas escolares existentes terá um preço. A reorganização e a atribuição mais eficaz dos orçamentos para a educação podem ajudar, mesmo quando novo dinheiro não esteja disponível. Quaisquer novas instalações podem ser facilmente desenhadas e construídas com acessibilidade e pouco ou nenhum custo extra. E a curto prazo, pequenos ajustes acessíveis conhecidos por ajustes razoáveis, podem ser feitos em cada escola para melhorar o ambiente físico e de ensino/aprendizagem de certos alunos.

Após um custo inicial para alterar o programa de formação, não custa mais a um país formar professores para serem inclusivos do que treiná-los para serem exclusivos. Os benefícios da formação de professores para serem inclusivos abrangem todos os alunos, uma vez que estão mais bem equipados para ensinar cada aluno de forma mais eficaz. Além de proporcionar a todas as crianças, incluindo crianças com deficiências, uma educação de qualidade, os benefícios a longo prazo também incluem a redução do abandono escolar e da repetição, e maior número de alunos que acaba a escola com mais conhecimentos, aptidões, confiança e qualificações para o futuro.

Na verdade, as práticas de educação exclusiva podem ser mais onerosas do que a implementação de práticas de educação inclusiva. A exclusão educacional produz custos para indivíduos, famílias, sociedade e governo, todos os anos. Os custos incluem a perda de oportunidades de trabalho ou emprego, despesas de transporte, custos de alojamento e serviços de cuidados domiciliários. Os governos perdem dinheiro ao terem de financiar os sistemas de educação geral e especial separadamente. Os benefícios da inclusão estendem-se a indivíduos, comunidades e governos. As populações mais instruídas têm melhores resultados em termos de saúde, maior resiliência a crises, rendimentos mais elevados, melhor nutrição e menor mortalidade infantil. Quando lhes é negada uma educação de qualidade às pessoas com deficiência, estas podem enfrentar desafios para o resto da vida, têm menos probabilidade de contribuir para as economias locais e nacionais e têm mais probabilidade de ser uma "sobrecarga" financeira ao país.

### **Instruções**

Certifique-se de que entra directamente nesta actividade sem apresentar informação de fundo. Apresente o cenário e a proposta aos participantes:

## Cenário

O sistema educativo na República de Dreamland é composto por escolas tradicionais e escolas especiais segregadas, para alunos com deficiências. Um estudo recente constatou que 85% dos estudantes com deficiências que estão na escola frequentam escolas especiais. Embora um sistema escolar segregado não esteja em conformidade com a CDPD, o Ministério da Educação defende esse sistema dizendo que os professores em escolas convencionais não são treinados para ensinar alunos com deficiências, e é muito caro fornecer auxiliares de aprendizagem e tecnologia de assistência de que os estudantes com deficiências necessitam nas escolas convencionais.

## Moção

O ministro das Finanças acaba de lançar um novo orçamento que mostra um grande aumento do financiamento para escolas especiais, incluindo propostas para a construção de 10 novas escolas especiais.

## Actividade

- Peça aos participantes para se dividirem em dois grupos.
- Diga aos participantes que irão desempenhar um papel em debate político. Cada pessoa é um deputado (MP). Peça a uma pessoa de um dos grupos para escolher de um saco, um pedaço de papel dobrado. O papel revelará se o seu grupo é do partido pró-inclusão ou do partido escolar pró-especial.
  - O partido pró-inclusão acredita firmemente que a educação inclusiva é uma solução rentável para a crise educativa do país que trará benefícios sociais e económicos de longo prazo e substanciais a todos.
  - O partido escolar pró-especial está empenhado em manter um sistema escolar especial separado.
- Dê a cada grupo alguns minutos para debaterem os seus principais argumentos para a sua posição no grupo. (Mesmo que os membros do grupo não acreditem pessoalmente na posição que lhes foi atribuída, defenderão essa posição.)
- Peça aos dois grupos para iniciarem o debate. O formador pode assumir o papel de presidente, abrir o debate parlamentar e chamar os deputados à ordem se o debate se tornar demasiado intenso.
- Reserve pelo menos 20 minutos para o debate, a menos que este chegue a uma conclusão natural mais cedo.
- Depois, peça aos participantes que tirem o 'boné de deputados' e finjam ser membros do público que assistiu ao debate. Em que aspecto do debate acreditam pessoalmente, quais os argumentos mais convincentes e porquê? Alguém mudou de opinião durante o debate?
- Agora, sirva-se da informação de fundo para realçar que nos podemos dar ao luxo de uma educação inclusiva e que não podemos continuar a manter a segregação e a exclusão.

## **Assuntos para continuar o Debate**

- Qual é o argumento mais persuasivo para a educação inclusiva? Argumento oposto?
- Como poderia envolver-se com o seu MP para aumentar os conhecimentos sobre a educação inclusiva?

## **Adaptação local**

Pode alterar os detalhes e tornar a actividade mais relevante para o sistema de governo com o qual os seus participantes estão familiarizados. Por exemplo, pode referir-se a representantes em vez de deputados.

Pode escolher uma moção que tenha relevância actual no seu governo. Este exercício específico é menos adequado para a formação online, embora possa ser adaptado com salas separadas e uma

forma aleatória de dividir os "pedaços de papel" - no entanto, o debate não-verbal também é muito importante, e isso não se pode ver online.

### **Adaptação para Workshop Online**

Atribua às pessoas as suas funções de parlamentares enviando-lhes uma mensagem de chat privada ou atribuindo aleatoriamente as pessoas a uma das duas salas separadas dizendo-lhes em seguida, qual é a sua tarefa. Trazer os grupos de volta à sala principal e, em seguida, facilitar o debate.

## **Exercício 4.3: Elaboração de um orçamento para educação inclusiva**

### **Objectivo**

Dar aos participantes experiência prática no cálculo de um orçamento para custos de educação inclusiva.

### **Materiais**

Folheto 4b

### **Tempo**

45 minutos

### **Actividade**

Divida os participantes em grupos mais pequenos. Dê aos participantes o Folheto 4b. Diga-lhes que vão ler um cenário e, em seguida, praticar o cálculo dos custos relacionados com as necessidades educativas inclusivas dos alunos. Dê-lhes tempo para debater e fazer os cálculos nos seus grupos.

Peça aos grupos para apresentarem o seu orçamento ao grupo maior. Discutam as seguintes perguntas:

- Como é que decidiram sobre o orçamento?
- Que mais identificaram que poderia ser feito para tornar esta escola mais inclusiva, e como isso pode ser abordado no orçamento?

*Respostas:*

*33 crianças com deficiência visual x 17/por cada par de óculos: 561*

*22 crianças cegas x 22/ por cada ardósia e caneta de leitura: 330*

*24 alunos com deficiência auditiva x 240/por cada aparelho auditivo: 5760*

*20 professores x 225/por pessoa formação de professores: 4500*

*Os participantes devem responder que o número de professores deveria ser aumentado para pelo menos 28 para diminuir o rácio professor/aluno. Portanto, o cálculo para a formação de professores pode incluir um maior número de professores.*

### **Assuntos para Continuar o Debate**

- Que item(ns) considera ser mais fácil para um governo implementar de forma económica e em grande escala? Porquê?

### **Adaptação para Workshop Online**

Divida os participantes em subgrupos de 4 ou 5 pessoas. Peça-lhes para introduzirem as suas conclusões num Google Slide ou num Padlet.



## **Exercício 4.4: Educação inclusiva: Sistema, conexões e decisores<sup>81</sup>**

### **Objectivo**

Incentivar os participantes a reflectirem sobre os diferentes elementos que constituem um sistema de educação inclusivo; a considerarem ou recordarem as ligações intersectoriais que são vitais para a orçamentação da educação inclusiva; a reflectirem sobre a sua compreensão das pessoas com papéis e poderes de decisão relacionados com o orçamento no seu contexto.

### **Materiais**

Quadro de folhas, quadro branco ou negro, marcadores coloridos ou giz

Folhetos 4c e 4d

### **Tempo**

60 minutos

### **Actividade**

Quase todos os países dispõem de um sistema de educação composto por muitos elementos, como:

- leis, políticas e sistemas judiciais relacionados com os direitos e a prestação do ensino;
- departamentos governamentais, equipas ou indivíduos responsáveis por diferentes elementos da educação (por exemplo, orçamentos e financiamento, currículo, exames, material de ensino e aprendizagem, formação e recrutamento de professores, infra-estruturas);
- pessoal de ensino e apoio;
- gestores de escolas e distritos, administradores, comités;
- estabelecimentos de ensino (por exemplo, escolas, centros de recursos, colégios, universidades);
- alunos, pais, famílias e membros da comunidade;
- elementos relacionados, como infra-estruturas escolares, saúde, transportes, habitação, tecnologia e ajudas à aprendizagem.

Todas as peças do sistema estão ligadas de alguma forma. As acções ou mudanças que acontecem em uma parte do sistema educativo afectam as outras partes do sistema. As tentativas para fazer alterações numa parte do sistema podem falhar se não forem efectuadas alterações correspondentes noutros locais do sistema (por exemplo, as tentativas de melhorar a prática de ensino e a aprendizagem nas escolas podem ser ineficazes se não estiverem disponíveis as ajudas de aprendizagem necessárias). Por conseguinte, para que a educação se torne inclusiva, precisamos que todos os elementos do sistema educativo sejam os mesmos.

Os sistemas educativos e respectivos orçamentos também não podem funcionar isoladamente das outras partes do governo e da engrenagem social. Por exemplo, é necessário estabelecer ligações com os sectores da segurança social, da saúde e da justiça; com sectores que lidam com infra-estruturas; sectores responsáveis pelo desporto, pela cultura, pelas comunicações e pelos meios de comunicação social, e sectores que lidam com a migração e os refugiados.

### **Mudança do sistema educativo**

Em cada país, as estruturas usadas pelo governo para cumprir as suas responsabilidades educacionais variam. Em alguns países, o governo central gere a educação (por vezes rigidamente), com orçamentos, políticas, práticas, normas, etc, sendo decidido, implementado, e monitorado a nível nacional.

Outros países têm estruturas mais descentralizadas, onde a responsabilidade por decisões e normas é delegada às autoridades regionais ou distritais ou ao nível individual da comunidade escolar. Com um sistema de ensino descentralizado, diferentes partes do país podem gerir ou desenvolver a sua oferta de educação de diferentes formas, embora muitas vezes ainda cumpram pelo menos com

algumas regras e normas estabelecidas a nível nacional. Tanto os sistemas de educação centralizados como os descentralizados enfrentam o desafio de garantir que as áreas com maiores problemas ou necessidades de educação recebam parte suficiente do financiamento ou de outro apoio.

Embora o estado seja, em última análise, responsável pela educação dos seus cidadãos e residentes, em muitos países, o governo pode ter dificuldades em cumprir inteiramente as suas obrigações. Em muitos sistemas de ensino, organizações não governamentais e comunitárias e empresas do sector privado, desempenham um papel significativo na colmatação das lacunas na capacidade governamental e/ou no fornecimento de novas opções ou alternativas para a educação, desde que o governo ainda não possa ou esteja disposto a cumprir. Este é frequentemente o caso da educação inclusiva, onde existem muitos programas-piloto a nível mundial, mas ainda relativamente poucos sistemas nacionais de educação que já adoptaram plenamente, legislaram e ampliaram os resultados destes programas.

## **Instruções**

### *Primeira parte*

O formador deve entrar directamente nesta actividade sem dar informação de fundo.

- Primeiro, desenhe um diagrama simples, usando o exemplo no Folheto 4c
- Peça aos participantes que sugiram todos os elementos que compõem um sistema de educação inclusiva. Esta actividade pode ser realizada com o grupo inteiro ou podem dividir-se em grupos pequenos ou pares. As respostas devem ser escritas no diagrama (adicione mais círculos ao diagrama se for necessário).
- Incentive os participantes a agrupar elementos relacionados ou desenhar linhas para mostrar conexões entre diferentes partes do sistema para a educação.
- Adicione algum elemento importante do sistema que eles tenham omitido. Veja exemplos de respostas no Folheto 4c [resposta].
- Em seguida, peça-lhes para fazerem um outro diagrama que mostre todos os outros sectores com os quais o sistema educativo precisa de se ligar, e destacar rubricas orçamentais para a educação inclusiva que possam ser encontradas nos vários sectores. Veja o diagrama exemplo no Folheto 4d.
- Adicione algum elemento importante do sistema que eles tenham omitido. Veja exemplos de respostas no Folheto 4d [resposta].

### *Segunda parte*

- Apresente a informação de fundo aos participantes.
- Peça aos participantes para formarem 2 grupos.
  - Suponha que os participantes vêm de diferentes países, alguns com sistemas de educação centralizados e outros com sistemas de educação descentralizados. Nesse caso, um grupo pensará em sistemas de educação centralizados, e o outro pensará em sistemas de educação descentralizados. Tente fazer com que os participantes experienciem directamente o tipo de sistema relevante nos respectivos grupos.
  - Se todos os participantes forem de um país ou países com sistemas de ensino muito semelhantes, ambos os grupos discutem os decisores no mesmo contexto educativo.
- Cada grupo deve considerar este cenário: "A sua organização quer saber mais sobre o que está a acontecer com o sistema para a educação e o orçamento no país X, entender se, ou onde, a sua organização pode agregar valor e discutir ideias para influenciar as mudanças no orçamento (por exemplo, mudança para a inclusão). Para isso, precisa de falar com os responsáveis pela tomada de decisões."
- Cada grupo deve debater quem pode ser o decisor no sistema de educação centralizado ou descentralizado.

- As respostas podem ser compartilhadas e debatidas como o grupo inteiro.

### **Adaptações locais**

Formas alternativas para facilitar esta actividade incluem:

- Breve apresentação: Se estiver a formar pessoas de um certo país (em vez de pessoas de muitos países diferentes), poderá preparar um diagrama e uma breve apresentação que explique a composição do sistema educativo, os outros sectores relevantes nesse país e os decisores. Isto pode então ser apresentado aos participantes.
- Actividade de investigação *online*: Se tiver participantes de muitos países diferentes, pode complementar a actividade do diagrama, dando-lhes a oportunidade de fazer alguma investigação *online* sobre o sistema de ensino do seu próprio país. Podem então partilhar e comparar com outros.

### **Adaptação de um *Workshop* Online**

Atribua os participantes às salas de reunião separadas e dê a cada grupo o seu próprio conjunto de Google Slides. A formação *online* também adiciona facilmente a actividade de investigação *online* (consulte as sugestões de adaptações locais).

## **Exercício 4.5: Análise prática do orçamento de inclusão de deficiências**

### **Objectivo**

Fazer com que os participantes analisem praticamente um orçamento da educação para inclusão de deficiências.

### **Materiais**

Quadro de folhas (flip chart), quadro branco ou negro, marcadores coloridos ou giz

Cópias do orçamento nacional ou local para a educação, cópias da legislação e/ou políticas pertinentes relativas a crianças com deficiências e educação inclusiva

### **Tempo**

60 minutos

### **Actividade**

#### *1º Passo*

Divida os participantes em grupos que representem diferentes ministérios ou departamentos governamentais (ou seja, saúde, educação, transporte, género, etc.), OSCs e outros participantes.

Em cada grupo, distribua cópias do orçamento da educação, incluindo receitas, previsões de despesas correntes e de capital. Além disso, ofereça cópias da legislação e/ou políticas relevantes relativas a crianças com deficiências e a educação inclusiva.

#### *2º Passo*

Envolver os participantes num exercício de análise de orçamento com inclusão de deficiências, através dos seguintes passos:

- Descreva a situação de meninas e rapazes com deficiências na sua comunidade. Têm acesso à educação inclusiva? As crianças com deficiências estão segregadas em escolas especiais ou frequentam escolas convencionais?

Veja quanto é atribuído no orçamento, ao ensino inclusivo para crianças com deficiências. (Procure componentes de educação inclusiva - infra-estrutura, formação de professores, materiais de aprendizagem, rastreio/referência de saúde, etc.).

Verifique se as alocações orçamentais vão para serviços que segregam as crianças com deficiências.

Verifique se as despesas são feitas conforme planeado. Examine o impacto nas crianças com deficiências.

Verifique se o orçamento atende suficientemente aos requisitos políticos.

Identifique o que falta e que devia ser incluído.

Incentive os participantes a fazer perguntas relevantes, como:

- Receita: Quanto está disponível para a educação inclusiva?
- Adequação: Quanto é orçado para a educação inclusiva? Reflecte a situação real das crianças com deficiências?
- Prioridade: Como é que o orçamento para a educação inclusiva se compara com os recursos gastos noutras áreas, por exemplo, administração, salários e despesas de capital?
- Progresso: A resposta do governo à questão está a melhorar?
- Equidade: Os recursos são alocados de forma justa?
- Eficiência: O dinheiro é gasto, e é gasto correctamente?
- Eficácia: O dinheiro é gasto no que é realmente necessário? Quem está a beneficiar ao máximo dos serviços que são atribuídos a fundos públicos?

### *3º Passo*

No final do exercício, os grupos deverão apresentar os seus resultados e receber *feedback*, sugestões e contribuições.

#### **Intenção e Assuntos para continuar o Debate**

Este exercício tem como objectivo os participantes ganharem experiência em análise de orçamentos da perspectiva da inclusão de deficiências. Questões para debate:

- Que sectores governamentais estão a desagregar dados por género e deficiência? Caso contrário, que medidas devem ser implementadas para os governos recolherem estes dados?
- Que nível da educação tem o nível mais alto de alocação? Por que acha que isso é?

#### **Adaptação**

Se houver participantes de diferentes países, peça-lhes que encontrem informação sobre o seu próprio país e a tragam à formação para fazerem uma comparação.

#### **Adaptação para *Workshop Online***

Atribua aos participantes as salas de reunião separadas e dê a cada grupo o seu próprio conjunto de Google Slides.

# Módulo 5

## Ferramentas para Análise do Orçamento Sensível ao Género e Inclusão da Deficiência

### Sinopse do Módulo

As ferramentas para a orçamentação sensível a questões de género e inclusiva de pessoas com deficiência são uma maneira de aprofundar a compreensão de como o dinheiro é atribuído aos orçamentos governamentais, e em que medida aborda as desigualdades de género e de deficiências. Este módulo visa dar uma introdução às ferramentas comuns para análise de orçamentos.

### Resultados da Aprendizagem

- Compreender os princípios básicos de análise de orçamentos e a perspectiva da capacidade de resposta ao género e a inclusão de pessoas com deficiência
- Compreender os conceitos básicos da desagregação de dados por indicador do género e/ou deficiência
- Saber quando e como se envolver na análise de orçamentos

### Principais Conceitos

Introdução à análise orçamental; ferramentas de análise orçamental; inquéritos sobre despesas públicas; desafios na análise orçamental dados desagregados e indicadores

## Conceitos de Análises de Orçamentos

Um orçamento é normalmente definido como uma quantia de dinheiro que o governo ou a organização atribuiu para gastar no período de um ano fiscal. No entanto, os orçamentos, especialmente os orçamentos públicos, são mais complicados devido a um processo orçamental complexo. Se feita correctamente, uma análise orçamental pode ser uma ferramenta poderosa para garantir a viabilidade continuada da educação e promover sistemas educativos mais inclusivos nos países. Parte da análise do orçamento é o uso da informação para aumentar a sensibilização e a procura pública e aumentar a

eficiência e a inclusão de factores sociais (como o género e deficiência para reduzir o presente acesso desigual à educação nos países.

## Quadro Fiscal

O quadro fiscal é usado para descrever as regras, regulamentos e procedimentos que influenciam a forma como a política orçamental fornece um quadro de curto prazo para as despesas públicas. Em alguns países, um quadro fiscal é designado como política fiscal. Por exemplo, a política fiscal de um governo descreve os gastos desse ano, como os de professores e salários principais.

## Desempenho do Orçamento

Os relatórios de desempenho do orçamento fornecem detalhes sobre como o orçamento foi executado de modo geral, bem como o desempenho específico para diferentes ministérios e agências. Estes relatórios podem ser semestrais (em cada seis meses – sobre o desempenho de meio ano) ou anuais (em cada ano – sobre o desempenho do ano inteiro). Ambos os relatórios proporcionam oportunidades ao sector público e aos cidadãos leigos de se envolverem na análise do orçamento e, eventualmente, advogarem a orçamentação da educação sensível ao género e inclusiva das deficiências. Mais informação sobre a advocacia pode ser encontrada no próximo módulo (**Módulo 6**)

## Análise das tendências

Procurar tendências entre anos passados e os anos orçamentais recentes é fundamental para saber se houve respostas aos esforços de advocacia e/ou aumento do financiamento no sentido de uma orçamentação sensível em termos de género, e inclusiva em termos de incapacidades no sector da educação. Ao examinar as tendências, deverá considerar:

- Custos de pessoal (abrangem funcionários do governo no departamento de educação, administradores escolares, pessoal de ensino e apoio, etc.)
- Custos gerais
- Despesas Recorrentes
- Orçamento total
- Orçamento da educação em % do orçamento total
- Despesas de capital
- Orçamento da Educação Básica Universal (UBE)

A seguir está um exemplo do quadro de afectação orçamental, que se refere às despesas orçamentais entre as diferentes comissões do sector da educação. Este tipo de análise fornece uma vista geral dos custos atribuídos a cada sector de aprendizagem principal no departamento global da educação.

**Tabela 4. Exemplo de modelo de alocação orçamental**

MDA	Pessoal	Despesas gerais	Recorrentes	Capital	Alocação Total
Desenvolvimento da Primeira Infância					
Educação Básica Universal (UBE)					
Ensino Secundário Sénior					

MDA	Pessoal	Despesas gerais	Recorrentes	Capital	Alocação Total
Formação Vocacional e Técnica					
Universidades					
Outras comissões					

Por exemplo, se a sua organização se concentra na advocacia para a UBE, então poderia comparar a quantia de financiamento atribuída à UBE em comparação com o ensino secundário.<sup>2</sup> Depois de comparar os custos entre comissões de educação, pode-se fazer uma análise mais aprofundada a cada nível respectivo para reduzir os custos em mais nuances e especificidades relacionadas com o género e a inclusão de pessoas com deficiência. No orçamento de despesas recorrentes da UBE, que percentagem está a ser gasta em actividades e serviços que incluem o género e a incapacidade?

Tipos de perguntas a fazer no acompanhamento do orçamento:	Tipos de perguntas a fazer ao analisar um orçamento:
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qual foi o montante da alocação orçamental?</li> <li>• Todos os fundos atribuídos foram recebidos?</li> <li>• Que montante dos fundos foram gastos até agora? E como foram estes fundos gastos?</li> <li>• Quem é responsável pela gestão destes fundos?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os recursos atribuídos a vários programas aumentam/diminuem em comparação com os anos anteriores?</li> <li>• Todos os fundos atribuídos foram recebidos?</li> <li>• As alocações reflectem as prioridades políticas e as promessas do governo?</li> <li>• Que percentagem do orçamento total de um determinado sector é atribuída para prestação de serviços?</li> <li>• As obrigações legais do Estado estão a ser mantidas?</li> </ul>

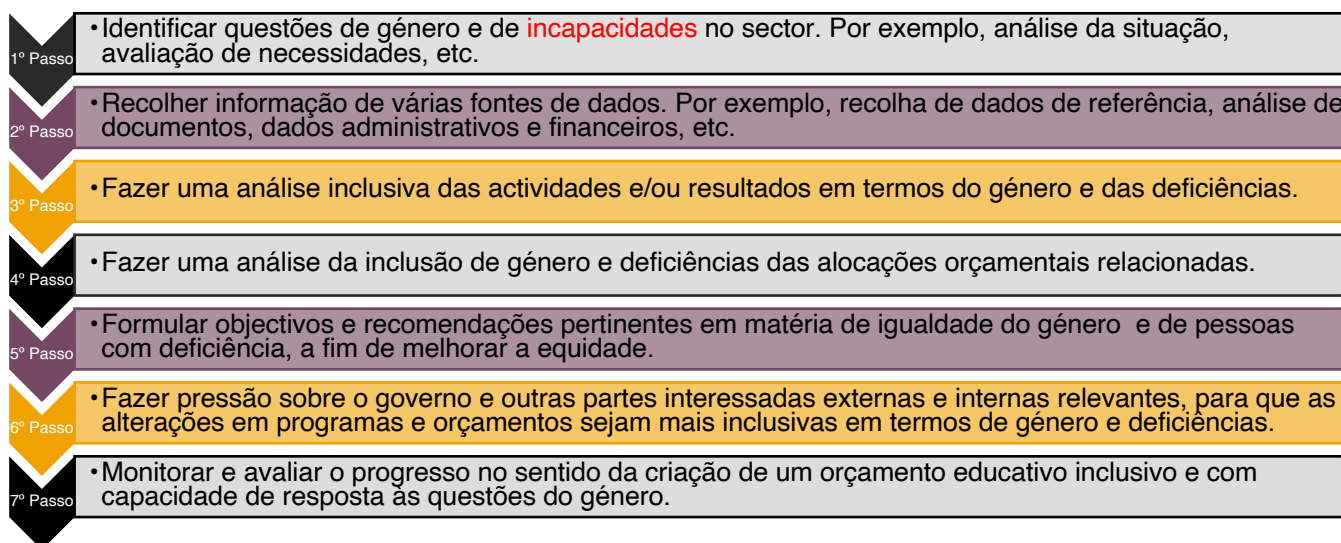
**Figura 28. Questões a considerar no acompanhamento e análise do orçamento**

## Inquéritos de Acompanhamento de Despesas Públicas (PETS)

Os inquéritos de acompanhamento das despesas públicas (PETS) podem ser um instrumento fundamental para avaliar a eficiência das despesas públicas a nível sectorial. PETS rastreiam os fundos que foram alocados a nível nacional através do sistema, para ver quanto desses fundos chegam ao destino pretendido e se houve alguma fuga no percurso. A identificação de problemas em fluxos financeiros a diferentes níveis administrativos pode ajudar a melhorar a transparência e a responsabilização financeiras.

<sup>2</sup> Em alguns países, o ensino básico inclui, pelo menos, algum ensino secundário. A definição da UNESCO é: <http://uis.unesco.org/en/glossary-term/basic-education>





**Figura 29. Passos Principais para um Estudo PETS**

**Camboja:** A ONG Parceria para a Educação Camboja fez a um estudo de acompanhamento das despesas públicas e descobriu que, em média, apenas 65% dos orçamentos atribuídos chegavam às escolas. Nesta base, e em consultas com escolas e funcionários locais, advogaram com sucesso por pagamentos escolares e salários dos professores para que fossem desembolsados através do sistema bancário<sup>82</sup>.

As OSCs podem fazer estudos PETS, mas a cooperação das autoridades governamentais é necessária para aumentar a possibilidade das reformas do governo resultarem das conclusões e recomendações. As OSCs precisam de acesso a documentos relevantes, como contratos, concursos, licenças, termos de referência para atribuições específicas, livros de contas, documentos de projectos, recibos, folhas de salários e outros documentos relacionados com as despesas. Além disso, em alguns casos, devem ser feitas visitas aos locais do projecto.

Os tópicos considerados em PETS podem incluir:

- Características do programa (dimensão, infra-estrutura, número de clientes/utilizadores, etc.)
- Montante do orçamento atribuído, fontes e eficiência no fluxo dos fundos
- Factores (administrativos, institucionais ou políticos) que afectam a qualidade das despesas
- Transparência e eficiência da prestação de serviços
- Insumos (níveis de recursos humanos e materiais)
- Produtos (quantidade e qualidade do material entregue).

Pode encontrar mais informação sobre a execução de PETS em [IBIS \(2014\) Toolbox for Budget Analysis Guide](#).

## Planeamento & Consulta

Os objectivos do inquérito devem estar estreitamente relacionados com os processos de advocacia planeados.

Deve ser realizada uma análise do poder que avalie as partes interessadas e a sua provável posição.

O governo deve ser incluído para a titularidade e recomendações traduzidas em reformas governamentais.

## Avaliação da disponibilidade de dados

Uma avaliação dos dados prontamente disponíveis levará à escolha final dos fluxos de rastreamento.

Desenho do questionário.

O questionário deve ser adaptado ao contexto do município.

Devem ser fornecidas traduções nas línguas faladas comuns, bem como opções de acessibilidade.

Treinamento de parceiros (recolha de dados) em fase piloto.

O questionário pode ser testado simultaneamente na fase piloto.

Kobo Collect, Google Forms ou outras plataformas de recolha de dados online e gratuitas podem ser usadas. Implementação de inquéritos PETS.

Idealmente, o inquérito deve ser realizado dois a três meses depois do fim do ano fiscal.

## Análise de dados, escrita e planeamento de advocacia

A limpeza e análise dos dados devem ser feitas logo após o fim da recolha de dados.

Os *workshops* de verificação para a Sociedade Civil e o governo são importantes para dar *feedback* sobre as conclusões e é uma forma de impulsionar a titularidade das partes interessadas.

A informação recolhida deve ser analisada e utilizada para o planeamento/preparação de um Plano de Acção de Advocacia.

Figura 30. Como realizar um estudo PETS<sup>83</sup>

## Desafios na Análise de Orçamentos

---

Ao realizar qualquer análise de orçamento, os seguintes desafios podem necessitar de maneira mais criativa de pensar para se adaptarem ou estimar as peças de quebra-cabeças que faltam. Embora seja melhor encontrar números reais, as estimativas podem ser úteis e dar uma ideia da situação actual. Por exemplo, se tentasse estimar a proporção de crianças com deficiência em um determinado distrito, poderia olhar para o percentual de deficiências relatado na Pesquisa Demográfica de Saúde (DHS) mais recente e extrapolar uma estimativa baseada na divisão etária, densidade populacional, (considerando quaisquer outros factores relevantes). Esta estimativa poderia então ser usada para dar uma ideia (embora não 100% perfeita) da proporção de crianças que vivem com uma deficiência e usá-la para determinar a percentagem do orçamento para a educação nesse distrito que deveria focar a inclusividade da deficiência.

Agora, uma palavra de cautela aqui! Por um lado, se olharmos para a conformidade global com a CDPD, **100%** do orçamento para a educação deverá ser compatível com a convenção. Por outro lado, se olharmos para a quantidade precisa de financiamento específico para deficiências que é necessária, essa dependerá de muitos factores específicos ao contexto (custos de tecnologia de assistência, metodologias de formação de professores, questões de infra-estruturas, normas sociais predominantes, responsabilidades de outros ministérios, etc.) e não será um múltiplo directo do número de crianças com deficiências em um determinado distrito. Por conseguinte, recomenda-se vivamente que se proceda a uma abordagem mais qualitativa, isto é, que se refira qualitativamente às lacunas existentes nas políticas e nos impactos das pessoas com deficiência no terreno, e que se proceda à discussão das necessidades orçamentais daí decorrentes.

Escola Inclusiva, Tanzânia. CRÉDITOS: Paulina Teveli/ActionAid



## Para Além dos Valores Monetários

Outro desafio na análise do orçamento para a educação é olhar para além dos valores monetários. Sim, as quantias monetárias atribuídas e as despesas dentro das categorias, representam o orçamento actual do governo para a educação, mas a análise também deve ir um passo mais além e descrever o que os valores monetários realmente significam em termos reais.

Exemplo: Se um governo está apenas a gastar 2% das suas receitas na educação, o que é que isso significa em termos de inclusão do género e da deficiência? Qual é a proporção de crianças com deficiência na escola vs fora da escola? Existe alguma lacuna entre as crianças com deficiências que frequentam as escolas? Se sim, o exame dos valores do orçamento pode dar uma ideia da alocação favorável a deficiências e acessibilidade do orçamento da educação.

Com estes dados, pode então relacionar o custo necessário para que todas as escolas construam ou renovem salas de aula acessíveis e instalações sanitárias. Se existem 100 escolas financiadas e apenas 10% das escolas têm salas de aula e instalações sanitárias acessíveis, qual é o custo da construção de 90 salas de aula e instalações sanitárias mais acessíveis, e que percentagem de financiamento adicional é necessária?

Investigações futuras podem usar fontes de dados diferentes sobre crianças e adultos com deficiência para determinar a necessidade de salas de aula acessíveis e instalações sanitárias em resposta às tendências da população.

Pensar de forma crítica sobre o impacto no terreno irá ajudar a transformar os números em referências facilmente demonstradas. Isto também subdivide grandes somas de dinheiro em pontos de referência de advocacia mais compreensíveis que os cidadãos, as partes interessadas e os funcionários do governo (fora de finanças e estatísticas) serão capazes de compreender.



## Análise de Orçamento Sensível ao, e Inclusivo do Género

---

A análise sensível ao género é um primeiro passo importante para identificar as disparidades de género existentes nas despesas actuais e planeadas nos orçamentos da educação. Este processo fornece informação e dados essenciais para informar melhores estratégias e desenvolver programas que respondam às necessidades diferenciadas de homens e mulheres e, assim, ajudar a reduzir a desigualdade do género.

O objectivo de uma análise orçamental sensível ao género é avaliar a situação de mulheres e homens, e compreender as suas necessidades e prioridades diferentes no contexto de um sector. Também ajuda a entender como podemos abordar as desigualdades existentes entre homens e mulheres através de várias intervenções programáticas para reduzir as desigualdades na educação.

**"Mesmo nos casos em que os fundos são atribuídos à educação inclusiva, melhor supervisão, controlo e responsabilização são essenciais para garantir que as alocações orçamentais são devidamente direccionadas, chegam na totalidade e a tempo, e que são gastas de forma eficaz e transparente.** - ActionAid, Education International e Light for the World (2020)

O orçamento sensível ao género pode ser melhor feito através de uma abordagem de 5 passos, que também é uma análise situacional.

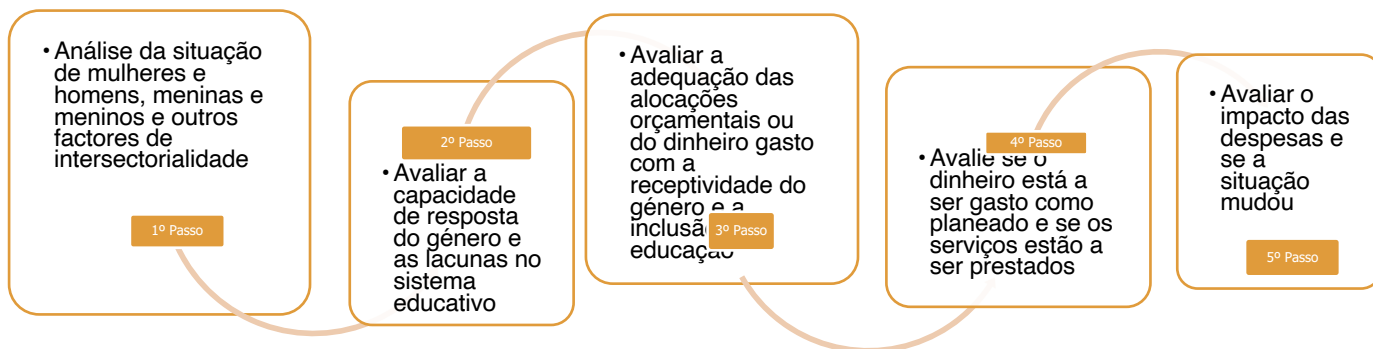
**1º Passo:** Analisar a situação de mulheres e homens, meninas e meninos no país. Não se esqueça de analisar outras diferenças entre distritos/estados e/ou os outros factores de intersectorialidade que complicam as desigualdades de género.

**2º Passo:** Avaliar a responsividade em termos do género e as lacunas existentes no sistema educativo actualmente em execução na área, seja pelo governo, organizações sem fins lucrativos ou o sector privado. A inclusão de todos os sectores em análise pode destacar a necessidade e identificar lacunas na programação governamental que possam ser resolvidas por outras organizações. Por exemplo, os pais registam crianças surdas a escola privada especializada no ensino adaptativo, devido à falta de disponibilidade de professores treinados em língua gestual nas escolas públicas.

**3º Passo:** Se a informação estiver disponível, avalie a adequação das alocações orçamentais ou do dinheiro gasto para implementar os programas em curso, tal como no Passo 2.

**4º Passo.** Avalie se o dinheiro está a ser gasto como planeado, quais os serviços que estão a ser prestados e a quem. O género e/ou outros factores de identidade interseccionais facilitam o acesso desigual?

**5º Passo.** Avaliar o impacto da intervenção/programa existente e a medida em que a situação no passo 1 mudou ao longo de cada ano. O orçamento do governo foi adaptado e/ou alterado?



**Figura 31. Abordagem GRB de 5-Passos**

## Dados e Indicadores Desagregados por Género para a Orçamentação

Os indicadores de género referem-se a indicadores quantitativos fundamentados em dados estatísticos desagregados por género – que fornecem medidas separadas para homens e mulheres.

A disponibilidade de dados e estatísticas desagregados por género adequados e fiáveis é vital para a análise dos orçamentos da educação. É impossível ter um entendimento claro do orçamento governamental para a educação, que atende às questões de género, se os dados desagregados por género não estiverem disponíveis. A maioria dos governos já recolhe informação estatística desagregada em função do género.

Os dados e a evidência gerados em resultado das avaliações de género podem ser utilizados para identificar lacunas, definir prioridades e orçamentos e desenvolver estratégias informadas que respondam melhor às necessidades de todos os homens e mulheres. Durante a fase de implementação do projecto, são utilizados dados desagregados por género para monitorar o progresso de objectivos e metas. Esta informação é de importância significativa e ajuda a elaborar actividades e orçamentos de programas mais eficazes para o período financeiro futuro. Os dados desagregados por género são necessários porque:

- Permitem a análise de género;
- Ajudam a estabelecer prioridades;
- Fornecem informação sobre onde os programas e intervenções sensíveis ao género devem ser direccionados; e
- Permitem a priorização da alocação de recursos.

**Dados desagregados por género...**Um método útil de monitoria, os dados desagregados por género são a recolha de informação de um grupo exemplo que inclui respostas tanto do sexo masculino como do feminino em determinados pontos de dados (por exemplo, experiências, estatuto socioeconómico, matrículas no ensino, etc.), para estabelecer um quadro exacto do género e do papel que desempenha no contexto local.

**Dados desagregados por deficiência...**Um passo adicional será subdividir homens e mulheres por deficiência - os que têm deficiências e os que as não têm. A inclusão das Questões do Grupo Washington sobre instrumentos de dados existentes permite a desagregação por deficiência. É importante triangular esses dados com outras fontes de dados que captam informação que as Perguntas do Grupo de Washington omitem. Ao adicionar esta camada extra a dados desagregados proporciona um conhecimento contextual mais robusto da intersecção entre deficiências e género.

**Ambos...** Os dados desagregados podem ser tanto para dados qualitativos como quantitativos. Também pode incluir muitos outros factores relevantes (por exemplo, urbanos/rurais, faixa etária, etc.), dependendo do contexto local e de outros factores de intersecção que são úteis para fornecer a imagem do contexto local/nacional.

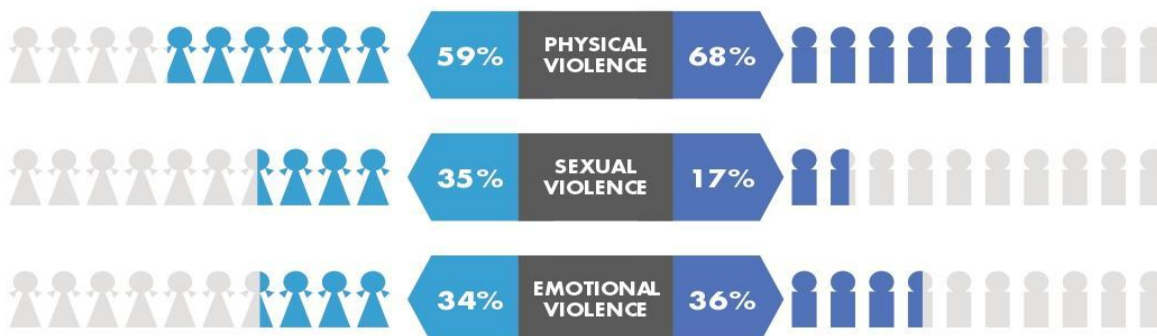


## UGANDA

### VIOLENCE AGAINST CHILDREN

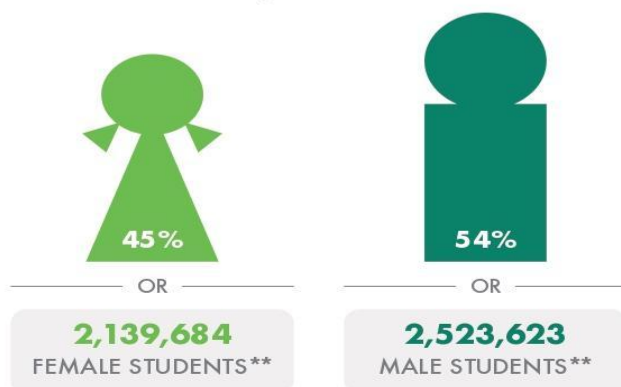
In Uganda, both girls and boys experience unacceptably high rates of physical, sexual, and emotional violence. Violence can occur in the home, community, and at school.

% of **females** and **males** who experience physical, sexual, or emotional violence prior to age 18



### SCHOOL-RELATED PHYSICAL AND/OR SEXUAL VIOLENCE IMPACTS MANY STUDENTS IN UGANDA

% of students who experienced one or more forms of physical and sexual violence\* perpetrated by teachers and/or classmates



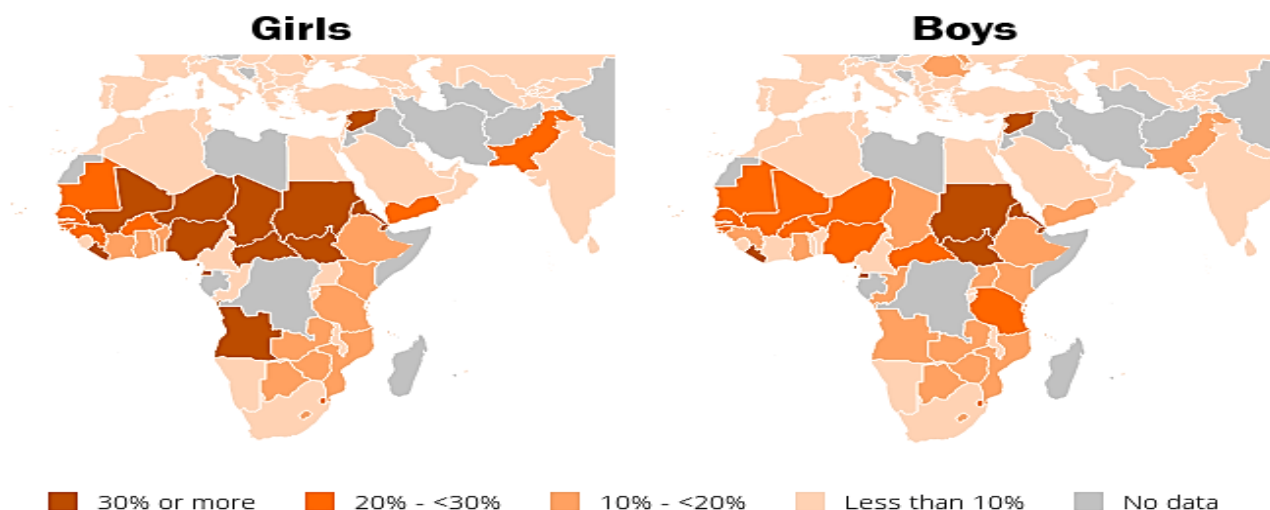
While school environments can enable violence, they also have a critical role to play in violence prevention and response. Schools can serve as protective spaces for children, acting as an important arena for broader social change to end violence both in and out of the schoolyard.

\*Sexual violence is defined by four types of acts: unwanted sexual touching, attempted physically forced or attempted coerced sex, completed physically forced sex, and completed coerced sex.

\*\*Estimate based on World Bank Health Nutrition and Population Statistics Database, 2015 Population Data.

All data among respondents in Uganda (13-24 year-olds) from the 2016 Government of Uganda Violence Against Children and Youth Survey (VACS), led by the U.S. Centers for Disease Control and Prevention (CDC) as part of the Together for Girls partnership.

Figura 32. Exemplo de dados desagregados por gênero (Uganda) Fonte: USAID, 2020

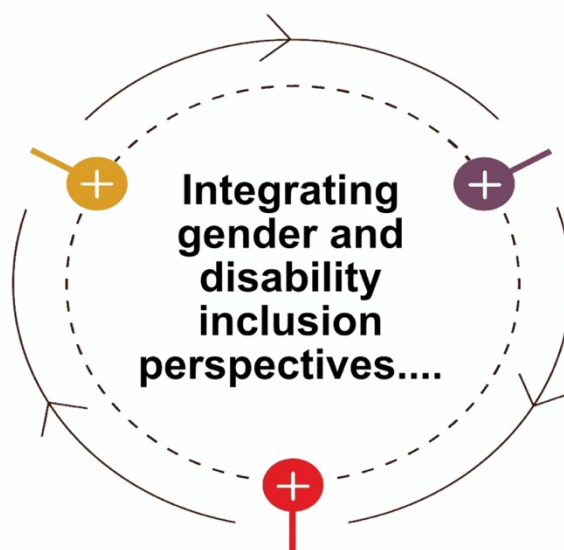


**Figura 33. Exemplo de dados desagregados por género de meninas em idade escolar, fora da escola, em comparação com os rapazes (2018)** Fonte: Instituto de Estatística da UNESCO. 2019

**A análise de deficiências** é o processo de recolha e análise de dados desagregados por incapacidade sobre o impacto do orçamento, das políticas, dos serviços e programas nas pessoas com deficiência, a fim de identificar lacunas na equidade, suscitar preocupações sobre a prestação desigual de serviços e resolver preocupações. É possível incluir as deficiências nos instrumentos de análise existentes (ou seja, análise do impacto sobre o género). Os quadros gerais não precisam mudar, mas serão ligeiramente modificados para incluir questões e considerações relacionadas a pessoas com deficiências.

## Análise Orçamental com Inclusão de Deficiência

A análise do orçamento inclusivo de deficiências para a educação, exige a análise da dimensão global do orçamento nacional, da parte atribuída à educação, da divisão do orçamento para a educação em vários subsectores, bem como da eficiência da alocação e da **sensibilidade do orçamento às necessidades de meninas, crianças com deficiência e outras crianças vulneráveis**. A análise do orçamento para a inclusão de pessoas com deficiência não é diferente de uma análise com uma boa responsividade em termos de género. Na verdade, poderá usar as mesmas ferramentas, adicionando perguntas e considerações sobre inclusão de deficiências em cada etapa.



**Figura 34. Integração de perspectivas de género e deficiência na análise orçamental**

Elementos de uma análise orçamental para a inclusão de pessoas com deficiência (observe que analisar só alguns destes já é útil, quando a análise não inclui todos os elementos abaixo!):

1. Veja que percentagem do orçamento nacional e do PIB está a ser gasto na educação? Que percentagem deste orçamento está a ser gasto em crianças com deficiência/rubricas orçamentais inclusivas?
2. Avaliar se o orçamento foi formulado em conformidade com as disposições dos principais planos e políticas do sector nacional, incluindo estratégias para a educação inclusiva e outros compromissos a nível nacional e internacional relativos às crianças com deficiências e à educação inclusiva. Onde existirem, as políticas e/ou estratégias de educação inclusiva foram custeadas e financiadas? As linhas e as alocações de custos estão de acordo com o que é conhecido sobre as necessidades actuais e são suficientes para abordar prioridades essenciais? Importante aqui é a CDPD e a necessidade de verificar as despesas relacionadas com deficiências mas não conformes com a CDPD.
3. Analisar as alocações e despesas para diferentes subsectores (desenvolvimento pré-escolar, ensino pré-primário, primário e secundário, ensino secundário de nível avançado, TVET e terciário), com especial ênfase em iniciativas destinadas a apoiar a oferta de educação inclusiva em conformidade com as políticas acima mencionadas.
4. Quando relevante e/ou disponível, analisar todas as alocações orçamentais para a educação inclusiva de outros ministérios relevantes (por exemplo, Saúde, Género, Transportes, Social, Finanças, e outros ministérios e departamentos relevantes).
5. Determinar as tendências em termos de alocação e despesas relacionadas com a educação inclusiva entre os custos de capital e recorrentes nos diferentes subsectores (comparando a alocação total, o desembolso total, o gasto total).
6. Identificar e comparar os montantes atribuídos ao apoio da oferta de educação inclusiva durante o período dos 3 anos anteriores e compará-lo com os dados EMIS disponíveis (meninas, crianças com deficiências, outras crianças marginalizadas dentro e fora da escola) a fim de destacar lacunas na provisão, em termos de factores p.ex., geográficos e demográficos.
7. Avaliar a eficiência da atribuição e a utilização de recursos em todo o sector da educação em relação às despesas planeadas.
8. Sempre que possível, determinar como o processo de elaboração e implementação do orçamento é participativo e inclui as deficiências em vários níveis e fases.
9. Fazer recomendações para promover:
  - Maior eficiência na atribuição de recursos ao sector da educação.
  - Maior equidade em termos de sensibilidade das alocações orçamentais e das despesas na educação a factores como o género, deficiências e outras formas de vulnerabilidade e marginalização.
10. Maior participação, consulta e transparência na elaboração e despesas do orçamento da educação a todos os níveis.

## Origem dos Dados

---

Garantir que os orçamentos são alocados e gastos de acordo com as necessidades depende de dados precisos e confiáveis. Acesso a dados actualizados e precisos é crucial para analisar um orçamento e advogar por financiamento adequado para a educação inclusiva de pessoas com deficiência.

Um grande problema quando se trata de recolher dados adequados sobre as deficiências é a sub-notificação da deficiência. Quando a deficiência não é reportada, afecta a alocação de recursos para a educação inclusiva. Assim, mesmo que um governo tenha políticas progressistas inclusivas em termos de deficiências e alocações orçamentais, muitas crianças com deficiências podem cair no esquecimento, se uma deficiência for sub-reportada.

Nem sempre é fácil encontrar dados precisos, relevantes e desagregados, especialmente quando se trata de deficiência. A criação de sistemas que permitam melhor recolha e disponibilidade de dados é um passo importante que o governo deve dar.

Que tipo de dados pode ser usado para analisar a inclusão de deficiências em um orçamento?

- Dados sobre as inscrições, taxas de abandono escolar - desagregados por tipos de deficiência, sexo.
- Dados sobre a acessibilidade escolar – Obstáculos ambientais relacionados com a forma como as crianças com deficiências entram e circulam pela escola, como utilizam água, saneamento e instalações recreativas, e medidas de evacuação, entre outros factores. Visitas escolares podem revelar esta informação, bem como caminhadas, pesquisas e interacções com o pessoal da escola, pais e crianças com deficiências.
- Sistemas de Informação sobre Gestão da Educação EMIS, bem como inquéritos nacionais.

### Recurso Útil

A **Iniciativa para a Educação Inclusiva (IIE)** é um fundo fiduciário de multi-doadores supervisionado pelo Banco Mundial. Criada em 2019 com o apoio da Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (NORAD) e do Departamento de Desenvolvimento Internacional (DFID) do governo do Reino Unido, a iniciativa investe em conhecimentos técnicos catalíticos e recursos de conhecimentos que apoiam os países na inclusão progressiva da educação de crianças em todo o espectro de deficiências. Para saber mais, por favor visite [Inclusive Education Initiative](#).

## Análises que os Governos Deveriam Fazer

Existem muitos tipos diferentes de análises que o governo poderia fazer para determinar se a sua atribuição de recursos financeiros é inclusiva em termos de deficiências, nos orçamentos da educação, a todos os níveis do governo. Os governos devem ser encorajados a:

- Fazer avaliações abrangentes sobre o impacto de todos os orçamentos propostos para as pessoas com deficiência, olhando especificamente para os custos que estas pessoas encontram no acesso igual e na participação no sistema educativo.
- Tornar em prioridade orçamental a educação inclusiva significativa e garantir o financiamento para<sup>3</sup>:
  - recrutamento e formação de professores qualificados, incluindo professores com deficiência, que possam proporcionar uma aprendizagem inclusiva e de qualidade a todos os alunos;
  - acessibilidade a instalações de ensino, material didáctico, actividades curriculares e extracurriculares;
  - dispositivos auxiliares e tecnologia; e
  - serviços de apoio a todos os níveis, incluindo o envolvimento de pais e da comunidade, para ajudar todas as escolas a providenciar a aprendizagem de qualidade e inclusiva para todos.<sup>84</sup>
- Acabar com as alocações de serviços segregados, inconsistentes com as obrigações de direitos humanos e com a CDPD.
- Recolher dados de forma consistente, desagregados na medida do possível por tipo de deficiência, sobre as alocações orçamentais para pessoas com deficiência e educação inclusiva, e fornecer esses dados ao público atempadamente. Actualmente, em muitos países, os dados estão incompletos. Por isso, outra estratégia seria pedir ao governo que forneça evidência para mostrar como os diferentes grupos de pessoas com deficiência (incluindo grupos sub-representados) estão a beneficiar dos recursos atribuídos – uma pergunta desse tipo daria mais flexibilidade para trabalhar com todas as fontes de evidência e metodologias disponíveis e adequadas em diferentes contextos.
- Garantir que os censos, inquéritos e dados administrativos são desagregados para facilitar o custeamento e o acompanhamento eficazes.
- Envolver significativamente as OSCs, as pessoas com deficiência e as OPDs no processo orçamental.



<sup>3</sup> Esta lista não está completa e depende do contexto

## Figura 35. Porquê a orçamentação para o género e deficiências?

### Visualização de Dados

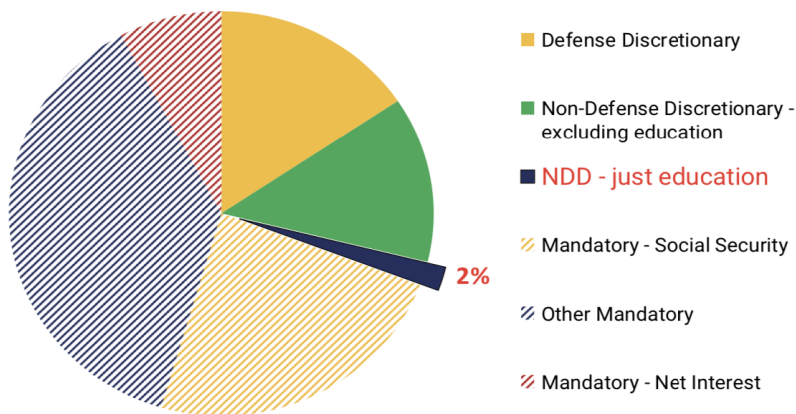
---

Depois de ter os dados e feito a análise, é hora de transformar os números em imagem convincente que representa visualmente a história fundamentada nos dados. A visualização de dados pode fornecer informação convincente, ser fácil de ler e transmitir de maneira simples, a natureza do problema e o que deve ser melhorado, ou o que está a funcionar bem em termos de orçamento sensível ao género e inclusivo em termos de deficiências.

Veja esta imagem do livro do orçamento de 2021 da Comissão para o Financiamento da Educação (CEF) (Figura 23). A imagem demonstra que apenas 2% do orçamento do Presidente é destinado à educação. Não há números nas categorias verde (não-defesa) e amarela (defesa), então o leitor terá de confiar na representação visual de que a categoria azul (educação) é aproximadamente 8 vezes menor. Embora isso pareça uma tarefa simples para as pessoas lerem e reconhecerem, talvez seja melhor reorganizar essa informação para incluir mais informação.

Lembre-se de que a visualização de dados pode ir além dos gráficos e tabelas tradicionais e incluir imagens e/ou símbolos, incluindo cores, para representar os resultados dos dados. Por exemplo, a Figura 31 utiliza símbolos de crianças para transmitir o número de crianças elegíveis para o programa Head Start. Este tipo de visualização de dados poderia ser facilmente adaptado e utilizado para representar resultados da análise de dados orçamentais para a educação de inclusiva do género e deficiências.

**Torne as visualizações de dados acessíveis.** Ao preparar as visualizações dos seus dados, considere sempre a acessibilidade. As visualizações de dados acessíveis significam que os leitores com deficiências não irão perder informação importante e será mais fácil para todos com e sem deficiências, compreenderem a visualização. Apresente texto claro, adicione texto alternativo (designado por texto Alt), adicione títulos e descrições de texto e use fontes, tamanhos de fonte e contrastes de cor apropriados, como algumas maneiras de garantir que todos podem acessar e entender a informação que lhes apresenta. Mais informação sobre acessibilidade digital pode ser encontrada em [CBM's Digital Accessibility Toolkit](#).

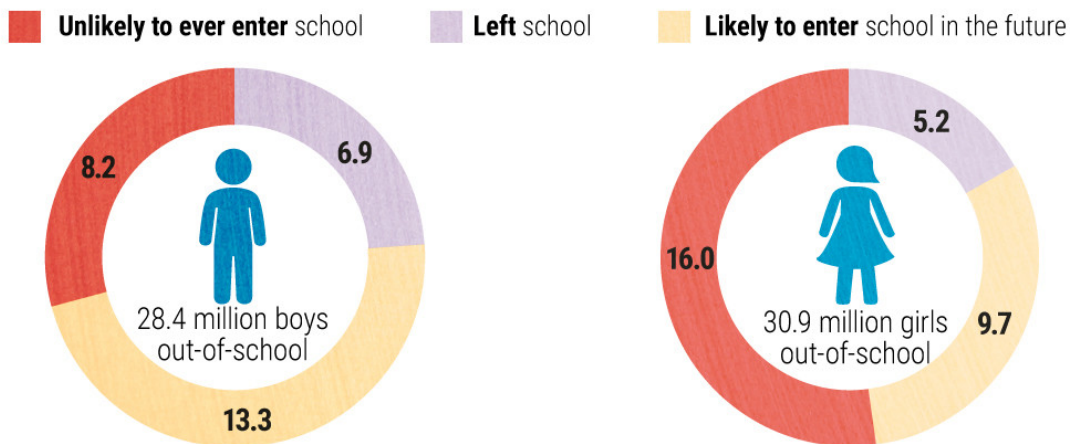


**Figura 36. CEF 2021 Orçamento do Presidente dos EUA para a educação**

Fonte: CEF com base no Ano Fiscal de 2021 Orçamento OMB

## TWICE AS MANY GIRLS AS BOYS WILL NEVER START SCHOOL

Out-of-school children of primary school age



Source: UNESCO eAtlas of Gender Inequality in Education - <http://on.unesco.org/gender-map>



**Figura 37. Exemplo da visualização de dados**

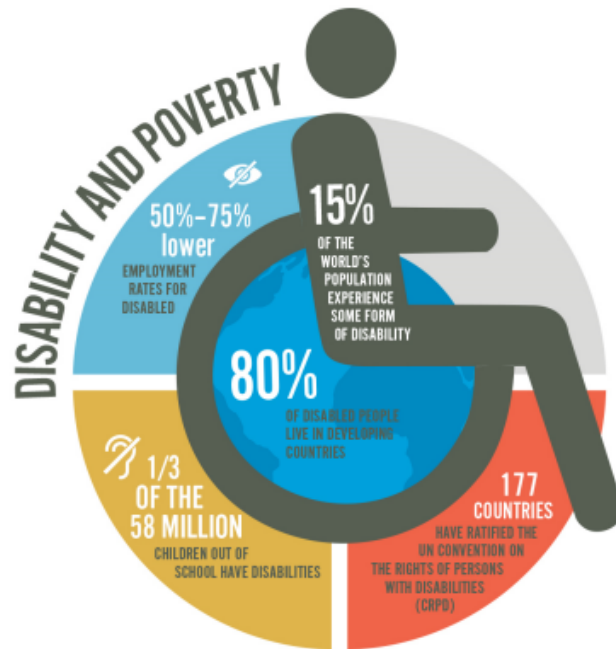


Figura 38. Exemplo da visualização de dados<sup>85</sup>

Fonte: Grupo do Banco Mundial.



## Questões de Reflexão para o Módulo 5

Explique, por palavras suas, o que é a análise orçamental para a educação inclusiva em termos do género e de deficiências?

---

---

---

---

---

Como podem os orçamentos ser compatíveis com a CDPD?

---

---

---

---

---

Que aspecto deveria ter uma boa análise orçamental para a educação inclusiva em termos de género e de deficiências? Porquê?

---

---

---

---

---

Por que motivo é importante desagregar os indicadores na análise de orçamentos para a educação?

---

---

---

---

---

De que tipo de análise acha que o seu país necessita actualmente? O que deve ser feito para garantir um enfoque equilibrado na inclusão do género e de deficiências? Porquê?

---

---

---

---

---

# Exercícios de Análise Orçamental Sensível ao Género e a Deficiências

---

## Exercício 5.1: Encontrar parceiros e, principalmente, encontrar parceiros que podem ajudar os participantes a encontrar e analisar dados

### Objectivo

Os participantes pesquisarem na Internet para encontrar organizações que fazem análises de orçamentos de governos ou organizações que poderiam ajudá-los e/ou à sua organização, a realizar análises de orçamentos do governo.

### Materiais

Quadro de folhas

Dispositivo de Internet

### Tempo

30 minutos

### Actividade

Procure organizações que trabalham com orçamentos de cidadãos na sua região/país.

Já ouviu falar destas organizações antes desta formação?

Encontra aqui um bom ponto de partida [International Budget Partnership](#).

### Intenção e Assuntos para continuar o Debate

O objectivo deste exercício é os participantes aprenderem que a análise orçamental não tem de ser feita só por eles, mas que podem procurar parcerias com outras organizações. O ponto deste exercício é ensinar aos participantes que, se eles não tiverem as aptidões de análise adequadas, a solução seria entrar em parceria com uma organização relevante. Questões para debate:

- Porque é que os orçamentos dos cidadãos (públicos) são importantes?
- Como poderiam os orçamentos dos cidadãos ser reforçados no seu país?

### Adaptação de *Workshop Online*

Peça aos participantes que respondam primeiro a estas perguntas em silêncio e depois que escrevam as suas respostas no papel.

Depois de 2 minutos, transfira os participantes para as salas de reuniões, por país. Primeiro em pares, e depois de 12 minutos em grupos de quatro.

Peça-lhes para partilharem a conclusão mais importante ou num slide do Google ou em resposta às solicitações de chat para obterem o resultado.

## Exercício 5.2: Como Analisar o S de Sensibilidade

### Objectivo

Os participantes identificarem os grupos mais marginalizados em termos de acesso à educação de qualidade, e as políticas e programas em vigor para apoiar esses grupos.

### Materiais

Quadro de folhas

### Tempo

60 minutos

### Actividade

1º Passo: Explorar as principais questões de equidade. Reveja as perguntas abaixo e responda a tantas quanto puder.

*NOTA: Esta actividade pode ser adaptada para utilizar dados de fundo de [Mozambique](#) [pág. 18, Tabela 1]. Ou então, se estiverem disponíveis dados dos próprios países dos participantes, poderão utilizá-los. Este exercício também pode ser um debate geral, não enquadrado em torno de dados de referência.*

Que grupos são sistematicamente marginalizados em termos de acesso à educação de qualidade? Por exemplo:

- As crianças com deficiência têm igual acesso à educação de qualidade?
- E os grupos étnicos específicos?
- Existem disparidades de género nos vários níveis da educação?
- Existem grandes diferenças no acesso à educação de qualidade em diferentes áreas geográficas?
- E entre as zonas urbanas e rurais?
- As pessoas em certas regiões geográficas são particularmente desfavorecidas?

O governo tem políticas, planos e programas (além de programas universais como a Educação Primária Universal) implementados para abordar e aliviar os efeitos da discriminação histórica e/ou sistémica experienciada por estes grupos?

- Que grupos identifica o governo para medidas de equidade?
- Pode encontrar alocações de orçamento específicas para esses grupos?
- Apesar de se destinar a abordar desafios de equidade, porventura alguma destas medidas resulta em mais discriminação, desigualdade e injustiça social? Porquê? Como pode isso ser evitado?

2º Passo: Formule um plano de pesquisa. Com base em perguntas a que não pôde responder, identifique as lacunas no seu conhecimento.

- De que informação adicional precisa para decidir o enfoque do seu programa de advocacia?
- Existe informação suficiente nos documentos do seu orçamento? Caso contrário, onde mais pode obter essa informação?
- Quem pode ajudá-lo?
- Há especialistas em financiamento que o/a podem ajudar?

Elaborar um plano que identifique a informação adicional necessária, quem se ocupará da pesquisa e quando.

3º Passo: Identifique com quem se ligar. Com base nas suas respostas às perguntas abaixo, existem alguns grupos específicos com que acha deveria trabalhar no seu programa de advocacia?

### **Intenção e Assuntos para continuar o Debate**

Este exercício tem por objectivo os participantes aprenderem a identificar os grupos mais marginalizados em termos de acesso a uma educação de qualidade, sensível ao género e inclusiva, bem como as políticas e programas em vigor para apoiar estes grupos. Questões para debate:

- Debatam organizações que servem povos marginalizados na sua comunidade.
- Qual é o maior desafio de equidade na sua comunidade?

### **Adaptação para *Workshop Online***

Divida os participantes em sub-grupos (de 4 a 5 pessoas) e permita-lhes cerca de 15 minutos para trabalhar em cada etapa (há três, portanto este exercício pode levar cerca de uma hora). O objectivo não é obter respostas completas, mas desmistificar os conceitos e deixar que os participantes abordem as questões à sua própria maneira. Peça-lhes para apresentarem as suas conclusões num Google Slide ou num Padlet.

## Exercício 5.3: Análise orçamental – Como comparar os gastos em diferentes sectores<sup>86</sup>

### Objectivo

Os participantes praticarem a análise de gastos em diferentes sectores num orçamento exemplo, e poderem realizar uma análise semelhante utilizando o orçamento do seu próprio país.

### Materiais

Folheto 5a

### Tempo

15 minutos

### Actividade

Diga aos participantes que lhes será solicitado analisar um orçamento de prática simples, calcular a parcela do orçamento alocada aos vários sectores e pensar em como isso se pode relacionar com as perguntas de advocacia. Os números no orçamento de prática são deliberadamente estruturados para que se possam extrair alguns pontos fundamentais de advocacia. Diga aos participantes para examinarem todo o orçamento e pensarem sobre como os fundos são distribuídos. Note que os números do orçamento de prática são altamente simplificados. Isto dará aos participantes alguma prática inicial antes de passarem à análise dos seus próprios orçamentos, o que provavelmente será uma tarefa muito mais complexa.

1º Passo: Distribua o Folheto 5a e peça aos participantes que revisem o orçamento exemplo e respondam às seguintes perguntas:

- Quais são as áreas prioritárias (com base na percentagem do orçamento total)?
- O que pensa sobre a alocação orçamental para a educação em comparação com outras áreas?
- Há alguma área onde possa ser possível reduzir para libertar mais dinheiro para a educação?
- Que perguntas surgem dos números abaixo?
- É necessária mais informação em outras áreas?
- Que questões de advocacia importantes estão a surgir em relação à sua análise?

2º Passo: Se os participantes conseguirem encontrar valores por cada sector para o orçamento do seu país, mas não a percentagem de cada sector, então diga-lhes para a tentarem calcular por si próprios. Para calcular a percentagem, precisam de dividir o montante orçamentário aprovado por sector/ministério, pelo total das despesas e multiplicá-lo por 100. Uma vez calculada a parte percentual para a educação e outros sectores, poderá responder às perguntas acima, para o seu próprio orçamento.

Peça aos participantes para trabalharem em grupos e:

- Reveja o orçamento exemplo e responda às perguntas.
- Identificar os principais pontos de advocacia.
- Dar *feedback* na plenária sobre os pontos mais importantes e a razão porque concorda com eles.
- Se conseguir encontrar números semelhantes para o país com que está a trabalhar, pode utilizá-los em vez do orçamento exemplo.
- Poderá querer omitir os valores para a quota percentual para cada sector e, em vez disso, ajudar os participantes a calculá-los eles próprios.

*NOTA: Para ajudar a orientar os debates, o facilitador deve rever o orçamento antecipadamente para se familiarizar com ele e identificar questões fundamentais que possam surgir nos debates.*

### **Intenção e Assuntos para continuar o Debate**

Este exercício tem como objectivo os participantes ganharem experiência em análise de orçamentos do governo. Questões para debate:

- Qual é a parte mais difícil na análise de um orçamento?
- Com que organizações poderia fazer parcerias para analisar um orçamento de forma colaborativa?

### **Adaptação para Workshop Online**

Divida os participantes em sub-grupos (de 4 ou 5 pessoas) e permita-lhes cerca de 15 minutos para trabalhar na actividade. O objectivo não é obter respostas completas, mas desmistificar os conceitos e deixar que os participantes abordem as questões à sua própria maneira. Peça-lhes para introduzirem as suas conclusões num Google Slide ou num Padlet.

# Módulo 6

## Advocacia

### Sinopse do Módulo

A advocacia é uma acção tomada para influenciar e promover mudanças. É importante saber quem deseja influenciar e conhecer os factos sobre a sua causa. Unir forças com organizações semelhantes pode ajudar imenso. Finalmente: A advocacia feita de forma planeada com um sistema de monitoria adequado pode ajudá-lo a ajustar, adaptar e realizar os seus objectivos.

### Resultados da Aprendizagem

- Compreender os princípios básicos do trabalho de advocacia
- Compreender os conceitos básicos de advocacia e lidar com oposições
- Saber quando e como usar ferramentas de advocacia

### Principais Conceitos

Advocacia; contextualização estratégias de advocacia; plano de advocacia

## O Que é Advocacia?

Advocacia é um termo usado para abranger um número de actividades que organizações ou indivíduos podem executar e exercer pressão para mudanças em políticas ou comportamento específico de um governo, instituição ou organização. A advocacia pode ser um processo de mudança social que influencia atitudes, relações sociais e relações de poder, reforça a sociedade civil e abre espaços democráticos.

Em última análise, a advocacia procura resolver as causas subjacentes de um problema, remover os obstáculos para chegar à solução e influenciar com sucesso as agendas, para chegar à mudança desejada. Advocacia pela justiça fiscal poderia ser um elemento importante para conseguirem mudanças mais amplas relacionadas com (por exemplo) a inclusão de deficiências. A advocacia pode incluir investigação e análise de políticas, *lobbying*, trabalho mediático e campanhas.



Figura 39. O que é advocacia?

"Os orçamentos governamentais são como um raio-x de quem detém realmente o poder em uma sociedade. Historicamente, as pessoas com deficiência têm sido marginalizadas do poder a todos os níveis – excluídas da educação, estigmatizadas nas comunidades e, na maioria dos países, muito sub-representadas na política. Portanto, não é surpresa que quando os orçamentos são atribuídos, as pessoas com deficiência quase sempre perdem. – Polly Meeks,

## Importância da Advocacia

---

Os governos precisam da contribuição dos seus cidadãos para definirem prioridades. Muitas vezes a pressão pública resulta em efeitos benéficos para os grupos marginalizados. Neste processo, não pode ser salientado o suficiente que a união de forças com organizações que pensam da mesma maneira é a chave para o sucesso. Quanto maior e mais coerente for o grupo representado e mais clara a sua mensagem, maior será a probabilidade de sucesso da advocacia.

## Por onde começamos?

---

Em primeiro lugar: Conhecer os factos. Analisar e escrutinar o orçamento da educação e ver se há questões que ainda não foram resolvidas por programas do governo. A hipótese é que para o género, haja dados razoáveis, mas não para a inclusão de deficiências, simplesmente porque os governos em geral, ainda não são muito experientes na recolha de dados detalhados sobre as pessoas que vivem com deficiências.

Com a estrutura 4S em mente, considere como quer enquadrar o seu argumento? Que é necessário para que o orçamento para a educação seja mais "sensível" à inclusão do género e de deficiências? Será que o próprio orçamento precisa de ser mais sensível às verdadeiras necessidades e às lacunas na provisão? Será que a dimensão ou a parcela do orçamento terá de aumentar para garantir a atribuição de mais fundos ao sector? Será necessário maior controlo ou transparência sobre a atribuição de fundos e sobre as despesas, especificamente os elementos de inclusão do género e de pessoas com deficiência na educação? Haverá grupos marginalizados ou desfavorecidos que deveriam beneficiar mais?

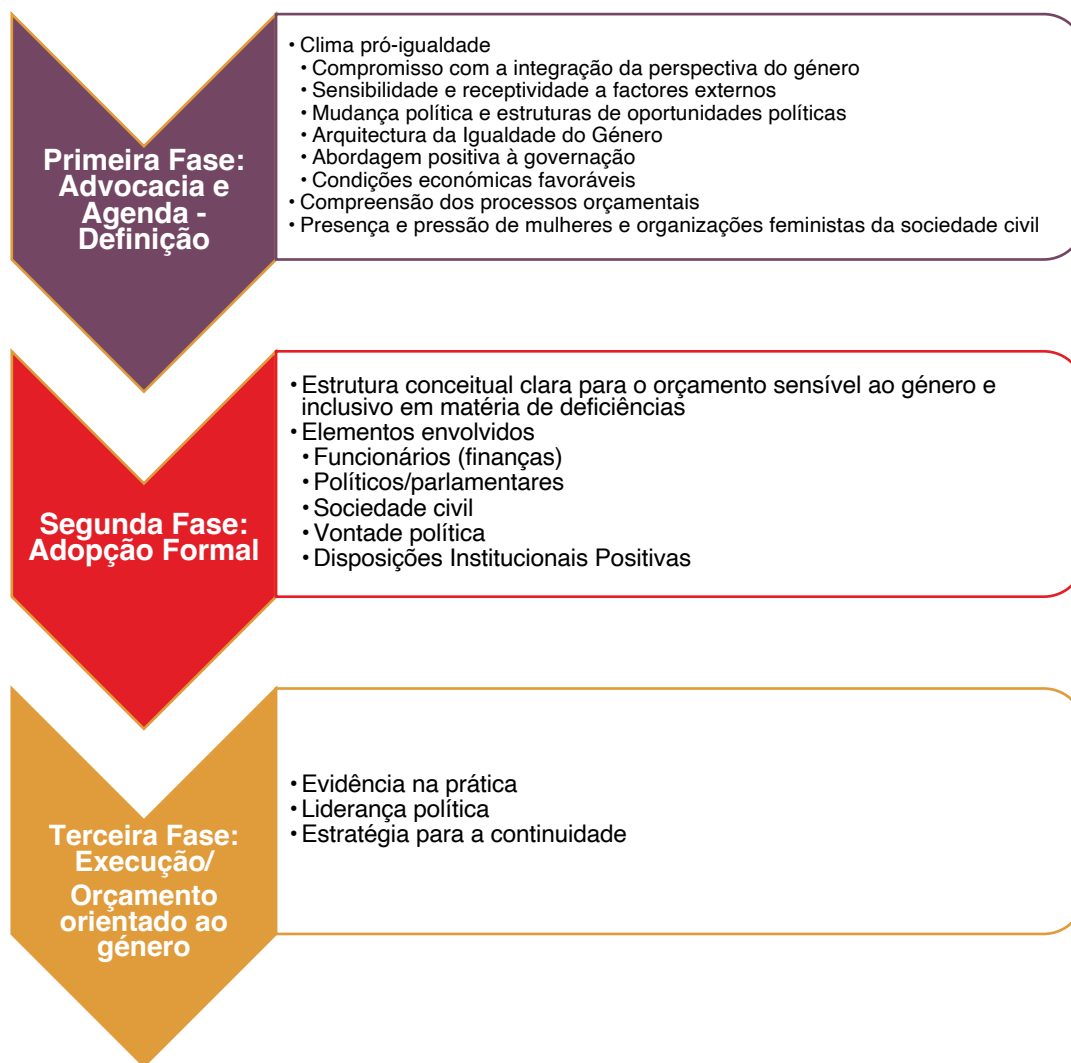
Uma questão importante a considerar é se verdadeiramente existe alguma possibilidade de mudança num país específico. Pode haver uma oportunidade imediata de ocasionar mudanças, o que pode exigir acção rápida. Ou pode ser necessário continuar a advocacia a longo prazo, e fazer pressão lenta para reformas.

O espaço para mudanças nos regimes fiscais ou nas prioridades em matéria de despesas e de afectação orçamental muitas vezes surge quando:

- há grandes mudanças de política ou leis em todo o parlamento;



- há eleições ou mudança de governo; e
- a advocacia pode ajudar a tornar esta questão em manifesto eleitoral.



**Figura 40. Fases de advocacia por orçamentos sensíveis ao gênero e inclusivos de pessoas com deficiência**

## Advogar por um Aumento do Orçamento

### Advocacia pela Parcela

De modo geral, a recomendação é que os governos gastem pelo menos 20% das despesas públicas e 6% do PIB na educação. Por conseguinte, um bom começo pode ser advocacia por um governo que cumpra/honre os seus compromissos de atribuir pelo menos 20% do orçamento público à educação.

**Nepal:** a NCE Nepal tem vindo a fazer advocacia orçamental para garantir o aumento das despesas de 15% para 20% do orçamento global e monitorar a sua execução. Também participou em fóruns formais liderados pelo governo, como o Joint Annual Review (JAR). Essas reuniões permitiram que a coligação

contribuísse para a definição nacional dos indicadores do ODS4 e formulasse a estratégia para os ODS no Nepal.

Quando existe corrupção, a advocacia para reduzir a corrupção poderia ser eficaz, especialmente se combinada com a defesa da educação pública, para aumentar a pressão política no sentido de aumentar a porção dos gastos governamentais atribuídos à educação.

Aumentar a parte do orçamento dedicada à educação, ao longo do tempo, é parte central importante de toda a advocacia orçamental na educação. Com os novos empenhos e metas ambiciosos na agenda da Educação 2030 (que competem com outros novos empenhos dos ODS), o crescimento da população de jovens na maioria dos países em desenvolvimento e a ajuda à educação em declínio, a questão dos gastos públicos na educação nunca foi tão importante. É essencial monitorar o progresso do governo na expansão dos gastos ao longo do tempo com normas internacionais.



## Advocacia sobre a Sensibilidade

Mesmo que o orçamento para a educação aumente em parcela e montante, é provável que ainda existam grupos que não beneficiam igualmente desse aumento.

Por exemplo: Se o número de escolas fosse suficiente devido ao aumento no financiamento do governo, ainda é possível que as pessoas com deficiências ou as meninas e crianças de comunidades marginalizadas não consigam aceder a essas escolas, por exemplo, devido à distância. Ou por que os dispositivos auxiliares de que necessitam faltam. Algo por que advogar poderia então tornar a acessibilidade para pessoas com deficiência em requisito de todos os contratos públicos.

**Zâmbia<sup>87</sup>:** A Coligação Nacional de Educação da Zâmbia (ZANEC) utilizou a pesquisa para pressionar o aumento do financiamento como meio de melhorar o acesso e a qualidade da educação. Posteriormente, o Orçamento Nacional de 2014, por sua vez histórico, incluiu uma participação de 20,2% na educação e o governo comprometeu-se a implementar uma política de reentrada escolar para as meninas.

## Uso de Estimativas em Advocacia

Embora seja vital desenvolver evidência sobre os custos, as estimativas podem ser uma excelente forma de destacar lacunas específicas no orçamento do governo e de advogar pelo aumento do financiamento. No entanto, a menos que uma estimativa seja formulada por especialistas (ou seja, especialistas do movimento sobre deficiências) com vasta experiência de advocacia no ensino inclusivo no país em questão, as estimativas não devem ser usadas para apresentar uma solicitação geral de orçamento agregado. Exemplos de maneiras de estimar um orçamento para inclusão:

- Número de professores em serviço que se espera recebam formação, vezes o custo de um *workshop* de 3 dias;
- Número de alunos com deficiência visual, vezes o custo médio de óculos, tablet/computador, ardósia e estilete, mais o software;
- Custo de tornar uma escola adequadamente acessível, vezes o número de escolas.

Analisar as despesas da educação para identificar e extrair as despesas efectuadas de uma perspectiva inclusiva de deficiências, nem sempre é fácil. Primeiro, porque requer um orçamento executado detalhado, que nem sempre está disponível. E mesmo quando está disponível, as rubricas orçamentais e itens não indicam sempre e claramente se as despesas são feitas na educação inclusiva. Por vezes, podem existir rubricas orçamentais individuais para determinados itens (como a tecnologia de assistência), mas outros itens não podem ser identificados dentro de rubricas orçamentais gerais (ou seja, a formação de professores ou infra-estruturas).

*Mais uma vez, uma palavra de cautela: As estimativas podem ser uma grande maneira de destacar lacunas específicas no orçamento do governo. Mas (a menos que sejam formuladas por especialistas no movimento de incapacidades com vasta experiência de advocacia em educação inclusiva (EI) no país em questão) não devem ser usadas para pedido do orçamento geral agregado. Por exemplo: Se soubermos que o governo alocou 1 000 USD para dispositivos de auxílio para estudantes com deficiência visual, mas a nossa estimativa é que o orçamento para esses dispositivos deve ser de 20 000 USD, então, recomendamos absolutamente que os advogados usem essa estimativa para explicar por que o governo não orçou adequadamente para dispositivos auxiliares para estudantes com deficiências visuais. Mas não recomendamos que os advogados acrescentem esta estimativa e quaisquer outras que tenham feito para chegar a um pedido global daquilo que o orçamento da IE deveria ser nesse país.*

Activistas de educação comunitária, Tanzânia. CRÉDITOS: Stefano Bianco/ActionAid



**Quénia<sup>88</sup>:** No Quénia, quando as propinas do ensino secundário público aumentaram significativamente, as famílias pobres deixaram de poder pagar, e os alunos tiveram de abandonar a escola. Em 2013, a coligação de Elimu Yetu organizou uma petição e uma grande manifestação, que envolveu mais de 3000 pessoas que levaram o parlamento a exigir directivas para reduzir as propinas. A campanha para reduzir em metade as propinas do ensino secundário, foi bem sucedida.

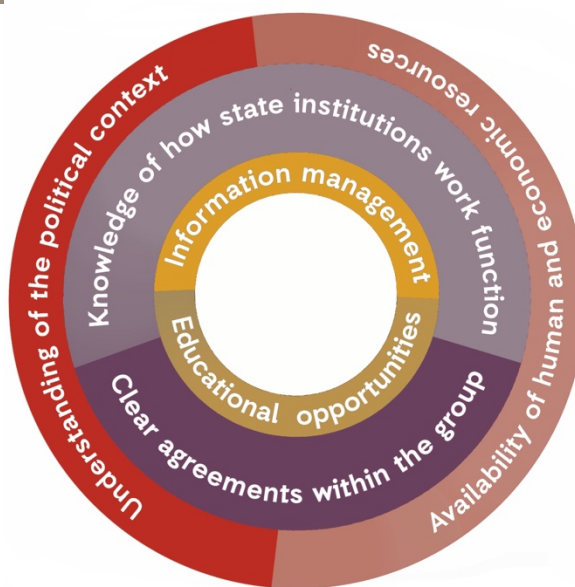
## Advocacia sobre o Montante

Se o orçamento geral for pequeno, mesmo 20% não será grande coisa. É por isso que quanto menor for o orçamento, menor será a disponibilidade para a educação pública e outros serviços públicos essenciais e vitais, financiados pelo governo.

Em muitos países, o orçamento total do governo é muito menor do que poderia ou deveria ser, e o orçamento disponível para a educação pública é muito pequeno. A maior parte das receitas do governo provém de impostos: impostos sobre o rendimento e os lucros, contribuições para a segurança social, impostos cobrados sobre bens e serviços e impostos sobre a propriedade e a transferência de bens, por exemplo. Se um governo não arrecadar receitas fiscais suficientes, o montante que deve despendar em serviços públicos essenciais é limitado.<sup>89</sup>

Estes países não só precisam de garantir mais receitas fiscais e fazê-lo através do alargamento do sistema fiscal, como também precisam de o fazer de forma justa - isto é, através da criação de sistemas fiscais mais justos, que assegurem que os que podem pagar mais são obrigados a fazê-lo. Uma abordagem seria mudar para um sistema fiscal "progressivo" – isto é, um sistema em que os indivíduos e as empresas mais ricos contribuem mais, de acordo com a maior parte do seu rendimento – e deixar os sistemas mais "regressivos" – em que os indivíduos com salários mais baixos são os que pagam uma maior proporção do seu rendimento em impostos. Isto permitiria recolher e despendar mais recursos em serviços públicos de qualidade para todos (por exemplo, em sistemas do ensino público). No entanto, em muitos países em desenvolvimento, o impacto da fraude, da evasão fiscal, da "concorrência" fiscal e dos paraísos fiscais limitam seriamente o montante de fundos fiscais que os governos podem cobrar. Este bom senso também é apoiado por provas sólidas de ligações claras entre o montante de impostos arrecadado e cobrado, e o montante gasto pelo governo na educação pública. É por isso que é importante trabalhar para aumentar o orçamento total de um país, especialmente nos países onde uma boa parte do orçamento já é atribuída à educação.

**República Dominicana<sup>90</sup>:** O Fórum Socioeducativo, com ferramentas de comunicação *online* e *offline* para criar um movimento e permitir manifestações pacíficas a nível nacional, está a monitorar os compromissos

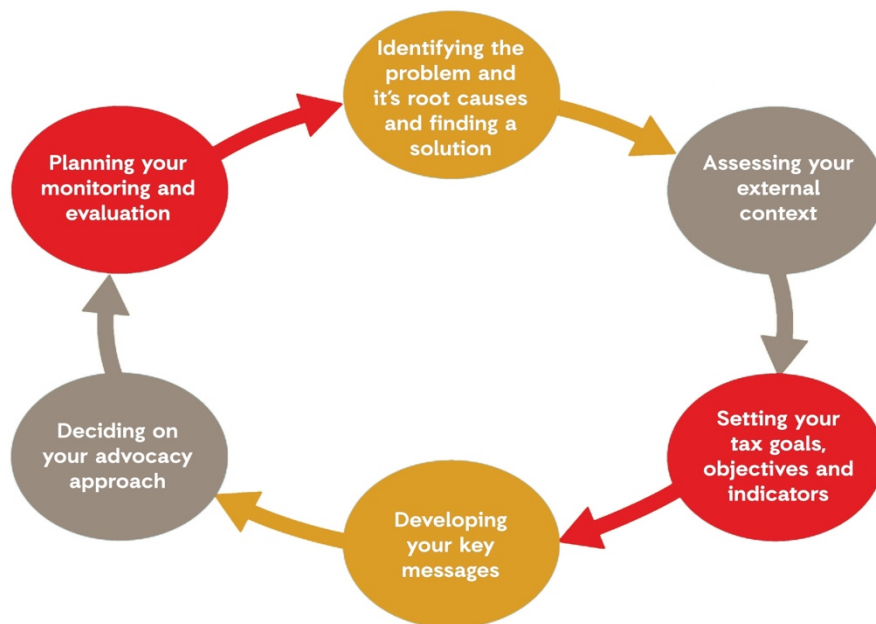


**Figura 41. Requisitos básicos para fazer advocacia**

do governo para aumentar os gastos com a educação. Isto funciona juntamente com Education Budget Watch, que também identifica áreas de melhor aplicação para melhorar a qualidade e a equidade.

## **Advocacia por Orçamentos Sensíveis ao Género e Inclusivos de Pessoas com Deficiência**

1. Juntem forças – Reconheça que as organizações que lutam pela igualdade do género também servem as mesmas pessoas que os grupos de inclusão de pessoas com deficiência servem. As exigências sobrepõem-se em grande medida.
2. Projecte campanhas baseadas na situação do seu país. Um país que vai ter eleições nos próximos seis meses precisará de uma abordagem de campanha diferente da de um país onde as eleições estão a anos de distância.
3. Faça exigências muito concretas e expresse-as claramente, repetidamente e em plataformas diferentes.
4. Utilize os canais adequados – o que lhe pode parecer óbvio, mas conhecer as pessoas que pretende influenciar é um passo que alguns advogados ainda ignoram. Conheça os valores nos quais as pessoas que deseja influenciar baseiam as suas opiniões e acções, e projectam mensagens de advocacia que tomam em conta esses mesmos valores. (não precisa de adoptar os mesmos valores, mas pode mostrar que está ciente deles). Este é o fundamento para lidar com a oposição.
5. Recursos seguros: Embora certo trabalho de advocacia seja menos dispendioso do que outros (manifestações, campanhas nas redes sociais, até certo ponto), a realidade é que precisa de pessoas para trabalhar na campanha, e nem todos o poderão fazer de graça. Precisarás de pessoas para preparar imagens, escrever textos para publicação e produzir vídeos, anúncios, podcasts e outros.
6. Escreva um plano de advocacia e encarregue as pessoas a monitorar os resultados/efeitos. Por fim, o que poderá fazer é continuar com a advocacia negativa ou mesmo prejudicial à sua acção. Nos anexos encontrará um guia para estruturar um plano de advocacia.



**Figura 42. Medidas de advocacia por um orçamento sensível ao género e inclusivo em matéria de deficiência**

Mapeamento do direito à educação, Malawi. CRÉDITOS: Fletcher Simwaka/ActionAid



## Vamos desagregar os números

Em 2010, as Nações Unidas estimaram que era necessário um rácio mínimo de 20% de receita fiscal/PIB para cumprir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Mais recentemente, uma investigação do FMI e do Banco Mundial indica que os rácios de receita fiscal/PIB inferiores a 15% são insuficientes para financiar até as funções estatais mais básicas.

Em 2017, o rácio médio de receita fiscal/PIB nos países membros da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) foi de 34,2%, enquanto que, na África subsariana a média foi de apenas 17,2%. Por outras palavras, embora o nível apropriado de tributação dependa das características de cada país, o aumento da capacidade fiscal deverá ter um papel significativo na capacidade dos países fornecerem serviços públicos básicos e cumprirem os ODS.

Na verdade, em 2019, o FMI estimou que a maioria dos países de baixo rendimento necessitaria de gastar mais 15 pontos percentuais do PIB ou mais, para atingir as metas dos ODS, sugerindo que o aumento do rácio de receita fiscal/PIB em 5% a médio prazo (cerca de cinco anos) seria uma forma ambiciosa, mas realista de avançar.

Tomar medidas para eliminar incentivos fiscais prejudiciais às empresas, combater a evasão fiscal, a corrupção e as fugas financeiras ilícitas serão fundamentais para os governos poderem angariar novos fundos para a educação, de maneira relativamente rápida.

## Questões de Reflexão para o Módulo 6

Já aprendeu tudo o que há para aprender sobre a sua causa e quem o pode ajudar para concretizar as mudanças? Ainda existem lacunas de informação?

---

---

---

---

---

Há alguma organização semelhante que tenha interesses semelhantes aos seus com a qual poderia trabalhar?

---

---

---

---

---

Quais são os seus recursos disponíveis?

---

---

---

---

Quando é que a advocacia é bem-sucedida? Que resultados procura obter?

---

---

---

---

---

Peça ideias a elementos externos e partes interessadas do governo. Como é que os pode envolver?

---

---

---

---



# Exercícios de Advocacia

---

## Exercício 6.1: A criação de uma definição de advocacia

### Objectivo

Os participantes identificarem os grupos mais marginalizados em termos de acesso à educação de qualidade e as políticas e programas em vigor para apoiar esses grupos.

### Materiais

Papel, canetas, marcadores

### Tempo

Total de 1 hora e 10 minutos: 5 minutos para escrever individualmente; 10 minutos em pares; 15 minutos em grupos de quatro; 20 minutos para apresentações; 20 minutos de debate para formular uma definição para todo o grupo.

### Actividade

Esta técnica estimula a participação plena e facilita a identificação de entendimentos comuns e elementos essenciais que podem ser usados para formar um conceito mais desenvolvido de advocacia. É especialmente útil para trabalhar com grupos grandes (20 ou mais participantes), embora também possa ser usada com grupos mais pequenos.

Processo técnica 1-2-4-todos.

Cada participante recebe uma folha de papel onde terá de escrever, tão concisamente quanto possível, a sua definição de advocacia.

Os participantes juntam-se em pares (de preferência com pessoas que não conhecem) para partilhar as suas definições. Cada par deve combinar as suas definições para apresentar uma nova definição de advocacia que incorpore ambas as ideias. Esta nova definição é escrita em nova folha de papel.

Cada par junta-se a outro par, e formam grupos de quatro, repetindo o processo para criar uma definição para cada quatro participantes.

Na plenária, cada grupo de quatro apresenta a definição de advocacia que formulou. O facilitador perguntará se outros participantes têm perguntas para esclarecer as definições apresentadas, sem entrar em debate.

O facilitador faz várias perguntas para incentivar o debate sobre todas as definições:

- Quais são as linhas comuns a todas as definições?
- Quais são as diferenças entre as definições?
- Quais são os principais elementos e palavras fundamentais associados a cada definição?

### Intenção e Assuntos para Continuar o Debate

Este exercício tem por objectivo os participantes aprenderem a identificar os grupos mais marginalizados em termos de acesso a uma educação de qualidade, sensível ao género e inclusiva, bem como as políticas e programas em vigor para apoiar estes grupos. Questões para debate:

- Como pode a advocacia promover um orçamento mais abrangente em termos do género e inclusivo em termos de deficiências?
- Houve alguma campanha de advocacia pelo orçamento para a educação no seu país?

### Adaptação para *Workshop* Online

Use as salas de reuniões para dividir as pessoas em grupos de 2 e 4. Os slides do Google e/ou a caixa de bate papo podem ser utilizados para os participantes registarem as suas contribuições.

## **Exercício 6.2: Análise de fontes de poder para advocacia**

### **Objectivo**

Estimular a reflexão e o debate sobre os principais elementos que contribuem ao poder da sociedade civil vis-à-vis ao do Estado.

### **Materiais**

Cartões, papel, canetas, marcadores

### **Tempo**

45 minutos no total: 5 minutos para escrever nos cartões; 15 minutos para estudar as várias respostas; 25 minutos para debate e finalização.

### **Actividade**

1º Passo: O facilitador desenha dois círculos numa folha de papel (por exemplo, no quadro de folhas), um que representa a sociedade civil e outro que representa o governo. O facilitador desenha uma seta do círculo da sociedade civil para o círculo do governo, salientando que a sociedade civil é poderosa e pode exercer o seu poder para influenciar o estado.

2º Passo: Os participantes juntam-se em pares e cada par recebe dois cartões. Trabalhando juntos, respondem às duas perguntas a seguir, escrevendo cada resposta em um cartão:

- Quais são as fontes de poder da sociedade civil?
- Quais são as fontes de poder do governo?

3º Passo: Na plenária, os pares anexam os seus cartões ao documento, junto aos círculos da "sociedade civil" e do "governo" correspondentes às suas respostas.

4º Passo. O facilitador faz o resumo das ideias de todos os pares sobre as fontes de poder para a sociedade civil e para o governo. Encorajar os participantes a contribuir mais ideias ao debate.

5º Passo: O grupo e o facilitador discutem brevemente uma situação específica em que a defesa dos direitos ocorre, sugerindo acções específicas que tirariam partido das fontes de poder da sociedade civil.

NOTA: Esta actividade pode ser ampliada através da realização de um mapa/análise do poder. Pode encontrar mais informação sobre um mapa do poder nas páginas 36 e 37 do kit de ferramentas [Tax Justice Advocacy toolkit](#).

### **Intenção e Assuntos para continuar o Debate**

Este exercício tem por objectivo aprender os principais elementos que contribuem ao poder das organizações da sociedade civil e como esse poder pode ser aproveitado para influenciar o governo.

Questões para debate:

- Como é que o poder influencia a advocacia? E, em última análise, o orçamento para a educação?
- O que poderia ser feito para encorajar mais pessoas a tornarem-se defensoras do orçamento para a educação?

### **Adaptação para Workshop Online**

Utilize as salas de reuniões para dividir as pessoas em grupos. Os slides do Google e/ou a caixa de bate-papo podem ser usados para os participantes registarem as contribuições.

## **Exercício 6.3: Responsabilização do seu governo**

### **Objectivo**

Os participantes praticarem formular mensagens de advocacia

### **Materiais**

Papel, canetas, marcadores, portáteis para procurar o recurso (alternativamente, trazer cópias impressas para a formação)

### **Tempo**

25 minutos

### **Actividade**

Peça aos participantes para encontrarem o Quadro de Educação Incheon de 2030 para Acção Rumo à educação inclusiva e equitativa e a aprendizagem ao longo da vida para todos, e a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Faça as seguintes perguntas aos participantes:

- Que artigo(s) utilizaria para defender a inclusão mais ampla de pessoas com deficiência?
- Escreva uma mensagem como exemplo para usar na sua campanha.
- Deixe que os participantes escrevam as suas respostas em silêncio por 5 minutos e divida-os em grupos de 4 para formularem as mensagens de exemplo.

### **Intenção e Assuntos para continuar o Debate**

O objectivo deste exercício é os participantes terem ganho experiência na formulação de mensagens de advocacia. Questões para debate:

- Se pensar nas mensagens de advocacia que ouviu. Quais são as que mais se destacam e porquê?
- Como poderiam pessoas e/ou empresas famosas estar envolvidas em advocacia e responsabilizar os governos?

### **Adaptação para Workshop Online**

Peça aos participantes para responderem primeiro a estas perguntas em silêncio, e depois que escrevam as suas respostas no papel. Depois de 2 minutos, transfira os participantes para as salas de reuniões, por país. Primeiro em pares, e depois de 12 minutos em grupos de quatro. Peça-lhes para partilharem a conclusão mais importante ou num slide do Google ou em resposta às solicitações de chat para obterem o resultado.

## Exercício 6.4: Carta de exigências

### Objectivo

Permitir que os participantes na comunidade descubram que se podem capacitar a si próprios quando enviam as suas exigências ao governo local.

### Materiais

Partilhe exemplos de carta de exigências da comunidade: [Example 1](#) –mulheres pelo direito à terra, [Example 2](#) – pessoas com deficiência, e [Example 3](#) – geral, incluindo a educação.

[Information on developing community charters for citizen participation](#)

### Tempo

30 minutos

### Actividade

Fornecer informação básica sobre a carta de exigências da comunidade. Uma carta comunitária de exigências é um documento que contém as necessidades de desenvolvimento de uma comunidade identificada por ordem de prioridade comunal.

Este exercício é muito adequado para a comunidade local (de preferência, formação presencial)

Partilhe a informação de fundo sobre cartas de exigências escritas por comunidades locais, sem citar muitos exemplos concretos.

Agora divida o grupo em subgrupos de 4 e pergunte-lhes o que poderiam sugerir que o governo local fizesse sobre os dois temas a seguir:

Que tipo de exigências poderia ser incluído em carta de exigências de uma comunidade local, quando se trata da inclusão de deficiências?

Que tipo de exigências poderia ser incluído em carta de exigências, no que diz respeito à igualdade do género?

Nesta altura, não se devem preocupar com o financiamento ou com a política - devem simplesmente declarar o que exigem quando se trata de tornar a sua comunidade mais inclusiva, em termos de incapacidades e igualdade do género.

### Intenção e Assuntos para continuar o Debate

O objectivo deste exercício é os participantes ganharem confiança na formulação de exigências para acção pelo governo local. Questões para debate:

- Que exigências são mais relevantes à orçamentação para a educação e para atender às questões do género e à inclusão de deficiências?
- Que exigências são menos relevantes à orçamentação educacional em termos do género e da inclusão de deficiências?

### Adaptação para Workshop Online

Utilize as salas de reunião e Google Slides.

## **Exercício 6.5: Advocacia sobre a Parte do Orçamento para a Educação**

### **Objectivo**

Permitir que os participantes pratiquem calcular a parte do orçamento para a educação, dando-lhes a conhecer as escolhas implícitas e deixando-os descobrir as tendências nas despesas, de que poderão não ter conhecimento.

### **Materiais**

Folheto 6a

### **Tempo**

60 minutos

### **Actividade**

1º Passo: Encontre a informação orçamental do seu país

2º Passo: Reveja a informação do orçamento para responder às seguintes perguntas:

1. Que parte do orçamento governamental é atribuída ao sector da educação? Como é que os gastos com a educação se comparam (em percentagem) com o total dos gastos governamentais?
2. O seu governo já assumiu ou está prestes a assumir aceitação das normas internacionais de pelo menos 20% da atribuição orçamental para a educação, ou de pelo menos 6% do PIB?
3. O actual orçamento para a educação é adequado para cumprir os indicados objectivos de política do governo? Se o governo se empenhou a favor do ensino primário gratuito para todos, há recursos suficientes para isso?
4. Como é que isto se compara com o financiamento de outras áreas prioritárias para o governo, como a saúde?
5. O orçamento da educação tem vindo a aumentar ou a diminuir ao longo dos anos?
6. Que questões principais de advocacia estão a ser levantadas relativamente à parte do orçamento atribuída à educação?

**Notas de Formação:** Poderá querer passar aos participantes alguma da informação mais importante do orçamento no início da sessão para que, em vez de passarem tempo a encontrar a informação, possam aprender a usar os dados e analisar a parte do orçamento alocada à educação.

Os participantes podem achar útil criar um grande gráfico circular que ilustre a parte do orçamento atribuída a cada sector ou que represente o orçamento para a educação em percentagem do PIB. Este será útil para os próprios membros do grupo visualizarem a repartição do orçamento, podendo usá-lo para sensibilizar as suas próprias organizações e comunidades.

### **Intenção e Assuntos para Continuar o Debate**

O objectivo deste exercício é os participantes praticarem a análise dos orçamentos da educação. Questões para debate:

- Como é que o PIB de um país influencia a sua capacidade de formular um orçamento sensível ao género e receptivo em termos de deficiências? Algum país conseguiu isto perfeitamente?
- Que faria diminuir um orçamento para a educação?

### **Adaptação para Workshop Online**

Utilize as salas de reunião e Google Slides.

## **Exercício 6.6 Mapeamento das opiniões dos decisores<sup>91</sup>**

### **Objectivo:**

Os participantes identificarem os principais decisores e as suas opiniões.

### **Materiais:**

Quadros de folhas

### **Tempo:**

40 minutos

### **Actividades:**

Escolha um tema sobre o qual o grupo queira advogar na área da inclusão/educação de pessoas com deficiência.

Em primeiro lugar, determine os principais responsáveis pelas decisões (em geral, leva apenas alguns minutos).

Num quadro de folhas, anote as principais opiniões dos decisores mais importantes sobre este tema. Decisores diferentes terão posições diferentes.

De modo geral, as suas respostas podem ser incluídas nas seguintes seis categorias:

- Não é um problema – não há problema
- Inapropriado – não nos cabe a nós agir sobre essa questão – outra entidade (por exemplo, o governo nacional ou o doador) deve agir, ou é uma questão familiar ou pessoal
- Irresolúvel – nada se pode fazer a esse respeito – quaisquer soluções propostas não resultarão
- Baixa prioridade – há demasiadas outras questões importantes, e não temos recursos suficientes para abordar este tema
- Contra os interesses próprios – não ganharia nada em agir sobre isto – pode até prejudicar os meus interesses ou perder apoio
- Consenso – Sim, concordo consigo

Para responder ao referido acima, poderá ajudar se considerar: Quão polarizado é o debate? Quão flexíveis são as pessoas nas suas opiniões? Qual é a nossa posição no espectro actual? Existem elementos influentes que podem orientar o cerne do debate em favor da nossa posição? Poderemos re-enquadrar o debate para nos afastarmos do impasse?

Este exercício pode depois ser seguido de uma análise de grupo para determinar os intervenientes acessíveis ao grupo e onde vêem a sua esfera de influência.

### **Adaptação para Workshop Online**

Utilize as salas de reunião e Google Slides.

## **Exercício 6.7: Pratique fazer um plano de advocacia<sup>92</sup>**

### **Objectivo**

Pensar sobre as acções que os participantes podem realizar para obter as mudanças que querem ver. Peça aos participantes para considerarem que possível combinação de lobbying, campanhas e trabalho de comunicação social possa ser necessária.

### **Materiais**

Folhetos 6B-1 e 6B-2

### **Tempo**

60 minutos

### **Actividade**

Pense sobre o que precisa ser feito para realizar o seu objectivo:

1º Passo: Escreva o seu objectivo numa folha de papel.

2º Passo: Pense sobre o que deve acontecer para que este objectivo se realize. Escreva cada uma das respostas e coloque-as à esquerda do objectivo. Estes são os seus resultados.

3º Passo: Pense em quem terá de influenciar para obter os seus resultados. Como pode influenciá-los? Que acções precisa realizar? Coloque-as à esquerda dos seus resultados.

4º Passo: Continue o processo até ter um mapa detalhado dos vários percursos que pode seguir.

5ª Passo: Qual destes percursos acha que seria o mais eficaz e realista?

6º Passo: Pode então adicionar a cronologia – trabalhe em retrospectiva, a partir do seu objectivo – que deve acontecer e quando?

7º Passo: Depois de concluir o seu fluxograma, utilize esta informação para completar o seu plano de advocacia

*Dica: Em um dos anexos, encontrará um modelo para um plano de advocacia.*

### **Intenção e Assuntos para continuar o Debate**

Este exercício tem como objectivo os participantes realizarem sessões de intercâmbio de ideias para conseguirem as mudanças que pretendem. Questões para debate:

- Como pode um cidadão mostrar ao governo que realmente quer trabalhar em grupo?
- Todos nós temos preconceitos e valores. No entanto, é importante abstermo-nos de usar os nossos preconceitos e valores para influenciar os clientes rumo a um determinado plano de acção. Que preconceitos tem que poderão manchar o seu trabalho com um cliente? O que seria um conflito de valores que poderia ter com um cliente difícil de entender?

### **Adaptação para Workshop Online**

Utilize as salas de reunião e Google Slides.



# Anexos

1. Notas de Formação
2. Folhetos por módulo
3. Avaliação das Necessidades de Formação
4. Formulário de Avaliação da Formação
5. Recursos Adicionais

## Notas finais

American Psychological Association, *Reasonable Accommodations Explained*. (American Psychological Association,

<sup>2</sup> <https://www.collinsdictionary.com/dictionary/english/budget>

<sup>3</sup> OECD. 2021. Official Development Assistance (ODA). <https://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/development-finance-standards/What-is-ODA.pdf>

<sup>4</sup> Tax Justice Network. 2022. <https://taxjustice.net/faq/what-is-tax-justice/>

<sup>5</sup> ActionAid. n.d. Progressive taxation. [https://actionaid.org/sites/default/files/progressive\\_taxation\\_introduction.pdf](https://actionaid.org/sites/default/files/progressive_taxation_introduction.pdf)

<sup>6</sup> Ramkumar, V. 2008. Our money, Our responsibility: A citizen's guide to monitoring government expenditures. The International Budget Project. <https://www.internationalbudget.org/wp-content/uploads/Our-Money-Our-Responsibility-A-Citizens-Guide-to-Monitoring-Government-Expenditures-English.pdf>

<sup>7</sup> Office of the Mayor. The Budget Cycle. <https://sfmayor.org/budget-cycle>

<sup>8</sup> World Bank. 2013. Global Stock-Take of Social Accountability Initiatives for Budget Transparency and Monitoring: Key Challenges and Lessons Learned. Washington, DC. © World Bank.

<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/16661> License: CC BY 3.0 IGO.

<sup>9</sup> <https://www.oecd.org/gov/budgeting/best-practices-budget-transparency.htm>

<sup>10</sup> World Bank. 2013. Global Stock-Take of Social Accountability Initiatives for Budget Transparency and Monitoring: Key Challenges and Lessons Learned. Washington, DC. World Bank.

<sup>11</sup> Adapted from Global Campaign for Education. Financing Matters. A Toolkit on Domestic Financing for Education.

<sup>12</sup> Adapted from Local Government Association (2016). Case Study: Porto Alegre, Brazil. Retrieved April 12, 2022, from <https://www.local.gov.uk/case-studies/case-study-porto-alegre-brazil>.

<sup>13</sup> Global Partnership for Education (GPE). Guidelines for the Monitoring of National Budgets.

<sup>14</sup> Adapted from International Disability and Development Consortium. 2017. Costing Equity. The case for disability-responsive education financing.p.17.

<sup>15</sup> Adapted from Global Campaign for Education. Financing Matters: A Toolkit on Domestic Financing for Education.

<sup>6</sup> Adapted from UNFPA. 2006. Gender-Responsive Budgeting in Practice: A Training Manual.

<sup>7</sup> Adapted from Reflection Action. Chapatti Diagram – Spaces of Power.

[https://www.reflectionaction.org/tools\\_and\\_methods/59/](https://www.reflectionaction.org/tools_and_methods/59/).

<sup>8</sup> ActionAid International and Educational International. 2016. A toolkit for domestic financing for education. Retrieved <https://actionaid.org/publications/2016/financing-matters>

<sup>9</sup> ECE Accelerator. 2022. Education Sector Plan (ESP). <https://www.ece-accelerator.org/glossary/education-sector-plan-esp>

<sup>20</sup> UNESCO Institute for Statistics, UNICEF Regional Office for Central and Eastern Europe, et al. 2016. Monitoring education participation: framework for monitoring children and adolescents who are out of school or at risk of dropping out. Retrieved from <http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/monitoring-education-participation-brief.pdf>

<sup>21</sup> World Bank. 2021. Urgent, effective action required to quell the impact of COVID-19 on education worldwide.

<https://www.worldbank.org/en/news/immersive-story/2021/01/22/urgent-effective-action-required-to-quell-the-impact-of-covid-19-on-education-worldwide>

<sup>22</sup> UNDP. Goal 4: Quality Education. [https://www1.undp.org/content/seoul\\_policy\\_center/en/home/sustainable-development-goals/goal-4-quality-education.html](https://www1.undp.org/content/seoul_policy_center/en/home/sustainable-development-goals/goal-4-quality-education.html)

<sup>23</sup> UNICEF Eastern and Southern Africa.2020. Social Protection. <https://www.unicef.org/esa/social-protection>

<sup>24</sup> UNESCO Institute for Statistics, UNICEF Regional Office for Central and Eastern Europe, et al. 2016. Monitoring education participation: framework for monitoring children and adolescents who are out of school or at risk of dropping out. <http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/monitoring-education-participation-brief.pdf>

<sup>25</sup> Adapted from: OECD. Toolkit for Mainstreaming and Implementing Gender Equality.

<https://www.oecd.org/gender/governance/toolkit/>

<sup>26</sup> UN Committee on the Rights of Persons with Disabilities. 2019. UK Parliament International Development Committee. 2019.

<sup>27</sup> Adapted from Oxfam. n.d. Toolbox for Budget Analysis Guide.

[https://oxfamibis.dk/sites/default/files/media/promm/toolbox\\_for\\_budget\\_analysis\\_guide.pdf](https://oxfamibis.dk/sites/default/files/media/promm/toolbox_for_budget_analysis_guide.pdf) .

<sup>28</sup> ActionAid, Light for the World et al. 2020. The bedrock of inclusion. Mozambique Study.

[https://actionaid.org/sites/default/files/publications/Mozambique%20study\\_The%20bedrock%20of%20inclusion.pdf](https://actionaid.org/sites/default/files/publications/Mozambique%20study_The%20bedrock%20of%20inclusion.pdf)

<sup>29</sup> Diza, MM. 2013. Childcare and women's labor participation: evidence for Latin America and the Caribbean.

<https://publications.iadb.org/publications/english/document/Childcare-and-Women-Labor-Participation-Evidence-for-Latin-America-and-the-Caribbean.pdf>

<sup>30</sup> Zaki, HM. 2013. The effects of culturally relevant early childhood development (ECD) on gender relations and women empowerment. The American University in Cairo.

<https://fount.aucegypt.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2419&context=etds>

<sup>31</sup> Guidelines for developing budget briefs. UNICEF Eastern and Southern Africa. (2021, November 24).

<https://www.unicef.org/esa/documents/budget-brief-guidelines>.

<sup>32</sup> ActionAid, Light for the World, et al. 2020. The bedrock of inclusion: why investing in the education workforce is critical to the delivery of SGD4. [https://actionaid.org/sites/default/files/publications/Global\\_report%20final.pdf](https://actionaid.org/sites/default/files/publications/Global_report%20final.pdf)

- <sup>33</sup> Guide toolbox for budget analysis. PDF Free Download. (n.d.). <https://docplayer.net/6064863-Guide-toolbox-for-budget-analysis.html>.
- <sup>34</sup> Global Campaign for Education. 2016. Financing Matters. A Toolkit on Domestic Financing for Education. [https://campaignforeducation.org/docs/resources/GCE%20Financing\\_Matters\\_EN\\_WEB.pdf](https://campaignforeducation.org/docs/resources/GCE%20Financing_Matters_EN_WEB.pdf)
- <sup>35</sup> Adapted from: prepared by ActionAid
- <sup>36</sup> Global Campaign for Education. 2016. Financing Matters. A Toolkit on Domestic Financing for Education. [https://campaignforeducation.org/docs/resources/GCE%20Financing\\_Matters\\_EN\\_WEB.pdf](https://campaignforeducation.org/docs/resources/GCE%20Financing_Matters_EN_WEB.pdf)
- <sup>37</sup> ActionAid. 2021. Financing the future: delivering SDG 4 in Malawi. . <https://actionaid.org/sites/default/files/publications/Malawi%20factsheet.pdf>
- <sup>38</sup> Adapted from: Reflection Action. The Ideal School – Paying Twice for Education. [https://www.reflectionaction.org/tools\\_and\\_methods/56/?from=ov](https://www.reflectionaction.org/tools_and_methods/56/?from=ov)
- <sup>39</sup> UNESCO. n.d. Gender-responsive budgeting (GRB). <https://policytoolbox.iiep.unesco.org/glossary/gender-responsive-budgeting-grb/>
- <sup>40</sup> Ichii, Reina. 2010. Gender-Responsive Budgeting in Education - Advocacy Brief. Bangkok: UNESCO Bangkok.
- <sup>41</sup> Oxfam Policy & Practice. 2018. A guide to gender-responsive budgeting <https://policy-practice.oxfam.org/resources/rough-guide-to-gender-responsive-budgeting-620429/>
- <sup>42</sup> CEO Magazine. 2021. The women changing the world's economies. <https://www.theceomagazine.com/business/finance/yellen-female-finance/>
- <sup>43</sup> ILO. 2018. ILO calls for urgent action to prevent global care crisis. [https://www.ilo.org/africa/media-centre/pr/WCMS\\_633460/lang--en/index.htm](https://www.ilo.org/africa/media-centre/pr/WCMS_633460/lang--en/index.htm)
- <sup>44</sup> Schneider, K. 2007. Public finance management, including gender-responsive budgeting. Division for the Advancement of Women Department of Economic and Social Affairs United Nations, New York. <https://gender-financing.unwomen.org/en/resources/p/u/b/public-finance-management-including-gender-responsive-budgeting>
- <sup>45</sup> UNESCO. n.d. Her Atlas: Monitoring the right to education for girls and women. <https://en.unesco.org/education/girls-women-rights>
- <sup>46</sup> European Institute for Gender Equality (EIGE). 2017. Gender equality index. [https://en.wikipedia.org/wiki/European\\_Institute\\_for\\_Gender\\_Equality#:~:text=The%20central%20%22core%20domains%20are.in%20one%20specific%20population%20group.](https://en.wikipedia.org/wiki/European_Institute_for_Gender_Equality#:~:text=The%20central%20%22core%20domains%20are.in%20one%20specific%20population%20group.)
- <sup>47</sup> Sharp, R. & Broomhill, R. 1990. Women and government budgets. Australian Journal of Social Issues, 25(1), 1–14. <https://doi.org/10.1002/j.1839-4655.1990.tb00872> .
- <sup>48</sup> Oxfam. 2019. Gender and taxes. <https://www.globaltaxjustice.org/sites/default/files/gd-gender-fair-tax-monitor-130919-en.pdf>
- <sup>49</sup> EqualRights4WomenWorldwide. 2022.
- <sup>50</sup> UNDP. 2017. Resource book for mainstreaming gender in UN common programming at the country level. <https://unsdg.un.org/sites/default/files/Resource-Book-Mainstreaming-Gender-UN-Common-Programming-Country-Level-web.pdf>
- <sup>51</sup> Fonds, L. n.d. Enabling education. . <https://www.lilianefonds.org/uploads/media/5ae9db0eec421/enabling-education-summary.pdf>
- <sup>52</sup> Ibid.
- <sup>53</sup> UNICEF. 2021. Seen, Counted, Included: Using data to shed light on the well-being of children with disabilities.
- <sup>54</sup> Ibid.
- <sup>55</sup> Ibid.
- <sup>56</sup> Partnership for Education. 2018. Disability and inclusive education - A stocktake of education sector plans and GPE-funded grants. <https://www.globalpartnership.org/content/disability-and-inclusive-education-stocktake-education-sector-plans-and-gpe-funded-grants>
- <sup>57</sup> Ibid.
- <sup>58</sup> Ibid.
- <sup>59</sup> UNRWA. 2020. Disability inclusion annual report 2020. Retrieved December 16, 2021, from <https://www.unrwa.org/resources/reports/disability-inclusion-annual-report-2020>
- <sup>60</sup> APA. n.d. Reasonable accommodations explained. <https://www.apa.org/pi/disability/dart/toolkit-three#:~:text=Reasonable%20accommodations%20are%20modifications%20or.Department%20of%20Education%2C%202007>
- <sup>61</sup> International Disability Alliance. n.d. The New Normal. [https://www.internationaldisabilityalliance.org/sites/default/files/budget\\_advocacy\\_for\\_a\\_new\\_normal.pdf](https://www.internationaldisabilityalliance.org/sites/default/files/budget_advocacy_for_a_new_normal.pdf)
- <sup>62</sup> World Federation of the Deaf. 2018. WFD position paper on inclusive education. <https://wfdeaf.org/wp-content/uploads/2018/07/WFD-Position-Paper-on-Inclusive-Education-5-June-2018-FINAL-without-IS.pdf>
- <sup>63</sup> World Federation of the Deaf. May 2018. Position Paper on Inclusive Education.
- <sup>64</sup> Hunt, Paula Frederica. 2020. Paper commissioned for the 2020 Global Education Monitoring Report, Inclusion and Education.
- <sup>65</sup> Voluntary Service Overseas. 2021. VSO Position Paper on Disability Inclusion.

- <sup>66</sup> ActionAid, International Light for the World Institution, et al. 2020. The bedrock of inclusion: Why investing in the education workforce is critical to the delivery of SDG4. <https://www.edu-links.org/resources/bedrock-inclusion-why-investing-education-workforce-critical-delivery-sdg4>
- <sup>67</sup> UNICEF.2014. Financing of Inclusive Education. [http://www.inclusive-education.org/sites/default/files/uploads/booklets/IE\\_Webinar\\_Booklet\\_8.pdf](http://www.inclusive-education.org/sites/default/files/uploads/booklets/IE_Webinar_Booklet_8.pdf)
- <sup>68</sup> Washington Group on Disability Statistics. WG/UNICEF Child Functioning Module (CFM). <https://www.washingtongroup-disability.com/question-sets/wgunicef-child-functioning-module-cfm/>
- <sup>69</sup> United Nations. Convention on the Rights of Persons with Disabilities. <https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities.html>
- <sup>70</sup> Global Partnership for Education. 2018. Disability and inclusive education - A stock take of education sector plans and GPE-funded grants. <https://www.globalpartnership.org/content/disability-and-inclusive-education-stocktake-education-sector-plans-and-gpe-funded-grants>
- <sup>71</sup> International Disability Alliance. (n.d.). The New Normal. [https://www.internationaldisabilityalliance.org/sites/default/files/budget\\_advocacy\\_for\\_a\\_new\\_normal\\_.pdf](https://www.internationaldisabilityalliance.org/sites/default/files/budget_advocacy_for_a_new_normal_.pdf)
- <sup>72</sup> IIEP. 2019. On the road to inclusion. <http://www.iiep.unesco.org/en/road-inclusion-13270>
- <sup>73</sup> UNICEF. 2013. The state of the world's children. <https://www.unicef.org/reports/state-worlds-children-2013>
- <sup>74</sup> ActionAid, Education International, Light for the World Institution. 2020. The bedrock of inclusion: Why investing in the education workforce is critical to the delivery of SDG4. Lessons from five African countries
- <sup>75</sup> International Disability and Development Consortium. 2017. Costing Equity. The case for disability-responsive education financing.
- <sup>76</sup> Ibid.
- <sup>77</sup> International Disability Alliance. 2002. What an inclusive, equitable, quality education means to us. [https://www.internationaldisabilityalliance.org/sites/default/files/ida\\_ie\\_flagship\\_report\\_english\\_29.06.2020.pdf](https://www.internationaldisabilityalliance.org/sites/default/files/ida_ie_flagship_report_english_29.06.2020.pdf)
- <sup>78</sup> International Disability Alliance. n.d. The new normal. [https://www.internationaldisabilityalliance.org/sites/default/files/budget\\_advocacy\\_for\\_a\\_new\\_normal\\_.pdf](https://www.internationaldisabilityalliance.org/sites/default/files/budget_advocacy_for_a_new_normal_.pdf)
- <sup>79</sup> Oxfam. n.d. Gender-responsive budgeting: The budget cycle diagram for trainers. <https://oxfamlibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/620429/gt-gender-responsive-budget-trainers-280218-en.pdf;jsessionid=7E0DA8061D515F25CB29E5EA274A4D7D?sequence=14>
- <sup>80</sup> Adapted from CBM Inclusive Education Training Guide.
- <sup>8</sup> Adapted from CBM Inclusive Education Training Guide.
- <sup>82</sup> Global Campaign for Education. N.d. Case Studies and Best Practice.
- <sup>83</sup> IBIS. 2014. Toolbox for budget analysis guide. Published by Education for Development.
- <sup>84</sup> International Disability Alliance. 2020. What an Inclusive, Equitable, Quality Education Means to Us.
- <sup>85</sup> The World Bank. 2018. World Bank Group commitment to inclusive development. <https://www.worldbank.org/en/topic/socialsustainability/brief/world-bank-group-commitments-on-disability-inclusion-development>
- <sup>86</sup> Adapted from Global Campaign for Education. Financing Matters: A Toolkit on Domestic Financing for Education.
- <sup>87</sup> Global Campaign for Education. Case Studies and Best Practice.
- <sup>88</sup> Ibid.
- <sup>89</sup> Light for the World et al. 2020. The bedrock of inclusion: why investing in the education workforce is critical to the delivery of SGD4. [https://actionaid.org/sites/default/files/publications/Global\\_report%20final.pdf](https://actionaid.org/sites/default/files/publications/Global_report%20final.pdf).
- <sup>90</sup> Global Campaign for Education. Case Studies and Best Practice
- <sup>9</sup> Adapted from Womankind.
- <sup>92</sup> Adapted from An Advocacy Toolkit: The Education We Want. Plan International.



---

**ActionAid** é um movimento global de pessoas que trabalham juntas em prol dos direitos humanos universais e para erradicar a pobreza. Acreditamos que os que vivem na pobreza possuem dentro de si, o poder de mudarem a sua situação, a das suas famílias e das suas comunidades. ActionAid é um catalisador para essa mudança.

Website: <http://www.actionaid.org/>

Telefone: +27 11 731 4500

Fax: +27 11 860 8082

Email: [mailjhb@actionaid.org](mailto:mailjhb@actionaid.org)

Número de Registo Internacional: 27264198

Secretariado Internacional de ActionAid, Postnet Suite 248, Private Bag X31, Saxonwold 2132, Joanesburgo, África do Sul

---

**A GCE** (Global Campaign For Education) é um movimento de liderança da sociedade civil que promove e defende a educação como um direito humano fundamental. A GCE tem mais de 127 membros, 94 dos quais são coligações nacionais de educação, 18 ONGs internacionais e 15 redes regionais e organizações lideradas por jovens. GCE defende a educação como um direito básico, e define a educação como a base para todas as formas de desenvolvimento e como um catalisador para o crescimento. Como organização transnacional, a GCE acredita que a educação é a chave para garantir o crescimento económico sustentável e equitativo, melhor saúde e desenvolvimento social.

Website: [www.campaignforeducation.org](http://www.campaignforeducation.org)

Email: [info@campaignforeducation.org](mailto:info@campaignforeducation.org)

Facebook: [campaignforeducation](https://www.facebook.com/campaignforeducation)

Twitter: [@globaleducation](https://twitter.com/globaleducation)

Instagram: [@campaignforeducation](https://www.instagram.com/campaignforeducation)

LinkedIn: [Globalcampanhignforeducation](https://www.linkedin.com/company/globalcampaignforeducation)

---

**Light for the World** é uma organização de desenvolvimento & deficiências, que possibilita serviços de saúde ocular e apoio a pessoas com deficiência das mais variadas, em algumas das regiões mais pobres do mundo. Temos orgulho em fazer parte da luta global para garantir que as crianças com deficiências recebem educação de qualidade e inclusiva.

Site: <http://www.light-for-the-world.org/>

Email: [info@light-for-the-world.org](mailto:info@light-for-the-world.org)

Facebook [FTWInternational](https://www.facebook.com/FTWInternational)

Twitter: [@lftworldwide](https://twitter.com/lftworldwide) Instagram: [@lightfortheworldint](https://www.instagram.com/lightfortheworldint)